



**Ana Carolina de  
Almeida Jordão**

**OS IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO  
TURÍSTICO: UMA ANÁLISE PARTICIPATIVA DOS  
LIMITES DE MUDANÇA ACEITÁVEL NO CENTRO  
HISTÓRICO DO PORTO**



**Ana Carolina de  
Almeida Jordão**

**OS IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO:  
UMA ANÁLISE PARTICIPATIVA DOS LIMITES DE  
MUDANÇA ACEITÁVEL NO CENTRO HISTÓRICO DO  
PORTO**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Planeamento em Turismo, realizada sob a orientação científica da Doutora Zélia Maria de Jesus Breda, Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro

À minha mãe, pelo amor e apoio incondicional em todos os momentos. Por seu dom de transformar tristeza em alegria, dúvidas em certezas, medo em coragem, fracasso em sucesso.

## **o júri**

presidente

**Professor Doutor Rui Augusto da Costa**  
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

arguente

**Professor Doutor Marcello de Barros Tomé Machado**  
professor associado da Universidade Federal Fluminense

orientadora

**Professora Doutora Zélia Maria de Jesus Breda**  
professora auxiliar da Universidade de Aveiro

## agradecimentos

A Deus, à N. Sra. de Fátima, minha mãezinha em Portugal, e a todos os demais intercessores que Ele me deu, na terra e no céu. Por tudo.

Aos maiores amores da minha vida, minha mãe e melhor amiga Solange, e minha avó e anjo da guarda, Maria, por todo o amor, cuidado, orações, incentivo, estímulo, coragem e apoio. Nosso amor vai para além dessa vida. Vocês foram a razão e a emoção ao longo do processo, e minha maior motivação para finalizar mais esta etapa.

Ao William, pela companhia, amor, e claro, por todo o suporte logístico e emocional nesses dois anos de estudos e últimas semanas de loucura. Obrigada por ter vivido, dia a dia, a concretização deste sonho comigo.

À professora e orientadora Zélia Breda, que além de me guiar com todo o seu conhecimento, foi fonte inesgotável de incentivos, otimismo, compreensão, paciência e atenção ao longo de todo o processo. Sem todo o seu suporte e confiança, eu não estaria concluindo este percurso agora. Muito obrigada!

Ao professor Marcello Tomé, pelos anos de ensino na UFF e pela honra de sua presença, mais uma vez, como parte do júri – aproximadamente oito anos e oito mil quilômetros separam os dois momentos!

A todos - e cada um - dos professores que já passaram pela minha vida. Do ensino básico ao mestrado. Não há profissional que eu mais admire e todos vocês, de formas diferentes, ajudaram-me a subir os degraus para que hoje estivesse aqui.

Aos queridos amigos do Brasil que estiveram ao meu “lado” nesta etapa, mesmo com um oceano inteiro entre nós, e compreenderam meus momentos de ausência. Aos novos amigos de Portugal, que me acompanharam e incentivaram ao longo desta jornada.

A todos os participantes dos grupos focais que me concederam algumas horas do seu tempo, compartilharam um pouco de sua vida e forneceram contributos essenciais para esta investigação. Ao Projeto SPLACH, em especial à Ivana e Medéia, por compartilharem os resultados de vossa pesquisa para compor a análise deste estudo. Aos amigos, e também aos desconhecidos, que ajudaram na divulgação dos grupos focais. Ao Porto i/o, pela cedência das salas para a realização dos encontros. Ao Rafael, Tati, Amanda e Tavane pelo apoio com as transcrições, e a todas as demais pessoas que de alguma forma contribuíram para a produção e coleta de informações deste trabalho.

Agradeço, ainda, à Universidade de Aveiro, como instituição, e também à sua gestão e funcionários: pela estrutura disponibilizada, pelo incentivo à pesquisa, acesso à informação e todas as facilidades disponibilizadas que contribuíram positivamente para meu percurso ao longo destes inesquecíveis dois anos.

**palavras-chave**

impactos do turismo, desenvolvimento turístico, gestão e planeamento do turismo, análise participativa, partes interessadas, limites de mudança aceitável (LAC), centro histórico do Porto.

**resumo**

Nos últimos anos, a atividade turística tem apresentado um crescimento exponencial em todo o mundo, e o centro histórico da cidade do Porto, localizado no norte de Portugal, tem se destacado tanto em números, quanto em titulações, que reconhecem a qualidade da oferta turística e o promovem como um destino a nível global. Mas o que as pessoas que residem neste destino pensam e sentem sobre isso? Os impactos do crescimento do turismo na economia, na sociedade e no ambiente das regiões recetoras precisam ser considerados e devidamente planeados e geridos. Neste contexto, o presente estudo promoveu três sessões de grupos focais com representantes de cinco grupos de *stakeholders* do setor (residentes, profissionais da indústria turística, comerciante, ambientalista e especialistas do assunto), conforme sugere o sistema de planeamento dos Limites de Mudança Aceitável (LAC) para um desenvolvimento mais sustentável das comunidades. Nestes encontros, foram analisadas as percepções dos participantes em relação aos diversos impactos socioeconômicos, socioculturais e ambientais / espaciais provocados pelo desenvolvimento do turismo, discutidos os problemas e preocupações da gestão da área (etapa 1 do LAC), e definidos os indicadores de mudança (etapa 3) e dos limites considerados aceitáveis (etapa 5) para as transformações provenientes do desenvolvimento turístico na zona em questão. Pretende-se, com este estudo, fornecer ferramentas que contribuam para uma gestão e planeamento mais sustentáveis da atividade turística no centro histórico do Porto, bem como em outras áreas onde se considere viável realizar processos semelhantes.

**keywords**

tourism impacts, tourism development, tourism management and planning, participatory analysis, stakeholders, limits of acceptable change (LAC), historic centre of Oporto.

**abstract**

In recent years, tourist activity has grown exponentially around the world, and the historic centre of Porto, located in northern Portugal, has exceeded the average trend significantly, both in tourist numbers and in tourism awards, that recognise the quality of the tourist experience and promote it as a global destination. However, what do the residents of this destination think and feel about it? The impacts of increasing tourism on the economy, society and environment of the tourist destination regions need to be considered and properly planned and managed. In this context, the present study promoted three focus group sessions, with representatives of five different sector stakeholder groups (residents, tourism industry professionals, traders, environmentalists and subject matter experts), as suggested by the Limits of Acceptable Change (LAC) planning system for more sustainable community development. At these meetings, participants' perceptions of the various socioeconomic, sociocultural and environmental / spatial impacts caused by tourism development were analysed, the area management problems and concerns (LAC step 1) were openly discussed, and the indicators of change (step 3) and the limits considered acceptable (step 5) for transformations arising from tourism in the concerned area were defined. The aim of this study is to provide tools that contribute to a more sustainable management and planning strategy for tourist activity in the historic centre of Porto, as well as in other areas around the world where similar processes can be applied.

## Índice

Índice de figuras .....	iv
Índice de tabelas .....	v
Lista de siglas, abreviaturas e acrónimos .....	vi

### Capítulo 1 - Introdução

1.1. Enquadramento e relevância do tema .....	3
1.2. Objetivos do estudo.....	6
1.3. Metodologia do estudo.....	7
1.4. Estrutura do estudo .....	8

### Capítulo 2 – Enquadramento teórico

2.1. Nota introdutória .....	11
2.2. Produção e transformação do espaço para o turismo.....	11
2.3. Impactos do turismo.....	15
2.3.1. Impactos ambientais.....	17
2.3.2. Impactos económicos .....	19
2.3.3. Impactos socioculturais.....	20
2.4. Perceção e atitudes dos residentes face aos impactos e desenvolvimento do turismo .....	22
2.5. A busca pela sustentabilidade no turismo.....	30
2.6. Planeamento do turismo – uma abordagem estratégica, participativa e sustentável	33
2.7. Limites de Mudança Aceitável / <i>Limits of Acceptable Change</i> (LAC) .....	40
2.7.1. Origem e definição do sistema.....	40
2.7.2. Os princípios do LAC .....	42
2.7.3. A estrutura LAC.....	45
2.7.4. LAC e a participação pública.....	51
2.7.5. Aplicabilidades do sistema LAC.....	52
2.8. Conclusão.....	55

### **Capítulo 3 – Contextualização – a cidade e o centro histórico do Porto**

3.1. Nota introdutória.....	59
3.2. Cidade do Porto .....	59
3.3. Centro Histórico do Porto .....	61
3.4. Definição da área de estudo .....	64
3.5. O turismo .....	64
3.5.1. Os dados e factos do crescimento da atividade turística .....	65
3.5.2. O outro lado deste crescimento do turismo.....	69
3.6. Conclusão .....	78

### **Capítulo 4 – Metodologia da pesquisa**

4.1. Nota introdutória.....	81
4.2. Processo metodológico da investigação .....	81
4.3. Metodologia de recolha dos dados .....	83
4.3.1. Observação participante semiestruturada .....	84
4.3.2. Grupos focais.....	85
4.3.2.1. Composição da amostra .....	86
4.3.2.2. Elaboração do guião.....	91
4.3.2.3. Logística de preparação .....	94
4.3.2.4. Realização das sessões dos grupos focais .....	95
4.4. Metodologia de análise dos dados .....	96
4.5. Conclusão .....	100

### **Capítulo 5 – Análise e discussão dos resultados**

5.1. Nota introdutória.....	103
5.2. Relatos da observação participante.....	103
5.3. Análise e discussão dos resultados dos grupos focais/ aplicação do método LAC.....	106
5.3.1. Perceção acerca dos impactos do turismo .....	107
5.3.2. Sistema LAC - Etapa 1 - Diagnóstico da área .....	113
5.3.2.1. Papel e importância da área .....	114

5.3.2.2. Valores, características e qualidades especiais da área .....	114
5.3.2.3. Problemas de gestão e preocupações da área .....	115
5.3.3. Sistema LAC – Etapa 3 - Indicadores de mudança .....	118
5.3.4. Sistema LAC – Etapa 5 - Limites de mudança aceitável.....	119
5.3.5. Propostas dos <i>stakeholders</i> para um desenvolvimento mais sustentável ....	121
5.4. Conclusão.....	125

## **Capítulo 6 – Conclusão**

6.1. Considerações finais do estudo .....	129
6.2. Contributos e implicações da pesquisa .....	131
6.3. Desafios e limitações da pesquisa .....	132
6.4. Propostas para investigações futuras .....	133

## **Referências bibliográficas**

### **Apêndices**

Apêndice 1 .....	151
Apêndice 2 .....	153
Apêndice 3 .....	154

## Índice de figuras

Figura 1: Agentes sociais de produção do espaço turístico.....	13
Figura 2: Adaptação dos modelos Irridex (Doxey) e TALC (Butler) .....	26
Figura 3: Respostas dos residentes à atividade turística. ....	27
Figura 4: "Tourist Go Home" - grafite em Donostia.....	30
Figura 5: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	31
Figura 6: Valores e princípios do turismo sustentável .....	32
Figura 7: Componentes de um plano turístico .....	35
Figura 8: Sistema de planeamento "The Limits of Acceptable Change".....	46
Figura 9: Representação em mapa do concelho do Porto .....	60
Figura 10: Mapa do Concelho do Porto e sua divisão em freguesias, após a reorganização administrativa de 2013 .....	61
Figura 11: Centro Histórico do Porto: área classificada Património Mundial (verde), área de proteção (vista parcial em vermelho), e Muralha do século XIV (azul). ....	62
Figura 12: Destaque para a dimensão da área de proteção, em vermelho. Área classificada Património Mundial, em verde.....	63
Figura 13: Registos de alojamento local no concelho do Porto (2009 – 2019). ....	67
Figura 14: Movimentação na zona da Ribeira, com Rio Douro e Ponte Luís I.....	68
Figura 15: Localização dos alojamentos locais no concelho do Porto.....	70
Figura 16: Manifestações públicas realizadas em 2018 contra os despejos no centro histórico do Porto .....	72
Figura 17: "Morto. <i>European Best Gentrification 2017</i> " .....	73
Figura 18: Zonas de suspensão de alojamento local no concelho do Porto. ....	74
Figura 19: Etapas do processo de investigação .....	82
Figura 20: Turistas na Estação de São Bento .....	103
Figura 21: Anúncio multilíngue exposto em montra de loja tradicional do Porto.....	104
Figura 22: Nova construção ao lado da Estação de São Bento .....	105
Figura 23: Papel e importância do Centro Histórico do Porto .....	114
Figura 24: As 45 palavras mais citadas nos grupos focais .....	125

## Índice de tabelas

Tabela 1: Estágios do nível de irritação dos residentes e os estágios do ciclo de vida do destino.....	24
Tabela 2: Revisão da literatura de aplicações do método LAC.....	53
Tabela 3: População residente: ano / média anual.....	60
Tabela 4: Impactos económicos .....	76
Tabela 5: Impactos ambientais / espaciais.....	77
Tabela 6: Impactos socioculturais .....	77
Tabela 7: Categoria e perfil dos participantes dos grupos focais do estudo.....	89
Tabela 8: Códigos descritivos para codificação .....	98
Tabela 9: Categorias interpretativas para codificação.....	99
Tabela 10: Matriz impactos do turismo x classificações <i>stakeholders</i> .....	108
Tabela 11: Indicadores de mudança .....	118
Tabela 12: Limites de Mudança Aceitável.....	120
Tabela 13: Propostas para um desenvolvimento mais sustentável.....	121

## **Lista de siglas, abreviaturas e acrónimos**

<b>AL</b>	Alojamento Local
<b>ATP</b>	Associação de Turismo do Porto
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>LAC</b>	<i>Limits of Acceptable Change</i> / Limites de Mudança Aceitável
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>OMT</b>	Organização Mundial de Turismo
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>RNAAT</b>	Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística
<b>RNAL</b>	Registo Nacional do Alojamento Local
<b>RNET</b>	Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos
<b>RNT</b>	Registo Nacional de Turismo
<b>SPLACH</b>	<i>Spatial Planning for Change</i>
<b>TALC</b>	Tourist Area Life Cycle
<b>TPNP</b>	Turismo do Porto e Norte de Portugal
<b>UNESCO</b>	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
<b>UNWTO</b>	<i>United Nations World Tourism Organization</i>
<b>WCED</b>	<i>World Commission on Environment and Development</i>



Fotografia: Associação de Turismo do Porto e Norte. Tirada em 29.12.2017

# Introdução



## 1.1. Enquadramento e relevância do tema

Nos últimos anos, a atividade turística tem apresentado crescimentos exponenciais. Segundo dados da Organização Mundial de Turismo (OMT, 2019), ocorreram 1,4 bilhão de chegadas de turistas internacionais em 2018, correspondendo a um acréscimo de 5% em relação ao ano anterior. Além disso, esta atividade representa, atualmente, mais de 10% do PIB mundial e cerca de 29% das exportações de serviços.

Na União Europeia, de acordo com dados divulgados pelo Parlamento Europeu (2019), o turismo se transformou em um dos principais setores de atividade econômica, tendo sido responsável, em 2018, por 10,3% do Produto Interno Bruto (PIB) e por mais de 11,7% do total de empregos dos países que a compõe, o que corresponde a 27,3 milhões de trabalhadores. Estes números enfatizam seu importante contributo para o crescimento econômico e desenvolvimento das nações.

A OMT (2019) ressalta que as receitas do turismo internacional se traduzem em empregos, empreendedorismo e uma situação melhor para as pessoas e as economias locais, reduzindo os déficits comerciais em muitos países. A expansão do turismo impulsionou diversas nações afetadas por graves recessões em direção à recuperação econômica, como é o caso de Portugal. Em 2017, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2017) foi registado um expressivo aumento de 23% no saldo da rubrica Viagens e Turismo da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal. E de acordo com a entidade regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal (TPNP), esta região, em 2018, registou 7,9 milhões de dormidas, número que, àquela altura, estava previsto para ser atingido somente em 2020.

Além dos números expressivos, Portugal foi eleito o melhor destino turístico do mundo, pelo terceiro ano consecutivo, pelos *World Travel Awards* 2019. E a cidade do Porto, objeto de estudo desta pesquisa, foi nomeada “*European Best Destination*”, em 2017, e está em destaque no turismo internacional.

Mas o turismo é mais do que somente uma “indústria” ou um setor da economia. O turismo é um fenômeno de grandes dimensões e complexidade, que envolve e transforma os espaços e as sociedades. E quando o analisamos deste modo, notamos diversos sujeitos envolvidos em sua produção e consumo, que muitas vezes não são ressaltados, mas que impactam e são diretamente impactados por este fenômeno.

Assim como destacado nas primeiras linhas deste trabalho, o turismo ganhou muita importância no cenário mundial por sua capacidade de gerar divisas, de diversificar e girar economias, pelos fluxos de pessoas que movimentam ao redor do mundo. Mas, faz-se extremamente necessário analisar, também, este fenômeno em uma escala local.

O turismo é hoje uma importante área de interesse acadêmico, governamental, industrial e público [...] o turismo é importante não só por seu tamanho em termos de pessoas que viajam, número de empregados ou quanto dinheiro leva até um certo destino; mas devido ao enorme impacto que exerce na vida das pessoas e nos locais em que elas vivem, e devido à forma pela qual ele é significativamente influenciado pelo mundo que o rodeia (Hall, 2004, p. 17).

Todo este crescimento do turismo produz imensos impactos, de diversos tipos e em diferentes níveis. Além dos impactos econômicos apresentados, outros efeitos são sentidos e percebidos no meio ambiente e nas sociedades, principalmente no que diz respeito às comunidades residentes dos destinos turísticos; o turismo, inevitavelmente, transforma e impacta - ora de forma benéfica, ora prejudicial - a vida destas comunidades.

Por conta dos elevados benefícios econômicos que o turismo produz, seus demais impactos acabam sendo, por vezes, negligenciados, e isto pode gerar um crescimento desordenado da atividade, que não será sustentável a longo prazo.

Estes números surpreendentes do crescimento do turismo em Portugal, bem como na cidade do Porto, têm afetado substancialmente a vida de suas populações residentes. Dentro do centro histórico do Porto, à beira do rio Douro, encontra-se uma comunidade que tem visto, nos últimos anos, suas ruas estreitas e pitorescas serem abarrotadas por visitantes de diversas nacionalidades, suas lojas de produtos locais serem substituídas por restaurantes com esplanadas e ementas em língua estrangeira. Tem visto, também, os preços dos serviços e arrendamentos subir consideravelmente. Muitos têm, inclusive, sido despejados de suas residências para dar lugar aos arrendamentos de curta duração aos turistas.

Dentre as principais recomendações da Organização Mundial do Turismo para uma correta e sustentável gestão do crescimento do turismo urbano, encontra-se:

- Monitorar regularmente a percepção das comunidades locais em relação ao turismo e promover o valor do setor entre os residentes. Isso permitirá identificar desde o início as preocupações das comunidades locais e desenvolver conjuntamente estratégias de gestão para lidar com as questões percebidas;

- Determinar os níveis aceitáveis de impacto do turismo na cidade por meio de um processo participativo envolvendo todas as partes interessadas relevantes. Isso tornará mais fácil para as comunidades locais se beneficiarem, criar experiências conjuntas na cidade para visitantes e residentes e ajudar na comunicação com os moradores (World Tourism Organization, Centre of Expertise Leisure, NHTV Breda University of Applied Sciences & NHL Stenden University of Applied Sciences, 2018, p. 10, tradução livre da autora).

Neste contexto, e perfeitamente de encontro às recomendações da OMT, este estudo pretende analisar os impactos da atividade turística e definir, por meio de grupos focais envolvendo diversas partes interessadas do turismo no centro histórico do Porto, os limites de mudança aceitável para este desenvolvimento turístico.

Há uma grande variedade de investigações realizadas sobre os impactos do desenvolvimento do turismo pela ótica dos residentes em diversos destinos turísticos do mundo. É um tema atual, que tem causado grandes debates na academia. Acerca do Porto, foram publicadas, com maior expressão ao longo dos últimos quatro anos, algumas pesquisas quantitativas com semelhante investigação junto aos residentes da cidade (Cardoso & Silva, 2018; Marques, Candeias, Magalhães, & Santos, 2016; Silva, 2017, entre outros).

Este trabalho pretende dar um passo além e desenvolver, junto aos *stakeholders* do turismo no centro histórico do Porto, um “laboratório” de aplicação das etapas do sistema de planeamento LAC (Limites de Mudança Aceitável) como forma de “dar voz e participação” à comunidade acerca da gestão e planeamento do turismo, e, assim, contribuir para um desenvolvimento mais sustentável da atividade turística nesta zona.

McCool (2013), em sua análise sobre o modelo LAC e o turismo, sugere que esta estrutura de planeamento, embora originalmente desenvolvida no contexto de gestão de áreas naturais selvagens (Stankey, Cole, Lucas, Petersen, & Frissell, 1985), seja adequada ao processo de planeamento turístico em outros contextos, principalmente se um desenvolvimento sustentável for a principal preocupação. “Embora venha sendo usado em áreas protegidas, seu uso como ferramenta de planeamento em nível regional para o desenvolvimento do turismo tem sido limitado. Esse uso deve ser testado para que possamos aprender mais sobre sua utilidade” (McCool, 2013, p. 292).

## 1.2. Objetivos do estudo

O presente estudo baseia-se em um conjunto específico de objetivos que nortearam a autora ao longo da execução das etapas da pesquisa. O objetivo geral e principal deste estudo é: analisar os impactos e os limites de mudança aceitável do desenvolvimento do turismo no centro histórico do Porto.

E os objetivos específicos, orientados no sentido de sustentar o percurso da pesquisa para concretização do objetivo principal, são:

- Compreender e interligar os estudos e teorias acerca do processo de produção dos espaços para o turismo, dos impactos provocados pelo seu desenvolvimento e do seu planeamento e sustentabilidade;
- Discutir acerca das percepções e atitudes dos residentes frente aos impactos do desenvolvimento do turismo;
- Definir e compreender o método LAC (Limites de Mudança Aceitável) e suas aplicações;
- Caracterizar a área de estudo deste trabalho, o centro histórico do Porto;
- Analisar os atuais efeitos do crescimento do turismo sobre a população do centro histórico do Porto através de notícias da média e relatos nas redes sociais;
- Promover sessões de grupos focais com os *stakeholders* a respeito das condições do desenvolvimento turístico no centro histórico do Porto;
- Compreender a percepção e atitudes destes membros da comunidade frente aos impactos do turismo no centro histórico do Porto;
- Identificar, através da contribuição dos *stakeholders*, os indicadores para controlo e monitoramento das mudanças geradas pelo desenvolvimento turístico no centro histórico do Porto;
- Definir, em um processo participativo junto aos *stakeholders*, os limites de mudança aceitável do desenvolvimento do turismo no centro histórico do Porto;
- Fornecer contributos para a gestão e o planeamento de um desenvolvimento mais sustentável do turismo no centro histórico do Porto.

### 1.3. Metodologia do estudo

De modo a cumprir os objetivos anteriormente descritos, foi definida uma metodologia de estudo composta por etapas e técnicas variadas, desenvolvidas, de forma coesa, ao longo do trabalho.

Para a primeira parte deste estudo, referente ao enquadramento teórico, foi realizada uma vasta revisão da literatura existente sobre os temas relacionados, através de artigos científicos, livros, dissertações e teses, de modo a coletar e analisar criticamente o que é relevante e já foi produzido até ao momento dentro destes temas.

Após esta etapa, para um melhor enquadramento e análise do turismo no centro histórico do Porto, foram coletados três tipos de dados secundários: 1) dados demográficos, fatos históricos e estatísticas do território – objeto de estudo; 2) notícias da média e relatos em redes sociais a respeito dos impactos do turismo e das percepções e atitudes da comunidade residente frente a estes impactos; 3) resultados obtidos através da aplicação de questionários junto aos residentes do centro histórico do Porto, acerca dos impactos percebidos do turismo, pela pesquisa do projeto SPLACH – *Spatial Planning for Change*.

Além destes, os dados primários para a etapa empírica principal deste estudo foram recolhidos e analisados segundo uma abordagem qualitativa. Dentro desta abordagem, duas técnicas de coleta de dados foram identificadas como as mais adequadas para alcançar os objetivos estabelecidos:

- Observação participante, em visitas esporádicas ao longo do ano de 2019, entre os meses de janeiro a novembro, com o intuito de observar os residentes, a interação destes com os turistas, as lojas, a infraestrutura e a dinâmica da cidade;
- E, como etapa central deste trabalho, grupos focais com a participação de diversos *stakeholders* do setor do turismo. Estes grupos ocorreram em três encontros, no mês de novembro de 2019. A mediação destes grupos foi feita pela autora do trabalho.

Para análise dos dados coletados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, com auxílio do *software* WebQDA (*Web Qualitative Data Analysis*).

No capítulo 4 deste trabalho, o processo da pesquisa e as etapas de aplicação destas técnicas de recolha e análise dos dados serão devidamente justificados e detalhadamente descritos.

#### **1.4. Estrutura do estudo**

Além deste primeiro capítulo, uma introdução ao presente estudo, no qual sua relevância foi brevemente discutida e seus objetivos, metodologia e estrutura estão a ser apresentados, foram idealizados e desenvolvidos outros cinco capítulos para composição deste trabalho.

No capítulo 2, é apresentado um abrangente enquadramento teórico, composto por uma revisão de literatura dos principais temas e conceitos relacionados aos objetivos deste trabalho, subdivididos em diversas seções, que encaminham a leitura para uma sequência evolutiva nos conceitos: inicia-se a discutir a produção e transformação do espaço para o turismo, e, em seguida, analisa-se os impactos do turismo, em suas vertentes ambiental, económica e sociocultural; compreende-se, então, acerca da percepção e atitudes dos residentes frente ao desenvolvimento do turismo, seguida de uma rápida conceptualização da sustentabilidade no turismo e complementada por uma indispensável análise acerca das abordagens estratégica, participativa e sustentável do planeamento turístico. Por fim, uma análise mais profunda das aplicações do sistema LAC (Limites de Mudança Aceitável).

A partir do capítulo 3, inicia-se a parte empírica deste estudo. Neste capítulo, apresenta-se uma contextualização da área de estudo, e, para um melhor enquadramento e análise do tema, são discutidas notícias da média e relatos em redes sociais a respeito dos impactos do turismo e das percepções e atitudes da comunidade residente frente a estes impactos, além dos resultados obtidos através da aplicação de questionários junto aos residentes do centro histórico do Porto, acerca dos impactos percebidos do turismo, pela pesquisa do projeto SPLACH – *Spatial Planning for Change*.

O capítulo 4, como mencionado, é dedicado à metodologia do estudo, e inicia por percorrer, de forma abrangente, as etapas do processo de investigação; as seções seguintes relatam detalhadamente a coleta e análise de dados, justificando e descrevendo as técnicas utilizadas, bem como cada uma das etapas destes processos.

O capítulo 5 apresenta os relatos da observação participante e analisa e discute os resultados obtidos através da aplicação dos grupos focais. Por fim, o capítulo 6 é composto pelas considerações finais desta dissertação e apresenta as principais conclusões do trabalho, discute as contribuições e implicações da pesquisa, apresenta as limitações e desafios encontrados ao longo do percurso deste estudo e propõe recomendações para futuras investigações.



Fotografia: Associação de Turismo do Porto e Norte. Tirada em 19.09.2018

## Enquadramento teórico



## **2.1 Nota introdutória**

Neste capítulo, serão abordados os temas e conceitos que norteiam esta investigação e que servirão de referencial teórico ao desenvolvimento e análise da pesquisa empírica. Está dividido em seções que procuram obedecer a uma sequência lógica de estudo e compreensão, a começar pela análise da produção e transformação do espaço para o turismo, seguida dos impactos gerados pela atividade turística. Em continuidade, é abordada a percepção e atitudes dos residentes em relação a tais impactos. Na seção seguinte, reflete-se sobre a busca pela sustentabilidade no turismo, e, sequencialmente, é analisado o planeamento estratégico e voltado para comunidade, abordagem fundamental para o desenvolvimento sustentável do turismo. Por último, uma seção acerca do sistema de planeamento dos Limites de Mudança Aceitável (LAC), que será aplicado na pesquisa empírica como instrumento para análise dos impactos do turismo, segundo a percepção dos *stakeholders*, e com a intenção de contribuir para uma melhor gestão e planeamento do turismo no centro histórico da cidade do Porto.

Ressalta-se que não é objetivo deste capítulo realizar uma profunda e exaustiva análise destes tópicos, visto tratar-se de grandes e abrangentes temas do estudo do turismo. A abordagem destes se faz necessária por serem assuntos base para a elaboração e compreensão desta investigação, e, portanto, foi direcionada e sintetizada aos temas pertinentes a este trabalho.

## **2.2. Produção e transformação do espaço para o turismo**

A expressão “produção do espaço” foi cunhada na década de 1970, pelo filósofo francês Henri Lefèbvre, e, desde então, muitos sentidos têm sido dados a ela. Cruz (2009), ao analisar os estudos de Lefèbvre sobre o assunto, explica que para este autor, o espaço (social) é produto das relações sociais de produção e reprodução e, ao mesmo tempo, suporte para que elas aconteçam; assim, o espaço é um produto social. E a produção do espaço significa “a própria (re) produção da vida, ou seja, viver é, em síntese, produzir espaço” (p. 94).

Milton Santos corrobora a definição de Lefèbvre ao também afirmar em suas publicações que “viver, para o homem, é produzir espaço” (1996, p. 88). Sendo assim, neste trabalho, compreende-se que a produção do espaço se traduz como um processo, em constante transformação, por consequência das relações económicas, políticas, culturais e sociais que se manifestam espacialmente.

Assim como outras relações e práticas sociais, pode-se afirmar que o turismo atua nos processos de produção e (re)produção espacial, fundamentalmente por sua indiscutível capacidade de transformar consideravelmente qualquer espaço do qual se aproprie. Segundo Molina (2011, p. 178), “o espaço produzido pelo e para o turismo também apresenta-se como um produto social”.

Nesta relação turismo e espaço, Fratucci (2006) considera que o turismo se apropria de trechos do espaço onde identifica a existência de recursos capazes de atrair a atenção de pessoas de outros locais. Nestes processos de apropriação, os espaços são reorganizados e transformados segundo a lógica do turismo, no intuito de se criar as condições necessárias para que esta atividade possa acontecer.

A este processo de produção, consumo e apropriação de trechos do espaço, tem-se habitualmente chamado de “turistificação”, que se traduz, segundo Cruz (2009), na produção dos “territórios turísticos”, isto é, porções do espaço geográfico em que a participação do turismo na produção do espaço foi e ainda é determinante, atribuindo um novo sentido ao uso do território. Atualmente, esta “turistificação” se revela como um dos mais importantes fatores de reordenamento de cidades e regiões costeiras ao redor do mundo. Algumas chegam a redefinir toda sua estrutura e funcionalidade em função do desenvolvimento turístico, reorganizando-se para produzir espaços atrativos para o lazer e consumo.

Sendo assim, verifica-se, como destacado por Santos e Elicher (2013), que a produção do espaço “é, ao mesmo tempo, construção e destruição de formas e funções sociais dos lugares” (p. 672). As antigas formas encontradas ainda hoje na zona histórica da cidade do Porto, que tem visto sua função, estrutura e organização tão modificadas para o desenvolvimento do turismo, são como testemunhas de um determinado modelo de produção da cidade no passado.

Assim como Molina (2011) utiliza a expressão “produção do espaço pelo e para o turismo”, cabe salientar que este trabalho, com base em Fratucci (2014), refere-se à produção e transformação do espaço *para* o turismo, ao invés de *pelo* turismo, uma vez que se assume que não é o turismo, propriamente, o sujeito dos processos de produção e transformação dos espaços, mas sim, o seu resultado. Os sujeitos produtores de tais processos vêm a ser, neste caso, os agentes sociais do turismo.

A compreender ‘agente’ como aquele que age, que causa, que é autor e capaz de produzir efeitos, os agentes do turismo são as pessoas e instituições que produzem, reproduzem e

interferem neste espaço. Compreender os processos de produção e transformação dos espaços turísticos, portanto, demanda compreender as ações e relações entre turistas, agentes de mercado, poder público, profissionais do setor e comunidade local (Fratucci, 2008).

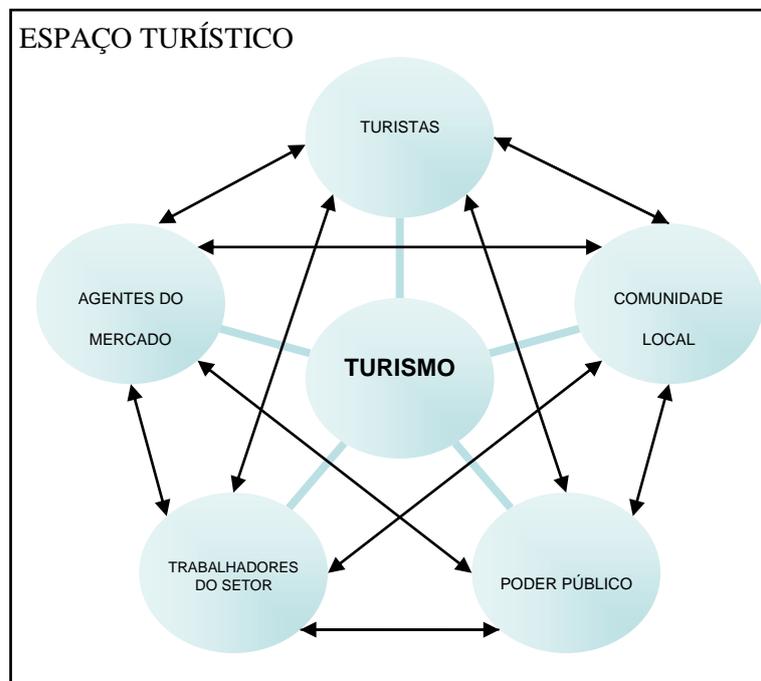


Figura 1: Agentes sociais de produção do espaço turístico.  
Fonte: Jordão (2011)

Cada um destes agentes atua na produção do espaço segundo suas necessidades, seus interesses, sob as relações de poder estabelecidas entre eles e lógicas de territorialização próprias (Fratucci, 2006). Pelos objetivos deste estudo, o enfoque destas análises priorizará os trabalhadores do setor e a comunidade local.

Na constituição destes espaços turísticos, além da presença dos agentes, verifica-se ainda a existência de elementos físicos próprios, como os atrativos e a infraestrutura turística desenvolvida (equipamentos de lazer, hospedagem e restauração, por exemplo). A implementação destas infraestruturas é uma das transformações espaciais evidenciadas nos lugares onde o turismo se desenvolve e de como se apropria do espaço à sua conveniência. Entretanto, além destes espaços considerados o “core” da atividade turística, onde o turismo se manifesta concretamente, há de se considerar, ainda, as implicações espaciais deste fenômeno nas áreas periféricas, onde, apesar dos agentes “turistas” e “mercado” não serem frequentemente vistos, também são sentidos os processos de transformação consequentes da atividade turística.

Isto porque a maior parte dos espaços apropriados pelo turismo, principalmente pelo turismo urbano, são espaços previamente ocupados, onde comunidades já se haviam estabelecido e o adaptado para suas relações sociais e económicas. Assim, como visto, não são apenas os turistas, o mercado e os órgãos públicos que produzem os “espaços turísticos”, mas também as sociedades que vivem nesses lugares. Fratucci (2008) analisa que a territorialidade das comunidades dos destinos turísticos, em geral, é também regida por outras relações e atividades, nem sempre relacionadas ao turismo. Entretanto, por conta da atividade turística, estas comunidades têm de reordenar sua rotina e seu uso dos espaços.

A partir da chegada do turista e do turismo, o morador redefine seus espaços de estar e de circular, observando o estar e o circular do turista. Ora se mistura com eles, ora se esquiva e se afasta, deixando determinados espaços quase exclusivos para eles. Além disso, para suprir suas necessidades de lazer, estar e viver, acaba por buscar outras áreas, ampliando seu espaço de vida para as áreas periféricas ou próximas, criando um espaço de vida paralelo ao espaço do turismo (Fratucci, 2008, p. 7).

Cavaco (2013, p. 66) completa que os territórios urbanos ocupados pelos turistas são “refuncionalizados em sua atenção (patrimónios, circulação, equipamentos, eventos, animação)”. Assim, com esta “turistificação”, uma nova dinâmica é estabelecida pelo turismo nesses espaços “centrais” ao seu uso, e tudo e todos que não se adaptam e não se inserem nesta nova ordem, como residentes e espaços comerciais locais, são obrigados a se mudar para outras regiões, geralmente periféricas.

Entretanto, Koens Postma e Papp (2018) analisam que uma das características desta turistificação dos centros urbanos e outras áreas turísticas está relacionada, principalmente, a uma constante mudança. E esta configuração do que é central e periférico nos territórios turísticos, por exemplo, já está a mudar. Fratucci, Moraes e Allis (2015) analisam que, nos últimos anos, o turista contemporâneo tem tido interesse em vivenciar a “real” e “autêntica” vida cotidiana local e fugir dos limites dos “territórios turísticos” tradicionais, definidos pelos roteiros. Com a facilidade de acesso dos novos formatos *online* de hospedagem e transporte, como Airbnb e Uber, esses agentes sociais passam a se aventurar “por áreas até pouco tempo impossíveis de serem pensadas como turistificáveis” (p. 11). Koens *et al.* (2018) observam que esta nova dinâmica tem, mais uma vez, mudado drasticamente a realidade e lógica de organização dos espaços e de suas comunidades, uma vez que serviços e infraestruturas que foram criados principalmente para uso local sofrem com

transformações para atender o crescente número de turistas, também fora das principais zonas turísticas.

Acerca destas apropriações, Molina (2007) diz que o turismo, por estar cada vez mais submetido à lógica do consumo e baseado na especulação, não somente produz espaços, mas apresenta-se como um fenómeno criador de uma verdadeira (des)ordem espacial, ao se impor aos territórios dos quais se apropria “como uma verticalidade desestabilizadora de uma ordem pré-existente” (p. 112).

É inegável que este processo produza efeitos negativos para as comunidades residentes dos destinos turísticos. Santos e Elicher (2013) destacam que, no planeamento e gestão do turismo nos destinos, deve ser considerado que “mesmo em lugares turísticos, a vida se realiza, a despeito do desenvolvimento desta atividade, para muitas pessoas” (p. 662). Como será visto ao longo deste trabalho, as diferentes necessidades e interesses entre residentes, turistas, e outros grupos de agentes sociais, acabam, muitas vezes, por gerar desacordos quanto às lógicas de produção do espaço. Como ressaltado por Cruz (2009, p. 33), “a produção do espaço envolve seu uso e apropriação, e, neste caso, o conflito termina por ser imanente ao processo”.

Por fim, Santos e Elicher (2013) concluem que a produção do espaço para o turismo não se trata apenas de uma ‘refuncionalização’ do espaço para usos turísticos, mas, principalmente, dos impactos que esse processo gera no ambiente e na vida cotidiana.

### **2.3. Impactos do turismo**

Todas as atividades humanas podem gerar impactos nas pessoas envolvidas e nos espaços onde ocorrem. Tais impactos podem ser classificados como positivos, negativos, diretos e indiretos (Davidson & Maitland, 1997). O turismo é um grande e complexo fenómeno, que produz os mais diversos desdobramentos de ordem económica, social, cultural, ambiental, tecnológica e política, gera mudanças e atinge cada vez mais indivíduos ao redor de todo o mundo. Como analisado na seção anterior, seus impactos não afetam somente as pessoas envolvidas diretamente na sua “produção e consumo”, mas também as pessoas que vivem nos espaços onde se desenvolve.

Segundo Santana (2009), fala-se de impactos do turismo “para designar o rastro deixado pelo turista, pelo turismo e por suas infraestruturas associadas no meio ambiente

transformado em destino” (p. 148). Associado ao desenvolvimento do turismo encontra-se um conjunto diversificado e complexo de impactos. A atividade turística pode gerar diversos benefícios e prejuízos para uma determinada região e comunidade, e estes impactos podem se verificar, principalmente, a níveis económico, social, cultural e ambiental (Eusébio & Carneiro, 2012; Rezende & Rezende, 2005).

Ainda de acordo com Eusébio e Carneiro (2012), estes impactos podem afetar tanto as comunidades receptoras quanto as emissoras de turismo, no entanto, são sentidos em maior intensidade pelas comunidades residentes nos destinos turísticos.

Para um melhor planeamento e gestão da atividade, deve-se perceber e analisar cuidadosamente os impactos do turismo, tanto negativos como positivos, de modo a desenvolver planos e ações que procurem minimizar seus custos e maximizar seus benefícios. Dado o tamanho do fenómeno turístico e suas especificidades, considerar todas as dimensões dos impactos gerados, em seus aspetos positivos e negativos, pode contribuir para a redução do custo social e potencialização dos benefícios socioculturais e económicos da atividade (Marins, Mayer, & Fratucci, 2015).

Outro ponto a ser considerado na análise dos impactos é que estes podem ser descontínuos no tempo e/ou no espaço, podendo, assim, não ser percebidos instantaneamente e também ocorrer fora do local onde o turismo se desenvolve primariamente. Estes aspetos tornam o entendimento e a gestão dos impactos significativamente mais difíceis e exigem que os planeadores e gestores do turismo projetem estratégias de monitoramento apropriadas

Portanto, é fundamental que se realizem atentas e regulares análises de seus desdobramentos, que podem trazer consequências indesejadas se não forem bem geridos. As características da atividade turística, bem como as singularidades de cada região receptora, devem ser consideradas para uma melhor gestão e planeamento do turismo.

Por muitos anos, o turismo foi visto como uma panaceia, a grande solução de todos os problemas, principalmente pelos seus notáveis benefícios ao crescimento económico. Nas últimas décadas, entretanto, os estudos sobre o turismo e seus impactos têm crescido exponencialmente, dado, entre outros fatores, ao intenso crescimento e expansão da atividade no mundo, à maior apreciação e importância que o turismo vem a assumir no mercado e na academia, e também graças a uma maior preocupação e conscientização em

relação aos danos que podem ser gerados, principalmente no que diz respeito à sociedade e ao meio ambiente.

Na literatura do turismo, os impactos positivos e negativos resultantes do desenvolvimento da atividade são frequentemente divididos em três categorias para estudo e avaliação, nomeadamente: impactos ambientais, econômicos e socioculturais (Andereck, Valentine, Knopf, & Vogt, 2005; Mathieson & Wall, 1982). O entendimento de como lidar com essas questões é essencial para, como mencionado, minimizar os custos, maximizar os benefícios e promover melhor o apoio local positivo às iniciativas do setor. A seguir, analisa-se um pouco mais detalhadamente estas principais categorias de impactos do turismo.

### **2.3.1. Impactos ambientais**

Fletcher (2008) afirma que o ambiente, seja ele natural ou artificial, é o elemento mais fundamental do produto turístico. Entretanto, “assim que a atividade turística ocorre, o ambiente é inevitavelmente alterado ou modificado, seja para facilitar o turismo, ou através do processo de produção do turismo” (pp. 161-162). Percebe-se, assim, a estreita relação entre o turismo e o ambiente, uma vez que toda atividade turística depende de um ambiente para acontecer e pelo fator de que os impactos que este ambiente sofrerá pela ação humana são inevitáveis.

Embora o turismo seja, muitas vezes, aclamado por ser uma indústria limpa, na realidade nem sempre é esse o caso. A atividade turística pode causar danos ambientais significativos, porque, na maioria das vezes, é desenvolvida em ambientes atraentes, porém frágeis (Andereck et al., 2005).

Segundo Wall e Mathieson (2006), há alguns problemas metodológicos que são inerentes à investigação das consequências ambientais da atividade turística, como a dificuldade em distinguir mudanças induzidas pelo turismo e aquelas induzidas por outras atividades econômicas / humanas, a falta de informação referente às condições detalhadas do local antes da “chegada” do turismo, além da dificuldade em também diferenciar o que são consequências do turismo e o que seriam as alterações no meio ambiente que ocorreriam naturalmente, independente dos impactos da atividade.

Habitualmente, quando se fala em impactos ambientais do turismo, costuma-se pensar em espaços naturais e nas modalidades de turismo típicas destes espaços, como turismo de natureza, ecoturismo e turismo rural. Entretanto, há também os impactos percebidos nos ambientes urbanos, e que atualmente têm ganhado uma maior repercussão na academia e na mídia, por conta dos grandes efeitos do turismo de massas que têm sido sentidos nos centros de grandes cidades ao redor do mundo. Estes impactos de caráter espacial identificados nos destinos urbanos são, algumas vezes, mesclados com os impactos sociais do turismo, como aqueles relacionados à congestão urbana, aos problemas de habitação e também à estética e infraestrutura das cidades.

Após diversas análises nos destinos ao longo dos anos, foram identificados como os principais impactos ambientais negativos do desenvolvimento do turismo (Andereck et al., 2005; Barata-Salgueiro, Mendes, & Guimarães, 2017; Beni, 2006; Cooper et al., 2008; Kreag, 2001; Lage & Milone, 2001; Mathieson & Wall, 1982; Organização Mundial do Turismo, 2001; Santana, 2009):

- Poluição da água (rios, lagos, oceanos);
- Poluição do ar e sonora;
- Aumento excessivo de produção de lixo e resíduos no destino;
- Impactos e destruição da fauna / vida selvagem;
- Alteração / destruição da vegetação e do solo;
- Danos a formações geológicas;
- Destruição de ecossistemas marinhos;
- Degradação das paisagens;
- Perda de paisagens naturais (e natureza intocada) para o desenvolvimento do turismo;
- Utilização de patrimónios históricos para estruturas turísticas;
- O choque na arquitetura e estética da cidade pelas construções turísticas;
- Problemas na circulação (mobilidade urbana) e estacionamento, provocados pelo excesso de veículos e pessoas;
- Gentrificação, e o conseqüente deslocamento e marginalização das comunidades locais, como analisado na seção anterior.

Quando bem planeado e gerenciado, entretanto, o turismo pode promover o oposto dos impactos supracitados, como a revalorização e preservação de zonas naturais, fauna e flora,

através da criação de entidades e unidades de conservação e também da conscientização de residentes e visitantes; criar melhorias estruturais que ajudem a preservar o meio ambiente, como redes de esgoto e espaços de lazer que não agridam a natureza; e promover a preservação e reabilitação de patrimónios culturais, como sítios e edifícios históricos (Cooper et al., 2008; Davidson & Maitland, 1997; Lage & Milone, 2001; Mathieson & Wall, 1982).

### **2.3.2. Impactos económicos**

Santana (2009) define os impactos económicos como “custos e benefícios provenientes do desenvolvimento e do uso dos bens e serviços turísticos, bem como os efeitos destes nas estruturas económica e social” (p. 148). Não há dúvidas que o turismo produz mais impactos na economia das regiões recetoras. Estes impactos são geralmente positivos, mas também carregam alguns aspetos negativos junto a eles (Cooper et al., 2008).

A magnitude dos impactos económicos do turismo dependerá de diversos fatores, como: 1) a atratividade do destino; 2) o volume e a intensidade das despesas turísticas no destino; 3) o estágio de desenvolvimento económico da região recetora; 4) o nível em que as despesas dos turistas circulam na economia do destino turístico; 5) o grau de ajustamento do destino à sazonalidade da demanda turística. Estes fatores também serão determinantes para que os impactos sejam positivos ou negativos (Mathieson & Wall, 1982).

Na análise dos impactos económicos do turismo, é essencial considerar o alcance do efeito multiplicador destes. Segundo Silva (2004, p. 296), “a riqueza que o turismo gera não se limita aos setores económicos em contato direto com a demanda turística”, mas afeta, através de impactos diretos, indiretos e induzidos, a maioria dos setores componentes do sistema económico, em três formas de projeção, via produção, renda e investimento.

Entre os benefícios económicos do turismo mais apontados (Andereck et al., 2005; Beni, 2006; Davidson & Maitland, 1997; Kreag, 2001; Mathieson & Wall, 1982; Organização Mundial do Turismo, 2001), considera-se:

- A contribuição da atividade turística para a balança de pagamentos das áreas de destino;
- Geração de empregos;

- O incentivo à atividade empreendedora / aumento de investimentos e negócios locais;
- Aumento das rendas da população;
- Arrecadação de impostos;
- Desenvolvimento regional.

Destaca-se, entretanto, que embora a geração de empregos seja um dos impactos mais rapidamente percebidos do desenvolvimento do turismo e mais utilizados nos discursos de valorização da atividade, é importante considerar que grande parte desses empregos gerados são mal pagos, não qualificados, *part-time* e sazonais, o que questiona o benefício gerado (Williams, 1998).

Dentre os principais efeitos negativos (Andereck et al., 2005; Beni, 2006; Davidson & Maitland, 1997; Kreag, 2001; Mathieson & Wall, 1982; Organização Mundial do Turismo, 2001), geralmente menos analisados que os benefícios, estão:

- O aumento no custo de vida das regiões recetoras, gerado pela inflação nos preços de terras, bens e serviços;
- O risco da alta dependência económica ao turismo;
- Uma maior propensão a importar;
- Os riscos da sazonalidade de produção e consumo;
- A possibilidade de recessão económica, nos países maioritariamente emissores de turistas;
- Principalmente nos países mais pobres, mas não exclusivamente a eles, identifica-se também a dependência excessiva de capital investidor estrangeiro e a saída do país de grande parte das divisas geradas (lucro de multinacionais).

### **2.3.3. Impactos socioculturais**

Hall (2004) relata que, a partir da década de 1970, começou-se a dar maior atenção aos impactos socioculturais do desenvolvimento turístico, pois, na altura, percebeu-se que “apesar das dificuldades em quantificar os impactos sociais do turismo [...] talvez seja o aspeto mais importante do desenvolvimento turístico”. Assim, as avaliações de impactos sociais passaram a ser consideradas essenciais, “não apenas do ponto de vista ético da necessidade do envolvimento da comunidade nos processos de tomada de decisão, mas

também porque sem ele o crescimento e o desenvolvimento turístico podem tornar-se cada vez mais difíceis” (p. 53).

Os impactos socioculturais positivos do turismo que mais têm sido destacados em estudos sobre a percepção dos residentes (Andereck et al., 2005; Beni, 2006; Cooper et al., 2008; Davidson & Maitland, 1997; Eusébio & Carneiro, 2012; Kreag, 2001; Organização Mundial do Turismo, 2001; Wall & Mathieson, 2006):

- A valorização do património cultural;
- A valorização e promoção das tradições;
- A promoção da diversidade e do intercâmbio cultural;
- O rejuvenescimento das artes e ofícios tradicionais;
- A conservação do património construído;
- O aumento da oferta de eventos culturais;
- Crescimento da segurança e diminuição da criminalidade;
- A melhoria da qualidade de vida.

Por outro lado, os residentes também identificam diversos efeitos socioculturais negativos do turismo (Andereck et al., 2005; Beni, 2006; Cooper et al., 2008; Davidson & Maitland, 1997; Eusébio & Carneiro, 2012; Kreag, 2001; Organização Mundial do Turismo, 2001; Wall & Mathieson, 2006), como:

- Ao nível da conduta moral: perturbações no dia-a-dia, causadas por mau comportamento, barulho e consumo de álcool pelos turistas, bem como aumento dos de prostituição e drogas;
- Problemas relacionados à habitação;
- Mudanças negativas nos valores e costumes;
- Comercialização de artes e rituais da cultura local;
- Perda na autenticidade da cultura local;
- Perturbações nas práticas religiosas;
- Alterações na configuração e estética de zonas tradicionais;
- Crescimento da criminalidade e diminuição da segurança;
- Aumento do estresse e do custo de vida.

Embora estas categorizações sejam comuns nos estudos dos impactos do turismo e facilitem sua análise, é importante notar que estes impactos estão diretamente relacionados uns aos outros, e um impacto pertencente a uma destas categorias, pode gerar consequências em impactos de outras categorias, como, por exemplo, a geração de empregos que decorre de uma maior preservação dos recursos naturais de um destino, pela criação de parques e unidades de conservação.

Além disso, há impactos como o aumento do valor das habitações, por exemplo, que pode ser classificado como um impacto econômico positivo, pela ótica dos proprietários, um impacto econômico negativo, pela visão de quem deseja comprar ou arrendar, e ainda como uma questão social.

Todos estes impactos devem ser, portanto, analisados de forma integrada e participativa, dando voz a todos os grupos que por eles sejam afetados ou representativos, para uma correta compreensão e conseqüente planejamento do desenvolvimento turístico nos destinos.

#### **2.4. Percepção e atitudes dos residentes face aos impactos e desenvolvimento do turismo**

As percepções e atitudes dos residentes em relação aos impactos do turismo em suas comunidades começaram a ser mais amplamente investigadas a partir da década de 1970 (Brida, Disegna, & Osti, 2011; Lopes, 2016) e, atualmente, há muitos estudos que analisam os diversos fatores que provocam determinadas percepções e atitudes dos residentes à atividade turística.

De forma geral, os estudos realizados sobre a percepção e atitudes dos residentes fundamentam-se em três teorias principais (Lopes, 2016):

- 1) “Teoria das Representações Sociais”, que, resumidamente, descreve como as pessoas agem e reagem no seu cotidiano com base nos valores e conhecimentos gerados na própria comunidade. A investigação por esta teoria costuma recorrer à análise de *clusters*, a fim de identificar consensos entre os grupos de residentes;
- 2) “Teoria de Ligação à Comunidade”, que analisa que os residentes percebem os impactos conforme a ligação aos grupos que fazem parte, como, por exemplo, os que participam em associações comunitárias;

- 3) “Teoria da Troca Social”, que descreve que o comportamento dos residentes se baseia na análise de uma “negociação” com os turistas, entre benefícios, custos e recursos oferecidos e recebidos.

Entretanto, por diversas limitações encontradas nestas teorias (consideradas simplistas, imparciais e limitadas para avaliar a complexidade da realidade), os estudos não se atêm somente à aplicação delas, e outros fatores são considerados e correlacionados nesta análise da percepção e atitudes dos residentes frente ao desenvolvimento do turismo.

Além dos fatores sociodemográficos (como idade, nível de habilitações literárias e de rendimentos), a existência de uma relação profissional com o setor, a dependência económica da comunidade em relação ao turismo, o grau de compreensão do setor, a distância da residência aos centros turísticos, a intensidade de contato com os turistas, o tamanho da comunidade, e o tempo de residência no local são alguns exemplos de fatores que influenciam o modo como os anfitriões de destinos turísticos reagem, se comportam e avaliam os impactos do turismo (Almeida García, Balbuena Vázquez, & Cortés Macías, 2015; Beni, 2006; Cooper et al., 2008; Frauman & Banks, 2011; Lopes, 2016).

Em seu estudo comparativo sobre as percepções de duas comunidades na Nova Zelândia, Horn e Simmons (2002) analisaram que, em uma área onde a atividade turística é menos concentrada espacialmente e apresenta uma menor proporção do número de turistas para o número de residentes, o turismo é visto como estando sob controlo local e geralmente é mais apoiado. Ao passo que, em uma região onde o turismo se desenvolve muito rapidamente e gera uma série de mudanças em um curto espaço de tempo, é provável que a comunidade tenha percepções mais negativas e apresente uma maior resistência ao desenvolvimento da atividade turística.

Andereck et al. (2005) apontam que a percepção dos residentes dos destinos turísticos face aos impactos do turismo está diretamente associada à experiência pessoal destes indivíduos. Desta forma, segundo os autores, quando o turismo beneficia de alguma forma a vida de determinado membro da comunidade, a sua percepção, perante o turismo, acaba por ser mais positiva, e sua atitude perante os turistas, mais tolerante.

No entanto, moradores de comunidades já dependentes do turismo ainda são capazes de enxergar os custos sociais entre os benefícios económicos, embora esta conscientização das

consequências negativas não leve, necessariamente, à oposição a um crescente desenvolvimento do turismo. Pode ser que até mesmo os moradores mais dependentes do turismo, embora demonstrem ser os mais tolerantes em seus custos, ainda estejam cientes desses aspetos negativos, mas sintam que os benefícios oferecidos, a eles e suas comunidades, superem as desvantagens (Frauman & Banks, 2011).

A concentração e o nível de desenvolvimento do destino também podem ter grande influência nas percepções de impacto em sua comunidade. Butler, em 1980, desenvolveu o modelo do ciclo de vida de um destino turístico (TALC – *Tourist Area Life Cycle*) e mostrou que, à medida que o desenvolvimento do turismo cresce, é esperado que os residentes mostrem sinais crescentes de ressentimento e hostilidade em relação aos visitantes.

Desenvolvido por Doxey (1975), o “Irritation index”, também conhecido por “Irridex”, baseia-se na análise da mudança de atitude dos residentes locais em relação aos turistas e ao desenvolvimento do turismo ao longo dos diferentes estágios do ciclo de vida de um destino. Seus quatro estágios, definidos como euforia, apatia, irritação e antagonismo demonstram as respostas da população local ao desenvolvimento do turismo. Este modelo assume que as circunstâncias resultantes dos impactos negativos do turismo podem gerar um sentimento de irritação na comunidade local.

Tabela 1: Estágios do nível de irritação dos residentes e os estágios do ciclo de vida do destino. Adaptado de Doxey (1975) e Butler (1980)

<b>Nível de irritação (Doxey, 1975)</b>	<b>Características / atitudes dos residentes</b>	<b>Associação aos estágios do ciclo de vida do destino (Butler, 1980)</b>
1. Euforia	Residentes estão entusiasmados com o desenvolvimento do turismo. Eles acolhem os turistas, que chegam ainda em pequena quantidade, e há um sentimento mútuo de satisfação. Há oportunidades para os locais e o dinheiro do turismo circula.	Exploração / envolvimento

2. Apatia	À medida que a atividade se expande e o número de turistas aumenta, a relação começa a ser mais formalizada e o turista passa a ser visto como uma fonte de renda.	Desenvolvimento
3. Irritação	É a fase em que os moradores sentem receio da indústria do turismo, que está chegando ao ponto de saturação, devido ao crescimento significativo de chegadas e ao aumento no número de infraestrutura e investimentos externos.	Consolidação
4. Antagonismo	A população local vê os turistas como a razão dos problemas da cidade. A irritação é expressada verbal e fisicamente. A polidez e a satisfação mútuas dão lugar ao antagonismo.	Estagnação / declínio

Este modelo de Doxey indica, portanto, que à medida que o número de visitantes aumenta, a euforia dos moradores em receber os turistas costuma ser substituída por um sentimento de “apatia”, no qual a vontade de interagir com os visitantes é muito menor. Em seguida, vem o “estágio de irritação”, que resulta das inúmeras “concessões” que devem ser feitas pelos residentes ao crescente fluxo de visitantes temporários, na forma de instalações especializadas e de competição por espaços, recursos, bens e serviços, que acabam por ter os seus preços elevados.

Os sentimentos de apatia e irritação acabam por ser exacerbados pelas diferenças socioculturais, uma vez que os turistas costumam comportar-se de forma diferente e mais descontraída, têm amplo tempo livre, gastam dinheiro livremente e, assim, tornam-se alvos de uma atitude exploradora ou até antagonica por parte de alguns residentes (Laws, 1995).

A relação entre os modelos de Butler e Doxey demonstra que, com o passar do tempo e o desenvolvimento turístico, as percepções e reações das comunidades frente aos turistas e às iniciativas do setor tendem a se tornar cada vez mais negativas.

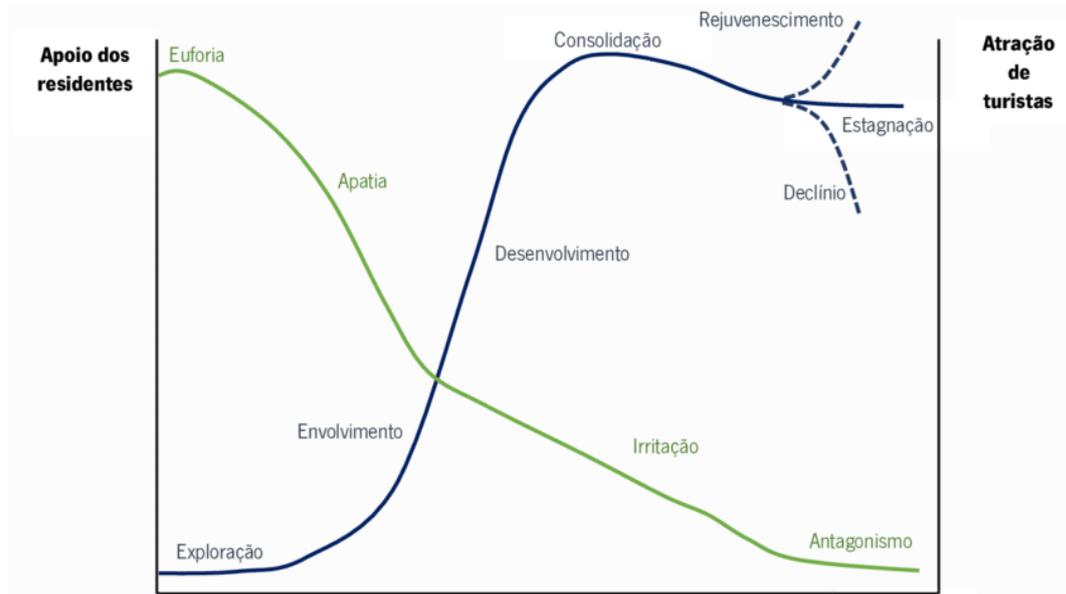


Figura 2: Adaptação dos modelos Irridex (Doxey) e TALC (Butler). Fonte: Lopes (2016)

Mais propriamente em relação às atitudes dos agentes do turismo, o quadro a seguir, desenvolvido por Bjorklund e Philbrick (1972), demonstra que as atitudes e o comportamento dos grupos / indivíduos em relação ao turismo podem ser positivas ou negativas, ativo ou passivo, respetivamente. A combinação destas atitudes e comportamentos produziu quatro formas de reação ao turismo, representadas nos quatro setores do diagrama elaborado. Dentre os agentes sociais de um mesmo destino, é possível identificar as quatro categorias de reação. Investidores e donos de empreendimentos turísticos estarão, em sua grande maioria, inseridos no grupo responsável pelo suporte e promoção agressiva da atividade turística. Haverá ainda fortes grupos de oposição ao desenvolvimento do turismo e aos impactos gerados por ele. Entretanto, a grande maioria da população estará, provavelmente, nas categorias de comportamento passivo, sejam favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento da atividade turística. (Mathieson & Wall, 1982).

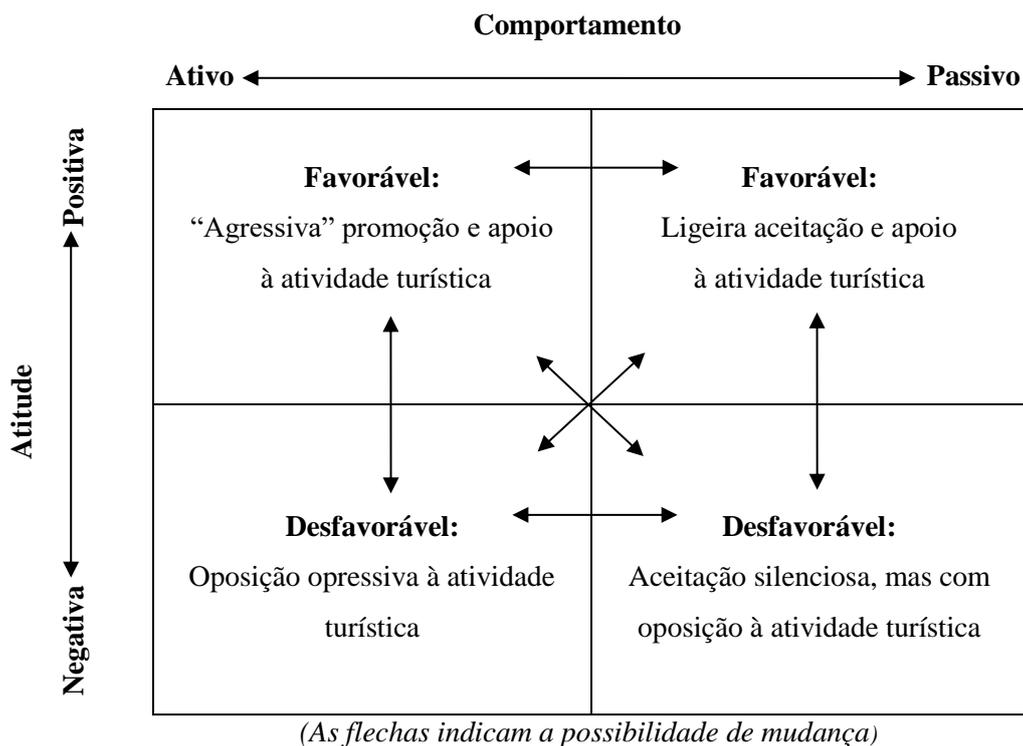


Figura 3: Respostas dos residentes à atividade turística.  
 Adaptado de: Mathieson & Wall (1982, p. 139) – Original elaborado por Bjorklund and Philbrick, 1972.

Na literatura, muitas vezes os residentes de um destino turístico são chamados de “anfitriões”. Como destacado por Mowforth e Munt (1998), o termo anfitrião sugere alguém que recebe convidados, o que propõe que existe uma disposição e, até mesmo, um certo controlo sobre quem chega em seu local de residência. Entretanto, é de conhecimento, e também analisado na literatura, que muitas vezes estes “anfitriões” não controlam e nem ao menos participam desta receção de turistas e do processo de desenvolvimento turístico de suas comunidades. Nem recebem benefícios suficientes para compensar os impactos negativos provenientes deste desenvolvimento (Mowforth & Munt, 1998).

Assim, é de extrema importância que as comunidades locais dos destinos estejam envolvidas e tenham um papel ativo no planeamento da política de turismo local, e que as decisões tomadas referentes ao desenvolvimento do turismo tenham seu acordo e apoio. Isto é essencial para uma sustentável e bem-sucedida gestão da atividade turística em qualquer destino.

Segundo Guerreiro, Mendes, Valle e Silva (2008), o conhecimento profundo da relação entre os residentes e o sistema turístico instalado - ou que se pretende instalar – em uma região

permite um planeamento adequado à satisfação das necessidades e desejos das populações locais, o que se traduzirá em maior hospitalidade na receção ao turista.

“Uma das componentes fundamentais de qualquer estratégia de desenvolvimento turístico dos destinos é a comunidade. Trabalhar com as pessoas, e não apenas para as pessoas, deve ser o lema de qualquer estratégia de desenvolvimento turístico” (Eusébio & Carneiro, 2012, p. 66). Sem o entendimento, apoio e participação dos residentes, torna-se praticamente impossível alcançar o desenvolvimento sustentável do turismo em um destino.

Brida *et al.* (2011) confirmam que os gestores de turismo devem ter “um conhecimento profundo das características do destino que os moradores desejam preservar e proteger, porque entender as atitudes dos residentes em relação aos impactos do turismo implica conhecer as relações emotivas entre os residentes e seu lugar” (p. 2).

De fato, o sentimento de apego dos moradores não apenas influencia as percepções dos residentes sobre os impactos do turismo, mas também a sua relação com os turistas. Quando os residentes percebem os benefícios do turismo para sua comunidade e local de residência, desenvolvem atitudes favoráveis em relação ao seu desenvolvimento, que poderão, também, se traduzir num maior nível de interação com os visitantes (Eusébio & Carneiro, 2012). Esta interação, por sua vez, poderá gerar um impacto positivo ao nível da satisfação desses visitantes ao destino, uma vez que os turistas são mais favoráveis e atraídos por destinos em que os moradores são mais amigáveis, honestos e hospitaleiros (Brida *et al.*, 2011).

### ***Overtourism* e turismofobia**

Diretamente relacionados à percepção e atitudes dos residentes de um destino turístico, “*overtourism*” e turismofobia são dois termos que, nos últimos anos, ganharam destaque como umas das questões mais discutidas em relação ao turismo na média popular e, cada vez mais, na academia (Koens et al., 2018). Diante da temática deste estudo, e como base para uma melhor observação da investigação empírica, considera-se relevante fazer, nesta seção, uma breve análise.

Foi realizada uma busca<sup>1</sup> pelo termo “*overtourism*” em livros e artigos científicos indexados na base de dados Scopus. O termo foi inserido para busca por títulos, resumos e palavras-chave: foram encontrados 69 resultados, sendo apenas um trabalho de ano de 2017, doze trabalhos publicados em 2018 e 56 trabalhos publicados em 2019.

Como Claudio Milano (2019) destaca, *overtourism*, apesar de um neologismo, não se trata de um novo conceito. O mesmo autor o descreve como o “crescimento excessivo de visitantes que leva à superlotação em áreas onde os moradores sofrem as consequências dos picos de turismo temporários e sazonais, que têm causado mudanças permanentes em seus estilos de vida, negado acesso a comodidades e prejudicado seu bem-estar geral” (p. 1). A mobilidade promovida pelo turismo sempre levou à concentração de visitantes nos destinos mais populares, levando à superlotação destes espaços. Embora costume ser associado a icônicas cidades europeias, como Barcelona e Veneza, o chamado *overtourism*, ou, simplesmente, o turismo em excesso, pode ocorrer em qualquer destino turístico e afetar todas as suas comunidades residentes, caso ocorra um desenvolvimento excessivo e sem planejamento da atividade.

Butler (2018) salienta que o conceito de *overtourism* não se trata somente de destinos movimentados ou superlotados, mas “representa uma situação em que o número de visitantes sobrecarrega os serviços e instalações disponíveis e também se torna um sério inconveniente para os residentes permanentes desses locais” (p. 637). Importante acrescentar, segundo Milano, Cheer e Novelli (2019), que o *overtourism* não deve ser associado somente ao grande volume de turistas, mas também à exploração dos recursos locais.

A OMT, por sua vez, em seu sumário executivo sobre o tema, lançado em 2018, além de destacar os impactos negativos na qualidade de vida das comunidades residentes, aborda que o *overtourism* diz respeito também aos impactos que influenciam negativamente a qualidade das experiências dos visitantes (UNWTO et al., 2018).

A turismofobia, seguindo a mesma tendência, é um termo (de uso muito mais mediático) utilizado para expressar, como o próprio nome indica, uma “fobia” e aversão ao turismo. Como Milano (2017) analisa, este termo tem sido generalizado “para descrever o descontentamento social que surgiu em resposta à saturação do turismo” (p. 5). Nos últimos

---

<sup>1</sup> Busca realizada pela autora, em outubro de 2019.

anos, principalmente em cidades da Europa, moradores locais têm protestado, através de cartazes, grafites, marchas públicas e até alguns episódios de violência, contra o turismo de massas, que tem dominado e limitado a vida cotidiana, com o número desequilibrado de visitantes em proporção ao de moradores, o congestionamento de espaços públicos nos centros das cidades, o aumento dos preços da habitação e a perda do poder de compra dos residentes.

Pode-se examinar estes fenômenos “contemporâneos” à luz dos modelos de Doxey (1975) e Butler (1980) e, ainda, relacionar a “turismofobia” ao conceito de capacidade de carga social. Pearce (1989) define capacidade de carga social como o ponto máximo de crescimento da atividade turística onde os residentes das áreas receptoras percebem que os danos sociais do desenvolvimento do turismo alcançaram níveis inaceitáveis. Assim, quando estes níveis são atingidos, seus níveis de tolerância diminuem e isto produz impactos em suas atitudes frente aos turistas e a tudo relacionado ao desenvolvimento do turismo, o que muitas vezes leva a ações de opressiva oposição à atividade turística.



Figura 4: "Tourist Go Home" - grafite em Donostia.  
Fonte: Retirada do *blog* Authenticitys (2018)

## 2.5. A busca pela sustentabilidade no turismo

Embora não exista uma definição universalmente aceita, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED, em inglês, *World Commission on Environment and Development*) definiu, no Relatório Brundtland, publicado em 1987, que desenvolvimento sustentável é um modelo de desenvolvimento “que atende às necessidades do presente sem

comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” (WCED, 1987). A partir deste relatório, e com esta crescente preocupação ambiental, abriu-se um imenso debate na academia e o termo ‘desenvolvimento sustentável’ ampliou-se e tornou-se um tema comum de pesquisa a diversas áreas, inclusive do turismo, até aos dias de hoje.

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU), lançou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de erradicar permanentemente a pobreza do mundo. Esta Agenda apresenta os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um documento composto por 169 metas, que se baseia no legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000 – 2015), com o objetivo de concluir o que estes não conseguiram alcançar. De acordo com as diretrizes destes objetivos, as estratégias que constroem crescimento econômico devem também atender a uma série de necessidades sociais e relacionadas à proteção ambiental. São objetivos integrados para promover a prosperidade enquanto protege o planeta (ONU, 2019).



Figura 5: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
Fonte: World Tourism Organization (2019)

A Organização Mundial de Turismo (OMT, 2015) afirma que promove o turismo como impulsionador do crescimento econômico, desenvolvimento inclusivo e preservação ambiental, e garante, assim, que o turismo, como uma das maiores atividades econômicas globais, possui um enorme potencial para contribuir para a conquista de tais objetivos:

O turismo tem o potencial de contribuir, direta ou indiretamente, para todos os objetivos. Em particular, foi incluído como metas nos Objetivos 8, 12 e 14 sobre crescimento econômico inclusivo e sustentável, consumo e produção sustentáveis e o uso sustentável dos oceanos e dos recursos marinhos, respectivamente (UNWTO, 2015, p. 2).

Em 2017, a ONU declarou este respectivo ano como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, com o intuito de promover o papel do turismo em cinco áreas principais: crescimento econômico inclusivo e sustentável; inclusão social, emprego e redução da pobreza; eficiência dos recursos, proteção ambiental e alterações climáticas; valores culturais, diversidade e património; e compreensão mútua, paz e segurança.

Neste sentido, distinguem-se os três pilares que suportam o desenvolvimento sustentável do turismo: a sustentabilidade ambiental, econômica e sociocultural, sendo que a eficácia de um modelo sustentável só é possível graças ao efeito de equilíbrio entre todas as dimensões (Hall, 2004).

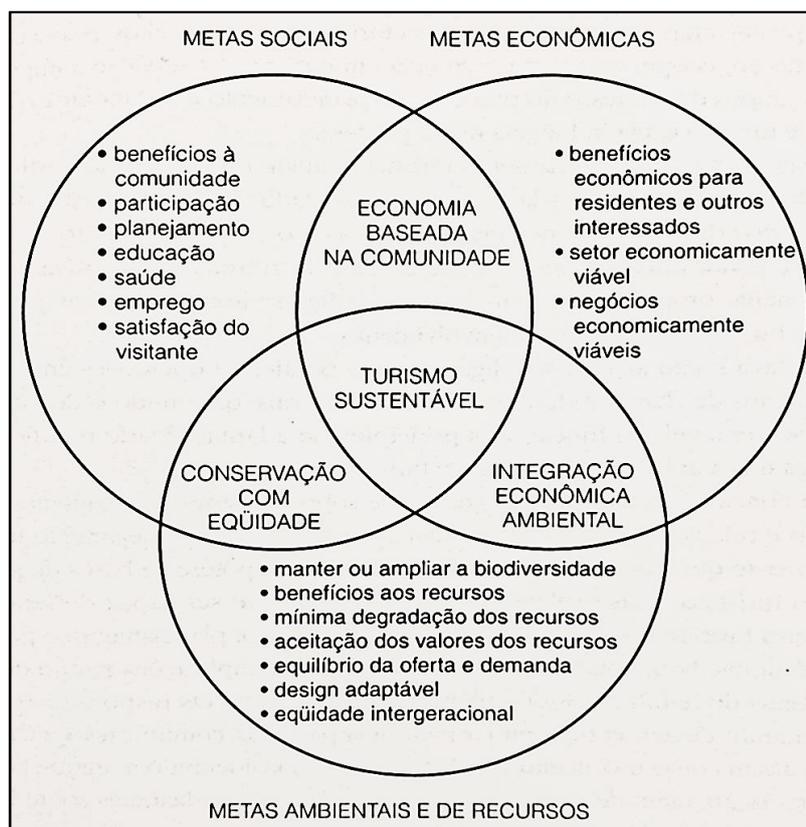


Figura 6: Valores e princípios do turismo sustentável  
Retirado de: Hall (2004, p. 33)

Quando se fala em desenvolvimento sustentável do turismo, portanto, refere-se ao equilíbrio entre as metas econômicas, ambientais e sociais que o crescimento desta atividade possa proporcionar. Embora seja um bom e amplamente projetado conceito, a sustentabilidade mostra-se difícil de operacionalizar. Afinal, em termos práticos, este desenvolvimento demanda o uso consciente dos recursos turísticos naturais e culturais do destino, preservando-os para o uso futuro das próximas gerações; o crescimento econômico e geração de empregos para a comunidade local; a promoção de ações que objetivem minimizar os impactos ao meio ambiente; a valorização da cultura local, entre outros. Lopes (2016, p. 41) ressalta que, uma das maiores dificuldades quanto ao uso destes recursos é que a “proteção ambiental não é, muitas vezes, coadunável com os interesses econômicos inerentes ao turismo”. A OMT (1996) ratifica que a sustentabilidade no turismo só ocorre quando inclui a qualidade de vida para as comunidades anfitriãs, a satisfação dos visitantes e o uso conservador dos recursos naturais e sociais.

É essencial, portanto, que seja desenvolvido um correto e responsável planejamento, atento às necessidades de todos os recursos e grupos envolvidos no desenvolvimento turístico, para promover o turismo como um fenômeno que não apenas visa maximizar retornos positivos ao crescimento econômico de uma comunidade, mas também trabalha para minimizar os custos para o meio ambiente e a comunidade local.

Como resultado de uma gestão e planejamento voltados para o desenvolvimento sustentável, obter-se-á, em vez de uma cidade que explode com muito crescimento ou implode em estagnação, uma comunidade viva e vibrante que atende às necessidades de mudança de seus residentes e visitantes (Frauman & Banks, 2011).

## **2.6. Planejamento do turismo – uma abordagem estratégica, participativa e sustentável**

O termo ‘planeamento’ possui diversas definições, embora possa também ser difícil de definir. Analisando algumas definições contidas no livro *Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos*, de Hall (2004, pp. 24-26), obtêm-se: “o planejamento pode ser entendido como o processo de decisão” (Veal, 1992, citado por Hall, 2004); “planejar é o processo de preparar um conjunto de decisões a serem colocadas em prática no futuro, direcionadas para o cumprimento de metas pelos meios preferidos” (Dror, 1973, citado por

Hall, 2004), “planeamento é um processo de pensamento humano e a ação baseada nesse pensamento – presente, passado, futuro” (Chadwick, 1971 citado por Hall, 2004) e “planeamento é o processo intencional em que se definem metas e elaboram políticas para implementá-las” (Cullingsworth, 1997 citado por Hall, 2004). Com base nestas definições, pode-se sintetizar planeamento como o processo de definição de metas e tomada de decisões, com ações articuladas no presente e voltadas para o futuro.

O planeamento é uma etapa essencial no desenvolvimento do turismo, principalmente quando se pretende praticar os princípios da sustentabilidade neste desenvolvimento. Hall (2004, p. 29) define que o planeamento “deve ser considerado um elemento crítico para se garantir o desenvolvimento sustentável de longo prazo dos destinos turísticos”. Para Inskip (1991), “um bom planeamento e uma gestão cuidadosa do turismo são cruciais para otimizar os benefícios do turismo e prevenir ou pelo menos atenuar quaisquer problemas que possam ser causados por esta indústria” (p. 16).

Gunn (1994), na mesma linha, identifica que somente o planeamento pode evitar os impactos negativos do turismo, entretanto, ressalta que, para que ele seja eficiente nesta função, deve ser estratégico, abrangente e integrador, constituído pelas ideias de todos os participantes envolvidos. Hall (2004) acrescenta que este planeamento do turismo deve ser pluralista, envolvendo as dimensões sociais, económicas e físicas do desenvolvimento e promovendo um equilíbrio entre elas, visto que estas podem, muitas vezes, ser conflitantes, como analisado na seção anterior, acerca do desenvolvimento sustentável.

Além disso, o turismo é um fenómeno de natureza complexa e uma indústria multissetorial, muitas vezes fragmentada e mal coordenada, o que o torna difícil de planear. Outro fator importante e delicado a se considerar no planeamento e gestão do turismo é que este se apropria dos recursos endógenos (entende-se aqui os recursos naturais, culturais, humanos, artísticos, arquitetónicos de uma região) e transforma-os em atrativos. Por isso, uma correta e cuidadosa gestão se faz necessária para preservação das condições ideais destes recursos. Quando bem planeado, o turismo tem a força para valorizar e preservar estes recursos, entretanto, um mal planeamento pode levar à exaustão e destruição ou desaparecimento destes recursos valiosos de uma comunidade.

Como etapas gerais de um processo de planeamento, Inskip (1988, pp. 363-366) aponta sete passos, que podem ser aplicáveis ao planeamento de destinos turísticos ou em outras

esferas de planeamento: 1) Preparação de estudos; 2) Determinação de objetivos; 3) Pesquisas; 4) Análises e sínteses; 5) Formulação de políticas e planos; 6) Recomendações; 7) Implementação e monitoramento.

Inskeep (1988, p. 363) descreve, ainda, os componentes essenciais de um território turístico que devem ser considerados em um processo de planeamento turístico: atrações e atividades turísticas; facilidades e serviços de acomodação; outras facilidades e serviços turísticos, como restaurantes, pontos de informação turística, operadoras e agências de viagens; facilidades e serviços de transportes; outras infraestruturas, como fornecimento de água, energia, telecomunicações e redes de esgoto; e os elementos institucionais de programas de marketing, educação e treinamento, legislação e regulações, políticas de investimentos dos setores público e privado, organizações públicas e privadas e programas socioeconômicos e ambientais. Estes componentes são representados em um modelo (conforme figura 7, a seguir) composto, ainda, por três outros elementos: o ambiente natural, cultural e socioeconômico, em uma posição central, como elemento base do sistema; os mercados de turismo nacional e internacional, e, na base do modelo, a utilização das atrações e instalações turísticas pelos residentes locais.

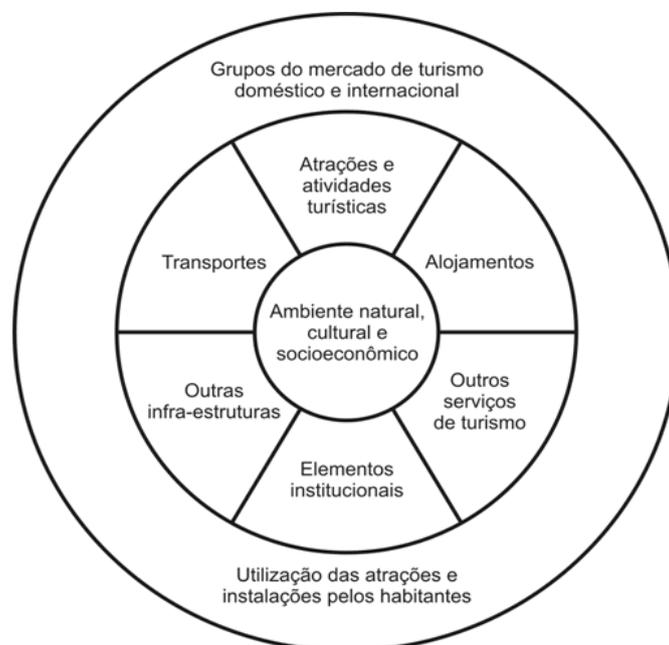


Figura 7: Componentes de um plano turístico  
Fonte: Elaborado por Inskeep 1988

Com base em diversos autores (Gunn, 1994; Hall, 2004; Inskip, 1991) o planeamento estratégico e com o envolvimento dos *stakeholders*, em particular voltado para as comunidades, é considerado componente essencial para o desenvolvimento turístico sustentável. O planeamento estratégico é aquele que integra planeamento e gestão em um único processo, e que procura lidar com questões como: “onde estamos agora? ”, “para onde queremos ir? ” e “como chegaremos lá?”, que se traduzem nas etapas de avaliação inicial e monitoramento, planeamento (definição de metas) e ações, respetivamente (Hall, 2004).

Simpson (2001) descreve o planeamento estratégico como um processo de ação abrangente que define uma direção e orienta a alocação de recursos para alcançar objetivos de longo prazo, e destaca que este planeamento apresenta muitas vantagens que são coincidentes com critérios de sustentabilidade previamente identificados: implica uma perspectiva de longo prazo, demanda consideração de múltiplos grupos de partes interessadas, é orientado a objetivos e pode acomodar diversas perspectivas conflitantes.

Entretanto, destaca-se que uma estratégia é apenas um meio para atingir um fim desejado. Portanto, a tão-somente elaboração de um plano estratégico em si, apenas com a definição de metas e objetivos, não levará automaticamente a formas mais sustentáveis de turismo, já que este método, por si só, é apenas um instrumento conceitual e prático importante para a correta aplicação e monitoramento de práticas sustentáveis no destino.

Simpson (2001) desenvolveu um modelo das seis etapas / fundamentos de uma filosofia de planeamento estratégico, a saber: 1) desenvolvimento de um portfólio acordado de valores críticos para as partes interessadas; 2) uso de valores críticos para articular uma visão ampla para o futuro; 3) estabelecimento de objetivos gerais que contribuirão para a realização da visão de futuro; 4) avaliação exaustiva do *status* atual como base para ações futuras; 5) estabelecimento de objetivos específicos para preencher a lacuna entre o *status* atual e as metas; 6) atribuição de prioridades, sistemas de responsabilidade e controle para monitorar a eficácia da implementação.

E, no primeiro fundamento, observa-se outra abordagem de planeamento de destaque para este trabalho, o planeamento participativo. Participar significa “fazer parte de”, ou seja, ter envolvimento em algo. Um planeamento participativo do turismo, vem a ser, assim, aquele em que todos os envolvidos na atividade turística participam. Frauman e Banks (2011) afirmam que planeamento participativo e gestão responsável são necessários para garantir

um desenvolvimento turístico justo e bem-sucedido. Assim, para uma eficiente e responsável gestão do destino turístico, é necessário, basicamente, desenvolver planos e implementar ações que busquem oferecer experiências de valor e alta qualidade aos visitantes enquanto minimizam os efeitos negativos do turismo, promovem os impactos positivos e atendem às necessidades dos *stakeholders* envolvidos.

O *stakeholder*, que em português se traduziria como “parte interessada”, pode ser definido como qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos que pode afetar, é afetado ou envolvido em uma organização, indústria ou fenômeno, neste caso, o turismo. Simpson (2001) identifica que os diferentes grupos de *stakeholders* envolvidos e afetados pelo turismo, normalmente encontrados em uma sociedade urbana e heterogênea, são:

- Governo – composto pelos órgãos nacional, regional e local de governo, as organizações regionais e locais de turismo e outros departamentos governamentais ligados ao turismo;
- Os grupos de turistas / visitantes;
- Além de um terceiro ‘grupo’, composto por organizações não-governamentais, diversas associações (comunitárias, de trabalhadores, ambientais), profissionais da indústria turística, empresários do setor, ambientalistas, comerciantes e os residentes locais da região onde o turismo se desenvolve, que abrangem, inclusive, pessoas que não possuem qualquer interesse, relação ou consciência do turismo.

Cada um destes *stakeholders*, pelos mais diversos motivos, tendem a possuir diferentes percepções, atitudes e necessidades em relação ao turismo e seu desenvolvimento no destino relacionado. Os empresários do setor tendem a promover o crescimento do turismo, enquanto associações ambientalistas desejam um melhor controle deste crescimento em prol da proteção dos recursos da área; até mesmo dentro dos grupos há conflito de opiniões, e enquanto alguns residentes podem avaliar o turismo como o grande fator de melhoria na qualidade de vida da região, outros enxergam o turismo como uma força invasora que age contra a identidade de sua comunidade.

De uma forma geral, esses diferentes grupos de *stakeholders* se distinguem por:

- Sua dependência do turismo;
- Seu interesse pelo turismo;

- Sua percepção sobre o turismo;
- Sua visão sobre o desenvolvimento da atividade;
- Seu nível de poder (para tomadas de decisão, por exemplo);
- Sua influência no turismo.

É comum observar a presença e influência dos agentes de mercado no planeamento e gestão dos destinos. Os visitantes, embora não presentes nos encontros, costumam ser priorizados e beneficiados com as decisões tomadas. Entretanto, os demais grupos costumam estar menos representados nos processos de planeamento, e, mais raramente ainda, possuem seus interesses, valores e necessidades considerados nas decisões tomadas. Mowforth e Munt (1998) afirmam que as relações de poder entre estes *stakeholders* produzem efeitos que refletem e promovem o desenvolvimento desigual das populações visitadas e desses outros agentes nas atividades do turismo.

Assim, se o destino planeia ter um crescimento sustentável, torna-se uma necessidade contínua orientar as decisões de planeamento e gestão considerando a expressão de todos os grupos envolvidos, de modo a tentar satisfazer as diferentes demandas destas diferentes partes interessadas. Afinal, o processo de planeamento deve ser composto por tomada de decisões e elaboração de políticas que lidam “com um conjunto de decisões interdependentes ou sistematicamente relacionadas, e não com decisões individuais” (Hall, 2004, p. 24).

O planeamento turístico participativo é uma resposta à necessidade de desenvolver diretrizes de maior aceitação social para a expansão do setor. Sessões de reuniões entre os *stakeholders*, assembleias públicas comunitárias e pesquisas entre os residentes acerca dos impactos do turismo, por exemplo, deveriam ser projetadas e realizadas como ponto de partida de um processo de planeamento, para fornecer aos planeadores informações que lhes permitam desenvolver planos e projetos destinados a abordar preocupações e questões locais (Lankford, 2001).

Hall (2004) identifica, entretanto, que há limitações e dificuldades para se desenvolver e manter uma abordagem de planeamento participativo, como o aumento dos recursos financeiros e humanos que esta participação demanda, o prolongamento dos processos de tomada de decisão, a dificuldade do público em compreender questões mais técnicas e complexas do planeamento, a dificuldade de grupos menores em manter sua representatividade, além, muitas vezes, da própria apatia de muitos cidadãos, que não

possuem interesse em se envolver nestas questões. Destaca-se, ainda, a questão de gerir conflitos de interesses, uma das dificuldades que os planeadores que adotam esta abordagem precisam lidar e desenvolver habilidades para melhor gerir estes momentos. Simpson (2001) complementa esta lista de limitações com o alerta para o fato de que múltiplas perspectivas podem resultar em baixa unanimidade de opinião dentro e entre os grupos de partes interessadas.

Embora estes pontos sejam verídicos, devem ser levados em consideração e contornados, pois a ausência da participação pública na gestão e planeamento, bem como a falta de representação dos valores e necessidades dos diversos grupos envolvidos e afetados, não só prejudica as relações e os interesses destas partes interessadas, mas também ameaça os objetivos da comunidade e a competitividade e prosperidade do destino a longo prazo.

Na maior parte da literatura sobre o planeamento do turismo, a necessidade de permitir a todos os atores relevantes a chance de expressar suas preocupações e ajudar a contribuir para o processo de planeamento é considerada um papel central no sucesso do desenvolvimento sustentável do turismo (Ahn, Lee, & Shafer, 2002; Frauman & Banks, 2011; Gunn, 1994; Horn & Simmons, 2002).

Simpson (2001) revisou, em sua investigação, a literatura relacionada ao desenvolvimento sustentável do turismo e à participação dos *stakeholders* em uma orientação integrada e estratégica de planeamento e argumentou “que esses três elementos oferecem benefícios sinérgicos consideráveis que poderiam ser incorporados de maneira lucrativa a qualquer política e processo relacionado a ambições de desenvolvimento turístico de longo prazo” (p. 33).

Neste contexto de busca por um desenvolvimento turístico mais sustentável, é que, neste estudo, propõe-se a utilização do sistema de planeamento dos Limites de Mudança Aceitável (LAC), um modelo indicado para a aplicação do conceito de sustentabilidade na gestão e planeamento dos destinos turísticos (Ahn et al., 2002; Frauman & Banks, 2011; McCool, 1994; McCool & Cole, 1997; Stankey et al., 1985), como será analisado na seção a seguir.

## **2.7. Limites de Mudança Aceitável / *Limits of Acceptable Change* (LAC)**

O LAC, apresentado nesta seção e utilizado como base para a pesquisa empírica deste trabalho, é um sistema de planejamento que, segundo o professor Stephen McCool (2013), pode ser definido como um processo que envolve uma sequência de etapas que conduz gestores e planejadores a explicar, estruturar e entender os problemas existentes. Este processo não necessariamente leva às respostas para todas as questões, mas fornece a base conceitual e os degraus através dos quais elas podem ser resolvidas com sucesso. Estas ferramentas de planejamento e gestão são estruturas que permitem a seus executores aplicar habilidades de pensamento crítico a um problema complexo e criar uma compreensão mais profunda desses problemas, forçando-os a explicar e "trabalhar" as várias dimensões deles (McCool, 2013).

### **2.7.1. Origem e definição do sistema**

O sistema de planejamento dos “Limites de Mudança Aceitável” (LAC) foi desenvolvido e aplicado, pela primeira vez, durante a primeira metade da década de 1980, para a gestão de visitantes das áreas naturais protegidas da Bob Marshall *Wilderness*, em Montana, pelo Sistema Nacional de Preservação de Áreas Selvagens (NWPS, em inglês *The National Wilderness Preservation System*) dos Estados Unidos da América (McCool, 1996; Schetter & Schetter, 2016; Stankey, Cole, Lucas, Petersen, & Frissell, 1985).

O desenvolvimento do método LAC, segundo os seus idealizadores, também representou a reformulação do método da determinação pura e simples da capacidade de carga, que só se preocupava com o limite de uso e o número de pessoas que uma área poderia suportar sem sofrer maiores danos. Percebeu-se, entretanto, que este caráter quantitativo da capacidade de carga falhava em seus objetivos, uma vez que muitos dos problemas provocados pelo uso recreativo de áreas protegidas ocorriam não tanto em função do número de pessoas que lá estavam, mas (da qualidade) do seu comportamento (Limberger & Pires, 2013; Stankey et al., 1985).

O conceito de capacidade de carga levava os gestores a analisar o ‘quanto’ seria considerado muito e a definir limites quantitativos, enquanto que o sistema LAC, por outro lado, passou a conduzi-los a uma análise significativamente diferente, ao questionar “quais condições são

apropriadas (ou aceitáveis) e como se alcançam essas condições”. Lombard (2019) ainda realça que esta nova abordagem está mais alinhada ao verdadeiro sentido de proteger uma área, que vem a ser proteger os valores para os quais ela foi estabelecida.

O tema principal deste método é, portanto, determinar quais são as condições apropriadas e aceitáveis para uma área (McCool, 1994). Segundo Gonzalez, Coromina e Galí (2018), o modelo LAC propõe avaliar o provável impacto de uma atividade no destino; concordar com o grau de mudança que será tolerado; monitorar o setor, regular e sistematicamente e decidir quais ações serão tomadas se esses limites forem excedidos.

Assim, o sistema de planejamento LAC surgiu como uma nova ferramenta para lidar com as complexas questões resultantes da gestão de visitantes, não apenas para proporcionar a estes as experiências que procuram, mas para gerir os problemas de seus impactos sociais e biofísicos, ao avaliar quais são os limites de mudanças aceitáveis destes impactos, assim como as condições desejadas após estas mudanças.

Stephen McCool (2013, p. 287) esclarece que o sistema LAC é baseado nas seguintes proposições:

- Qualquer nível de uso humano (o turismo, neste caso) de uma área resulta em alguma alteração nas condições biofísicas e sociais;
- O caráter e a quantidade da mudança resultante, em algum momento, se tornam inaceitáveis para, pelo menos, alguns constituintes da sociedade;
- A preservação dos recursos e o acesso (para visitação) são objetivos que parcialmente competem e se sobrepõem;
- A gestão é necessária para manter os impactos induzidos pelo homem dentro de um certo nível de aceitabilidade ou adequação.

Faria (2008) reitera que o sistema LAC se baseia no princípio de que qualquer ação de manejo e uso de um ambiente natural produz alterações nele. O objetivo da gestão, nesse sentido, é manter tais alterações dentro de parâmetros aceitáveis, já que não seria possível evita-las ou elimina-las. Stankey et al. (1985) complementam os objetivos e aplicabilidade ao definir que a estrutura LAC pode ser usada para definir um conjunto de condições

desejadas para alguma área em que a mudança ocorre ou é iminente, bem como as várias ações de gerenciamento necessárias para ajudar a manter ou restaurar essas condições.

### **2.7.2. Os princípios do LAC**

O sistema LAC é sustentado com base em onze princípios que surgiram de pesquisas sobre os impactos dos visitantes. Embora esses princípios não tivessem sido formalmente articulados quando o LAC foi desenvolvido, atualmente são reconhecidos como componentes fundamentais de qualquer sistema de planejamento sistemático para proteção e gerenciamento de áreas naturais (McCool, 1996).

Apesar destes princípios terem sido definidos por Stephen McCool com o foco no planejamento de áreas protegidas, faz-se relevante apresentá-los nesta seção, para melhor compreensão da construção do sistema LAC e porque avalia-se que podem ser perfeitamente considerados para o uso deste sistema de planejamento em outros tipos de área, como regiões urbanas, em conformidade ao que será proposto neste trabalho. A seguir, uma breve análise<sup>2</sup> destes onze princípios elementares do sistema LAC:

- Princípio 1: O gerenciamento adequado depende dos objetivos - este primeiro princípio diz respeito à necessidade de haver objetivos explicitamente declarados. Os objetivos fornecem declarações definitivas dos resultados que se deseja alcançar na gestão da área, identificam a adequação das ações de gerenciamento e indicam recursos e condições sociais aceitáveis. McCool (1996) alerta que definir os objetivos corretos não é um processo fácil, pois enquanto as pessoas tendem a concordar com valores e conceitos gerais, objetivos específicos e explícitos provavelmente provocam discordâncias consideráveis sobre o que deve ser alcançado ou produzido. Deve-se notar, entretanto, que o processo de estabelecimento de objetivos deve incluir métodos que promovam a interação com as partes interessadas e afetadas, dessa forma um consenso entre as divergentes visões e necessidades deve ser definido.

- Princípio 2: a diversidade de recursos e condições sociais no destino é inevitável e pode ser desejável - as condições sociais e de recursos em qualquer área protegida relativamente

---

<sup>2</sup> Adaptada de McCool, 1996 (pp. 3 -7)

grande provavelmente não são uniformes. Níveis de impactos, de uso e expectativas de condições apropriadas tendem a variar. O uso do visitante é frequentemente distribuído de maneira desigual. Essa diversidade de condições é inevitável e, às vezes, desejável.

McCool (1996) exemplifica que em grandes áreas protegidas terrestres, não seria desejável que os empreendimentos se espalhassem uniformemente pela área, não deixando nenhum local intocado. As áreas interiores das áreas protegidas geralmente exibem menos impactos induzidos pelo homem que a periferia. De modo semelhante, nos espaços urbanos, geralmente há uma maior oferta de recursos nos centros das cidades, e, por conta disso, observa-se uma maior concentração de visitantes nestas áreas. Em alguns contextos, entretanto, sugere-se a descentralização da oferta de infraestrutura e serviços, de modo a dispersar o grande volume de turistas e de oferta turística pelo território.

- Princípio 3: A gestão é direcionada a influenciar mudanças induzidas pelo homem – Neste princípio, analisa-se que as mudanças induzidas pelo homem são as mais perturbadoras nas áreas protegidas, e por isso o gerenciamento geralmente é orientado para limitar e gerenciar estas alterações provocadas pelo homem. Tais mudanças podem levar a condições que os *stakeholders* podem considerar inaceitáveis ou inapropriadas. Os gestores, então, se preocupam em determinar quais ações serão eficazes para influenciar a quantidade, tipo e localização dessas mudanças, além de determinar quanta mudança é aceitável.

Embora este princípio tenha sido desenvolvido com base na ação humana em áreas naturais protegidas, evidentemente se observa que as grandes mudanças provocadas pelo turismo nos centros urbanos também são induzidas pelo homem.

- Princípio 4: Impactos nas condições sociais e de recursos são consequências inevitáveis do uso humano – parte-se do princípio de que qualquer nível de uso provocará algum nível de impacto, seja ele físico ou social. Assim, a principal pergunta que deve ser feita na gestão e planejamento da região é "quanto impacto é aceitável nessa área?", e quando essa questão estiver definida, os gestores devem, então, lidar com a adequação de técnicas ou ações para gerenciar esses níveis de impacto.

- Princípio 5: Os impactos podem ser temporal e/ou espacialmente descontínuos – os impactos da atividade turística podem ocorrer fora do local onde o turismo ocorre primariamente e podem não ser visíveis / sentidos instantaneamente. Tais tendências tornam o entendimento e o gerenciamento de impactos significativamente mais difíceis, requerem

conhecimento substancial sobre as relações de uso e impacto em diferentes escalas e exigem que os planejadores e gestores do turismo projetem cuidadosamente estratégias de monitoramento apropriadas.

- Princípio 6: Muitas variáveis influenciam a relação uso / impacto – embora o nível de “uso turístico” seja uma consideração importante na gestão dos destinos, várias outras variáveis afetam a relação uso / impacto, como por exemplo o tipo de uso, o comportamento e atitude dos visitantes, além de outras variáveis como métodos de viagem, épocas / estações do ano e uma variedade de características próprias do destino. O que esse princípio significa é que os erros em torno das linhas que descrevem as relações de uso / impacto serão extremamente grandes por causa desses outros fatores e que as tentativas de controlar os impactos induzidos pelo homem somente por meio de limites de uso ou capacidade de carga podem falhar. Programas e regulamentos de informação destinados ao comportamento dos visitantes podem ser mais eficazes.

- Princípio 7: Muitos problemas de gerenciamento não são dependentes da densidade de uso – Relacionado ao princípio anterior, este reitera que os problemas de gestão relacionados ao número de pessoas que usam uma área tendem a ser aqueles que possuem soluções tecnológicas mais simples, como esgoto, abastecimento de água e estacionamento. Mesmo para alguns deles, a intensidade do problema pode não estar linearmente relacionada à quantidade de uso. Grande parte dos problemas surge de fatores menos quantitativos.

- Princípio 8: Limitar o uso / acesso é apenas uma das muitas opções de gerenciamento – conforme discutido anteriormente, um dos problemas com a abordagem da capacidade de carga é a ênfase no controle ou limitação do número de visitantes como uma chave para limitar os impactos. Como a capacidade de carga carrega consigo a pergunta “quantos são demais?”, tende a ver a imposição de limites de uso como um fim em si mesma. Uma política de limite de uso é apenas uma das várias ações de gerenciamento possíveis disponíveis para lidar com os impactos dos visitantes, mas é uma das ações mais intrusivas que os gestores podem implantar.

- Princípio 9: O monitoramento é essencial para uma gestão profissional – a etapa de monitoramento costuma ser realizada com pouco planejamento e implementação sistemáticos. O monitoramento é definido como o período e a medição sistemática dos principais indicadores das condições físicas e sociais. Ele executa duas funções principais

no processo do LAC: primeiro, permite que os gestores mantenham um registro formal das condições sociais e dos recursos ao longo do tempo, o que contribui para a sinalização das mudanças ocorridas nessas condições. Segundo, ajuda a avaliar a eficácia das ações de gestão, pois permite perceber, objetivamente, se as ações propostas solucionaram os problemas.

- Princípio 10: O processo de tomada de decisão deve separar decisões técnicas de julgamentos de valor - muitas decisões que confrontam os planejadores dos destinos são de natureza simplesmente técnica; no entanto, muitas outras, incluindo decisões de como limitar o uso, refletem julgamentos sobre valores. É importante, nos processos de tomada de decisão, que as perguntas "o que é" e "o que deveria ser" sejam separadas e não se confundam. Identificar a variedade de diversidade de recursos ou condições sociais existentes em uma área é uma tarefa diferente da determinação da variedade preferida de diversidade. As condições existentes podem influenciar as condições preferidas, mas as duas tarefas devem ser mantidas separadas.

- Princípio 11 - É necessário um consenso entre os *stakeholders* sobre as ações propostas para a implementação bem-sucedida de estratégias de planejamento e gestão - as decisões bem-sucedidas e que podem ser implementadas exigem não apenas um processo sistemático e técnico de solução de problemas, mas também um processo que incorpore a participação pública. Dentro dos contextos sociais e políticos altamente carregados que ocorrem frequentemente na gestão dos destinos, os processos de planejamento técnico tendem a criar mais divergências do que acordos, porque as ações propostas podem afetar adversamente algum valor expresso por um dos grupos de partes interessadas. Assim, é necessário um processo político até que haja consenso para a implementação das ações de planejamento para a área.

### **2.7.3. A estrutura LAC**

Como descrito por Stankey et al., em 1985, o sistema de planejamento LAC, originalmente desenvolvido nos Estados Unidos, foi baseado em quatro componentes principais: 1) a especificação das condições aceitáveis e alcançáveis, definidas por uma série de parâmetros mensuráveis; 2) uma análise da relação entre as condições existentes e aquelas consideradas

aceitáveis; 3) identificação das ações de gestão necessárias para atingir essas condições; 4) um programa de monitoramento e avaliação da eficácia da gestão da área.

Com o objetivo de melhorar a eficácia de sua operacionalização, estes quatro componentes foram, então, expandidos em nove etapas distintas (Stankey et al., 1985), conforme figura 8:

1. Identificação das preocupações e problemas da área;
2. Definição e descrição das classes ou zonas de oportunidade;
3. Seleção de indicadores de recursos e condições sociais;
4. Inventário dos recursos e condições sociais existentes;
5. Especificação de padrões para os indicadores das condições sociais e de recursos selecionados;
6. Identificação de alocações alternativas de zonas de oportunidades;
7. Identificação de ações de gerenciamento para cada alternativa;
8. Avaliação e seleção de uma alternativa preferida;
9. Implementação de ações e monitoramento de condições.



Figura 8: Sistema de planejamento "The Limits of Acceptable Change"  
Fonte: Retirado de *United States Forest Service* (2006)

Como pode-se observar, estas etapas compõem um processo cíclico e dinâmico, desenvolvido para estruturar o planejamento e, assim, auxiliar na gestão e tomada de decisões (McCool, 2013; Schetter & Schetter, 2016).

1) Na primeira etapa, são identificados os principais problemas e preocupações, como recursos e aspetos sociais que precisam de atenção especial ou problemas gerenciais que precisam ser resolvidos. Para esta etapa, a percepção e o conhecimento de todas as partes interessadas, envolvidas e afetadas deve ser considerado, para ajudar a identificar e definir as várias questões e preocupações associadas à perspectiva de desenvolvimento do turismo na área. Cidadãos, especialistas e gestores se reúnem para identificar quais valores, características ou qualidades especiais da área requerem atenção, quais problemas ou preocupações de gerenciamento devem ser tratados, quais questões o público considera importantes na gestão da área e, ainda, qual o papel da área em uma região e contexto nacional. Este diálogo entre as partes interessadas e envolvidas ajuda a unificar o acordo sobre valores e questões importantes. O LAC é um processo muito orientado a problemas, e os problemas identificados nessa etapa serão abordados posteriormente (Bentz, Lopes, Calado, & Dearden, 2016; McCool, 2013).

No contexto inicial para o qual o LAC foi desenvolvido, na gestão de zonas naturais de recreação, esta primeira etapa incentiva uma melhor compreensão da base de recursos naturais, como a sensibilidade da biodiversidade ao uso da recreação e ao desenvolvimento do turismo, um conceito geral de como o recurso pode ser gerenciado e um foco nas principais questões de gerenciamento. Para a proposta deste trabalho, de aplicação do LAC em um contexto urbano, mantém-se o foco nas questões de gerenciamento, aplicando-as para os recursos existentes e para questões socioculturais, em relação à sensibilidade da comunidade local ao desenvolvimento do turismo.

2) O segundo passo propõe a definição e descrição das atividades (recreação) com suas condições e recursos de acordo com as classes ou zonas de oportunidade, e pressupõe a ideia de que diferentes áreas estão mais bem equipadas para aceitar certos tipos de visitação / atividades e devem ser gerenciadas de maneira a alinhar melhor as características ambientais ou sociais com os desejos de vários grupos de visitantes e as metas gerais de gerenciamento. Isto se deve ao fato de que a maioria dos destinos contém, dentro dos seus territórios, uma diversidade de recursos, infraestruturas e características socioculturais. Portanto, o tipo de ação necessária pode variar em cada uma dessas áreas, dependendo de suas características.

As classes de oportunidade descrevem subdivisões em zonas onde diferentes condições sociais, de recursos ou administrativas serão mantidas. No contexto de áreas naturais, para uma melhor compreensão, os autores exemplificam que configurações mais profundas dos recifes exigirão equipamentos de mergulho, enquanto em áreas mais rasas os *snorkels* podem ser adequados. As áreas mais rasas também podem mostrar mais impacto do uso humano, como efeitos sobre os corais, do que as áreas mais profundas; regiões periféricas ou áreas facilmente acessíveis de parques podem receber níveis mais altos de uso e podem mostrar evidências de maiores níveis de impactos. As classes desenvolvidas na etapa 2 representam uma maneira de definir a diversidade de condições dentro da configuração da área. Nesta fase também são definidos o número de classes, bem como suas condições gerais biofísicas, sociais e administrativas. Em vários destinos turísticos, no entanto, o desenvolvimento já pode estar muito avançado para sobrepor essa estrutura conceitual ao *layout* ou nível de desenvolvimento existente (Frauman & Banks, 2011).

3) Na terceira etapa, são selecionados indicadores, os elementos específicos do ambiente social ou de recursos selecionados para representar (ou ser "indicativos de") as condições consideradas adequadas e aceitáveis em cada classe de oportunidade. Ou seja, esta etapa dedica-se à identificação das condições mais importantes de um cenário e, em seguida, nos indicadores específicos que podem medir melhor qualquer alteração nessas condições. Os indicadores devem ser fáceis de medir quantitativamente. Como é impossível medir a condição e a mudança de todos os recursos e condições sociais em um ambiente, alguns indicadores são selecionados como medidas gerais. McCool (1996) compara isto aos procedimentos de verificação da saúde humana, como monitorar, com relativa frequência, a tensão arterial, em vez de testes mais completos e específicos de química do sangue.

Os indicadores são uma parte essencial do sistema LAC, porque seu estado reflete a condição geral encontrada em uma classe de oportunidade. Esse aspecto da seleção de indicadores é bastante desafiador e, mesmo após a seleção de indicadores relevantes, pode ser difícil medir e avaliar as ações necessárias para as etapas subsequentes do processo (McCool, 1994).

4) A quarta etapa requer um inventário de recursos existentes e condições sociais, a ser feito guiado pela da medição dos indicadores selecionados na etapa anterior. Por exemplo, nível e tipo de desenvolvimento, densidade de uso e impactos induzidos pelo turismo na área podem ser medidos. Para a aplicabilidade em áreas marinhas, os autores citam ainda outras variáveis, como a localização de diferentes corais, naufrágios, docas e pontos de atracação;

para o contexto urbano, devem ser inventariados os diversos equipamentos e infraestrutura turística da área, como aeroportos, atrativos turísticos e empreendimentos hoteleiros. Os dados do inventário são mapeados para que a condição e a localização dos indicadores sejam conhecidas. O inventário também ajuda os gestores a estabelecer padrões realistas e atingíveis.

5) Na quinta etapa, definem-se, em termos mensuráveis, a gama de condições para cada indicador considerado apropriado e aceitável para cada classe de oportunidade. Os padrões servem para definir os "limites de mudança aceitável". São as condições máximas admissíveis que serão permitidas em uma classe de oportunidade específica. Eles não são necessariamente objetivos a serem alcançados; os padrões que definem a faixa de condições aceitáveis em cada classe de oportunidade devem ser realistas e atingíveis, e descrevam mais do que uma simples reprodução das condições existentes (inaceitáveis).

6) Os destinos turísticos geralmente diferem significativamente na quantidade de desenvolvimento, densidade humana (residentes e visitantes) e oportunidades de lazer disponíveis. Nesta etapa, começa-se a identificar alguns tipos diferentes de alternativas. Usando as informações das etapas 1 (questões e preocupações da área) e 4 (inventário das condições existentes), os planejadores e os cidadãos podem começar a explorar em conjunto quão bem as diferentes alocações de classes de oportunidades tratam dos vários interesses, preocupações e valores conflitantes.

7) As alocações alternativas propostas na etapa 6 são apenas o primeiro passo no processo de desenvolvimento de uma alternativa preferida. Além dos tipos de condições que seriam alcançados, gestores e os cidadãos precisam saber quais ações de gerenciamento serão necessárias para alcançar as condições desejadas. Neste sentido, a etapa 7 requer uma análise dos custos, amplamente definidos, que serão impostos por cada alternativa. Por exemplo, muitas pessoas podem achar atraente a alternativa de proteger uma área específica de qualquer empreendimento e restaurar à condição primitiva os impactos que possam existir; no entanto, essa alternativa poderia exigir tantos custos para aplicação, que deixaria de ser tão atraente.

8) Com a avaliação dos vários custos e benefícios das várias alternativas, planejadores e cidadãos podem avançar para a fase de avaliação, e a autoridade de gestão pode selecionar uma alternativa preferida. A avaliação deve levar em consideração muitos fatores, mas os

exemplos incluem a resposta de cada alternativa aos problemas identificados na etapa 1, requisitos de gestão da etapa 7 e preferências públicas. É importante que os fatores que figuram no processo de avaliação e seu peso relativo sejam explicitados e estejam disponíveis para revisão pública.

9) Com uma alternativa finalmente selecionada, as ações administrativas necessárias (se houver) são postas em prática e instituído um programa de monitoramento. Frequentemente, um plano de implementação, detalhando ações, custos, cronograma e responsabilidades, será necessário para garantir uma implementação adequada. O programa de monitoramento concentra-se nos indicadores selecionados na etapa 3 e compara suas condições com as identificadas nas normas. Esta informação pode ser usada para avaliar o sucesso das ações. Se as condições não estiverem melhorando, talvez seja necessário implementar novas ações.

Originalmente, o LAC foi desenvolvido com estas nove etapas distintas. Entretanto, após o *workshop* “*Limits of acceptable change and related planning processes: progress and future directions*”, realizado em 1997, em Montana, nos EUA, os especialistas recomendaram a inclusão de mais uma etapa (que viria a ser a nova etapa nº 1) envolvendo mais explicitamente a definição dos objetivos gerais da área e das condições desejadas. Esta etapa envolveria o desenvolvimento de uma perspectiva sobre a importância da área, suas características ímpares e sua abrangência regional e nacional (Takahashi & Cegana, 2005).

Importante notar que, embora esta estrutura apresente uma sequência de etapas, seus criadores destacam que a mesma não precisa ser rigorosamente observada, uma vez que esses processos são amplamente interativos e circulares ao invés de lineares (Takahashi & Cegana, 2005). McCool (1996) esclarece que “importante é que os planejadores entendam a lógica de cada etapa e sua sequência no processo geral. Ao entender claramente a lógica, as etapas podem ser modificadas conforme necessário” (p. 7).

Estas etapas do LAC conduzem gerentes e pesquisadores ao longo do processo, para que não apenas possam ser determinadas as condições desejadas de uma área, mas também para que indicadores e padrões necessários sejam estabelecidos para permitir o reconhecimento de quando a degradação ou excesso de mudança ocorreu (Frauman & Banks, 2011).

#### **2.7.4. LAC e a participação pública**

Em sua concepção original, o sistema LAC representava a tradicional abordagem racional do planejamento. No entanto, sua primeira aplicação completa na Bob Marshall *Wilderness*, no estado de Montana (EUA), incluiu um componente de envolvimento público, e a publicação referente a esta aplicação (Stankey et al., 1985) aponta a participação pública como um componente fundamental para o sucesso do processo de planejamento. A partir disso, este formato foi reproduzido diversas outras vezes e McCool (1996, p. 11) relata que “a participação pública se tornou uma das marcas do planejamento bem-sucedido baseado no LAC nos EUA”, pois foi observado que os processos que envolviam o público apresentavam um trabalho mais completo do que aqueles elaborados somente por planejadores.

Assim, as lições dessa primeira experiência desenvolveram a premissa que o sistema LAC deveria ser sustentado em uma ativa participação comunitária e colaborativa durante todos os processos de tomada de decisão (Schetter & Schetter, 2016). Afinal, ao combinar a experiência técnica de especialistas, com o conhecimento dos profissionais do setor e a percepção valiosa da comunidade local, o processo LAC pode resultar em decisões mais corretas e com maiores chances de sucesso em sua implementação (McCool, 1996).

Conforme explicado, esta estrutura delinea indicadores para estabelecer padrões de mudanças aceitáveis; propõe alternativas e define a implementação de propostas, integrando-as em um processo participativo. Definir o que é aceitável para uma variedade de partes interessadas é a essência da estrutura conceitual do LAC, bem como os meios para buscar algum compromisso entre as diferentes necessidades destes grupos (Ahn et al., 2002; Stankey et al., 1985).

Assim, por este processo participativo, o LAC torna-se uma ferramenta de gestão que considera mudanças e transformações, estabelece limites para elas, monitora e guia o processo de transformação, enquanto preserva e reforça a identidade e os valores locais (Schetter & Schetter, 2016).

Entretanto, apesar dos benefícios mútuos dessa participação pública, Limberger e Pires (2013) afirmam que para a determinação do quanto de mudança é aceitável para uma zona, as duas maiores dificuldades estão, além de selecionar padrões para o monitoramento das mudanças, em conquistar o apoio e envolvimento dos *stakeholders*.

O LAC fornece a estrutura necessária para avaliar as percepções e sentimentos dos *stakeholders* participantes dos processos em relação ao nível de desenvolvimento e mudanças geradas pelo desenvolvimento do turismo. Essa estrutura conceitual é apresentada como sendo útil para lidar com problemas como capacidade de suporte (ambiental, física e social) que são caracterizados por conflitos e pela necessidade de comprometimento (Cole & Stankey, 1997). É essa necessidade de determinar um equilíbrio entre interesses conflitantes e características existentes que marcam a busca pela sustentabilidade neste processo (Frauman & Banks, 2011).

Em consonância, Wearing e Neil (2001) analisam que o LAC respeita e atende a necessidade de mudanças, enquanto guia-as em direção à sustentabilidade, uma vez que o objetivo central do método consiste em estabelecer o nível máximo de danos e priorizar as condições desejadas de preservação para a geração atual e para as gerações futuras.

#### **2.7.5. Aplicabilidades do sistema LAC**

Conforme destacado anteriormente, o LAC foi desenvolvido, em 1985, em um contexto de áreas naturais protegidas e, até ao momento, a maior parte das pesquisas desenvolvidas acerca do tema focaram-se nesta aplicabilidade. A maioria dos estudos encontrados concentra-se nas áreas de biologia e ecologia, e aplicam o método para o uso recreativo e conservação de parques naturais e vida marinha.

Nos últimos anos, poucos estudos (com destaque para Schetter & Schetter, 2016) iniciaram a análise para aplicação deste método como instrumento do planejamento e gestão de zonas de patrimónios culturais com influxo turístico. E apenas um estudo, de Ahn, Lee e Shafer (2002), propôs uma aplicação do LAC para o planejamento regional de comunidades urbanas.

Na tabela 2, um quadro-síntese dos principais estudos<sup>3</sup> desenvolvidos acerca da aplicação do método LAC.

---

<sup>3</sup> Esta revisão de literatura foi realizada através de busca em bases de dados académicas, nomeadamente Scopus e Science Direct, em sites como Scielo e ResearchGate e em portais de pesquisa integrada, como Google Académico e Repositórios abertos de Universidades em Portugal e no Brasil.

Tabela 2: Revisão da literatura de aplicações do método LAC  
 Fonte: Elaboração própria, com base nos resultados da pesquisa

Autor / ano	Título (original)	Contexto / localização	Metodologia de recolha dos dados	Etapas LAC abordadas
Stankey, G., Cole, D., Lucas, R., Petersen, M., & Frissell, S. (1985)	<i>The limits of acceptable change (LAC) system for wilderness planning</i>	Desenvolvimento e aplicação pioneiros do sistema LAC / Bob Marshall Wilderness (Montana, EUA)	Sessões de planeamento participativo envolvendo os <i>stakeholders</i> da área	Todas
Ahn, B., Lee, B. & Shafer, C.S. (2002)	<i>Operationalizing sustainability in regional tourism planning: An application of the limits of acceptable change framework</i>	Três pequenas comunidades incorporadas no condado de Calhoun (Texas, EUA)	Questionários acerca da percepção e atitudes face ao desenvolvimento do turismo enviados por correio a amostra randômica de residentes	Aplicação das etapas 1, 2 e 3
Roman, G., Dearden, P. & Rollins, R. (2007)	<i>Application of zoning and “limits of acceptable change” to manage snorkelling tourism</i>	Área Marinha Protegida / Koh Chang National Marine Park, Tailândia	Questionários aplicados aos mergulhadores acerca da experiência e percepção das condições dos corais	Utilização de padrões e indicadores
Frauman, E. & Banks, S. (2011)	<i>Gateway community resident perceptions of tourism development: Incorporating Importance – Performance Analysis into a Limits of Acceptable Change Framework</i>	Comunidade de zona “gateway” no Condado de Watauga (Carolina do Norte, EUA)	Questionários acerca dos impactos percebidos do turismo enviados por correio a amostra randômica de residentes	Aplicação das etapas 1, 2 e 3

Diedrich, A., Huguet, P. & Subirana, J. (2011)	<i>Methodology for applying the Limits of Acceptable Change process to the management of recreational boating in the Balearic Islands, Spain</i>	Área recreativa em barcos / Cala Xinxell, Mallorca, (Ilhas Baleares, Espanha)	Sistema de Informação Geográfica (SIG), observação participante e questionários aplicados aos usuários dos barcos	Uso do conceito e padrões para indicadores
Schetter, M. & Schetter, O. (2016)	<i>Limits of acceptable change and heritage management on the Island of Mozambique</i>	Contexto cultural / área classificada Património Mundial UNESCO, Ilha de Moçambique (Moçambique)	Sem recolha de dados primários	Não aplica, somente analisa viabilidade
Bentz, J., Lopes, F., Calado, H. & Dearden, P. (2016)	<i>Sustaining marine wildlife tourism through linking Limits of Acceptable Change and zoning in the Wildlife Tourism Model</i>	Impactos das atividades de mergulho na vida marinha / Arquipélago dos Açores, Portugal	Entrevistas estruturadas com <i>stakeholders</i> locais e questionários aplicados aos mergulhadores	Aplicação das etapas 1 - 4
Komsary, K., Tarigan, W. & Wiyana, T. (2018)	<i>Limits of acceptable change as tool for tourism development sustainability in Pangandaran West Java</i>	Impactos do turismo e uso recreativo na zona de Pangandaran West Java (Indonésia)	Consulta a documentos e relatórios públicos da área; questionários aplicados aos visitantes	Uso do conceito e padrões para indicadores

McCool (1996) afirma que, embora a publicação original sobre a aplicação do LAC (Stankey et al., 1985) enfatize que o sistema tenha sido originalmente projetado para gerenciar o uso recreativo em áreas naturais selvagens, os conceitos e princípios que formam a estrutura podem ser estendidos a outros contextos muito além do originalmente proposto. Este autor cita exemplos, inclusive, de casos práticos realizados nos primeiros dez anos desde a publicação inicial, como em diversos parques geridos pelo Serviço Nacional de Parques dos EUA; pelo *Bureau of Land Management*, no estado de Idaho (EUA), para estruturar o planeamento de uma área ribeirinha sensível; além de seu próprio trabalho (McCool, 1994), onde adaptou o processo LAC à gestão de desenvolvimento do turismo de natureza em uma região. McCool (1996) conclui, assim, que o desafio para os gestores é entender claramente os princípios e conceitos subjacentes à ideia dos limites de mudança aceitável e depois projetar os processos necessários para implementar um sistema de planeamento baseado no LAC em diferentes contextos.

Este mesmo autor, em seu trabalho “*Limits of Acceptable Change and Tourism*”, publicado em 2013, conclui sua análise sobre a relação do LAC e o turismo dizendo que este sistema não foi projetado para fornecer estruturas a nível global ou nacional para a política de turismo, entretanto, por seu valor em fornecer uma estrutura para planeadores e gestores trabalharem nas complexidades da integração de metas de preservação e acesso, deve ser testado como ferramenta de planeamento, até em nível regional, para a gestão do desenvolvimento do turismo.

Considera-se este trabalho, portanto, um relevante estudo exploratório na aplicação do método LAC no contexto urbano, em pleno centro histórico de uma grande cidade, e com foco na preservação das condições ideais para uma gama de *stakeholders*, com destaque para a população residente.

## **2.8. Conclusão**

O turismo, dinâmico fenómeno socioespacial e um dos maiores setores de atividade económica do mundo, apresenta como resultado das ações e relações entre seus diferentes agentes sociais, processos de produção e transformação de trechos do espaço, conhecidos

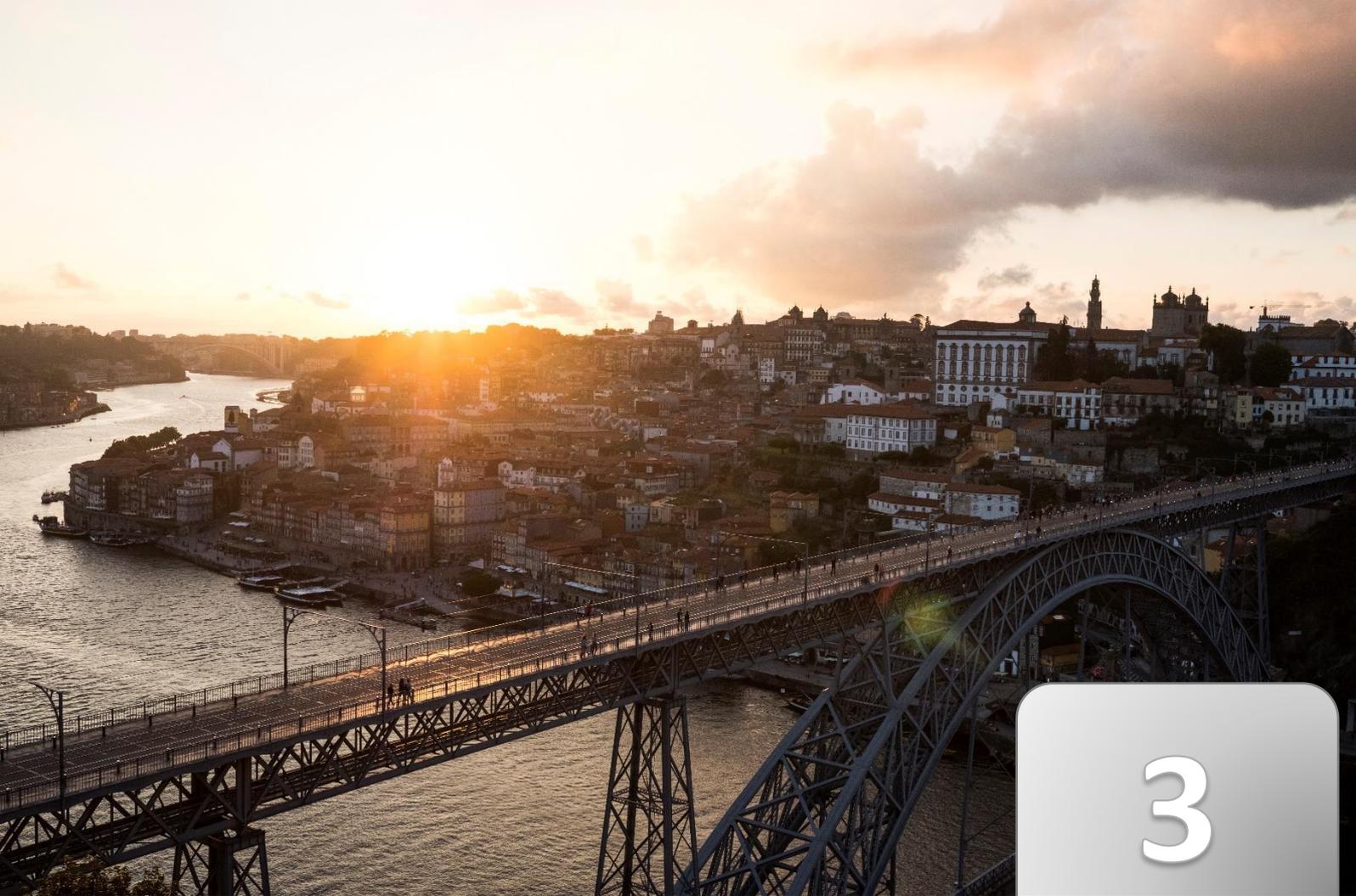
como turistificação, que muitas vezes acabam por gerar conflitos de interesses entre aqueles que precisam compartilhar tais territórios.

O objetivo e maior desafio do planeamento do turismo sempre foi encontrar uma maneira de beneficiar os dois lados - visitantes e comunidades, garantindo que os turistas tenham experiências satisfatórias e, ao mesmo tempo, promovendo meios de melhorar a qualidade de vida nos destinos. As análises dos impactos do turismo e da percepção da comunidade são duas contribuições indispensáveis para garantir que estes objetivos sejam alcançados no planeamento dos destinos turísticos. Assim, para que os territórios possam ser mais sustentáveis, torna-se necessário promover práticas de planeamento mais próximas das comunidades locais e em perspectivas de longo alcance. Somente através do engajamento correto da comunidade, um planeamento cuidadoso que respeite a capacidade e os valores do destino, o turismo terá um desenvolvimento sustentável.

Nos últimos anos, tem surgido um maior esforço para promover este desenvolvimento sustentável do turismo em diferentes escalas. Isto vem, entre outros fatores, da percepção global de que muitos destinos correm riscos, devido à escassa atenção dada à gestão dos impactos da atividade turística. Destruição de florestas, contaminação das praias, danos ao património cultural, insatisfação das populações locais e reações hostis aos turistas e ao desenvolvimento do turismo têm ocorrido em muitos destinos do mundo. Estudos realizados pela OMT (2001) apoiaram a conclusão de que o planeamento e a gestão do turismo em muitos destinos ocorreram com informações insuficientes, particularmente no que diz respeito aos impactos da má gestão do turismo nas esferas económica, social e ambiental.

Após todos os tópicos analisados neste trabalho, pode-se sintetizar que o desenvolvimento sustentável do turismo possui o foco em atingir algum nível de harmonia entre os grupos de partes interessadas, para desenvolver uma qualidade de vida desejável que perdure (Ahn et al., 2002).

McCool (1994) indica que a gestão de destinos turísticos orientada para a sustentabilidade requer dois componentes: “ (1) um sistema de planeamento técnico que lide com problemas e force a tomada explícita de decisões; e (2) um processo de envolvimento público orientado para a construção de consenso”. O sistema de planeamento LAC atende a ambos (p. 52).



Fotografia: Associação de Turismo do Porto e Norte. Tirada em 04.07.2018

# Contextualização - a cidade e o centro histórico do Porto

*“Lá na leal Cidade, donde teve*

*Origem (como é fama) o nome eterno*

*De Portugal (...)*”

Luís Vaz de Camões - “Lusíadas” - Canto VI – Estância 52



### **3.1. Nota introdutória**

A partir deste terceiro capítulo, inicia-se a etapa empírica deste trabalho. Neste capítulo, será realizada uma contextualização do objeto de estudo desta investigação, o centro histórico da cidade do Porto. Para tanto, iniciar-se-á com uma breve caracterização da cidade do Porto e suas características geográficas e demográficas. Em seguida, um olhar mais direcionado ao centro histórico, Património Cultural da Humanidade, sua delimitação e características. A seguir, é realizada uma análise da cidade centrada na temática do turismo, apresentada através de dados, fatos e números que expõem o crescimento da atividade, tanto em Portugal, como especificamente na cidade e centro histórico do Porto, além de duas análises realizadas acerca dos impactos desse desenvolvimento, por meio de notícias jornalísticas e relatos encontrados em *websites* e redes sociais, bem como pela breve análise dos resultados do Projeto SPLACH, que investigou a percepção dos residentes do centro histórico do Porto acerca dos impactos do desenvolvimento turístico na região.

### **3.2. Cidade do Porto**

A cidade do Porto, conhecida como a Cidade Invicta, foi construída ao longo das encostas com vista para a foz do Rio Douro e é caracterizada por uma paisagem urbana única com uma história que remonta a mais de dois mil anos. É a cidade que deu o nome a Portugal – desde muito cedo (c. 200 a.C.), quando se designava de *Portus Cale*, vindo, mais tarde, a tornar-se a capital do Condado Portucalense, de onde se formou Portugal e de onde, anos depois, se construiu o Império Português. É ainda uma cidade conhecida mundialmente pelo seu vinho, pelas suas pontes e arquitetura contemporânea e antiga, o seu centro histórico, classificado como Património Mundial pela UNESCO, pela qualidade dos seus restaurantes e pela sua gastronomia.

#### **Caracterização geográfica e demográfica**

O Porto é a segunda maior e mais populosa cidade de Portugal, situada no Noroeste do país e capital da Área Metropolitana do Porto, da região Norte e do Distrito do Porto. Grande parte dos seus limites geográficos (representados em vermelho, na figura 9) são definidos pela Estrada Nacional 12, que faz a divisão da cidade do Porto com os concelhos limítrofes

de Matosinhos, Maia e Gondomar. Ao Sul, o concelho é demarcado pelos contornos do Rio Douro.

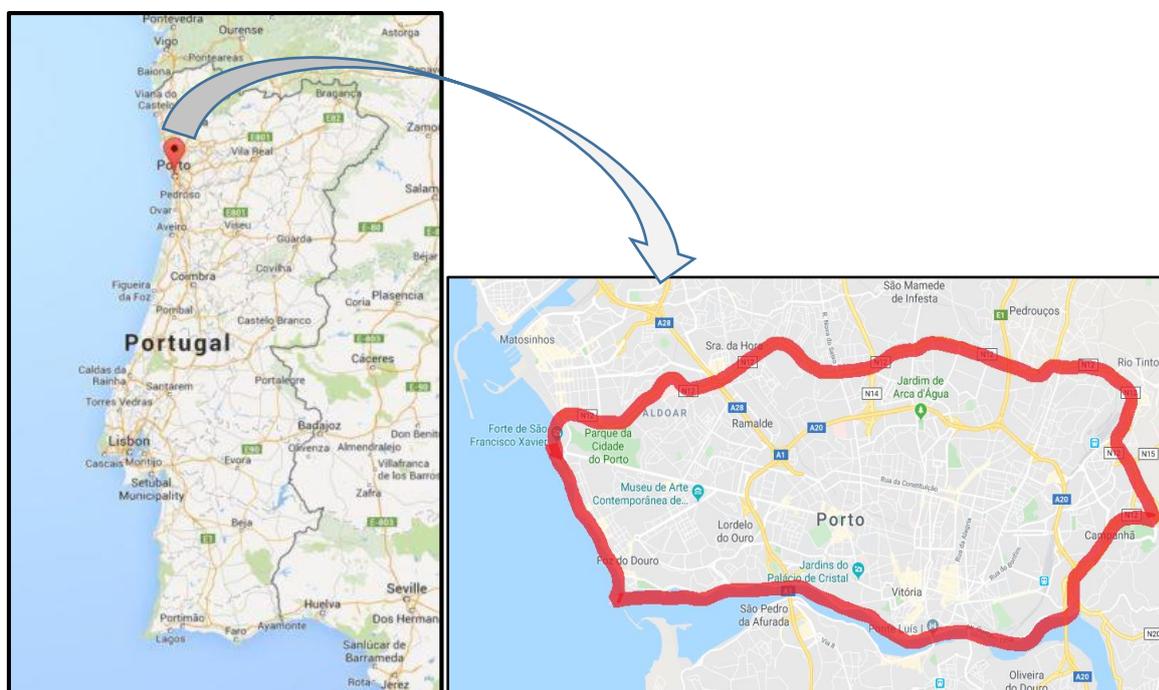


Figura 9: Representação em mapa do concelho do Porto  
 Fonte: Editado de *Google Maps* (2019)

O município, com 41,42km<sup>2</sup> de área, tem uma população oficial de 237.591 habitantes, segundo o último Censo<sup>4</sup>, realizado em 2011. Entretanto, de acordo com as Estimativas Anuais da População Residente, do Instituto Nacional de Estatística (INE), consultadas no portal PORDATA (2019), a média da população residente do município do Porto, em 2018, esteve em torno de 214.936 habitantes. Observa-se, assim, que as médias anuais de número de habitantes da cidade apresentaram, desde 2001, um acentuado decréscimo - à exceção da estimativa de um pequeno acréscimo nos últimos anos, a partir de 2016.

Tabela 3: População residente: ano / média anual.  
 Retirado de PORDATA (2019)

2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
262.013	242.652	239.650	237.591	230.298	224.894	220.242	216.405	214.349	214.353	214.936

<sup>4</sup> Os dados do Censo de 2011 são os últimos dados oficiais de estudos populacionais de Portugal, embora já, provavelmente, desatualizados. O próximo Censo nacional será realizado em 2021.

Atualmente, o concelho do Porto é constituído por sete freguesias, sendo três delas “uniões” de freguesias, resultantes da reforma administrativa em 2013: União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (habitualmente chamada de União das Freguesias do Centro Histórico do Porto); União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos; Bonfim; Campanhã; Paranhos e Ramalde.

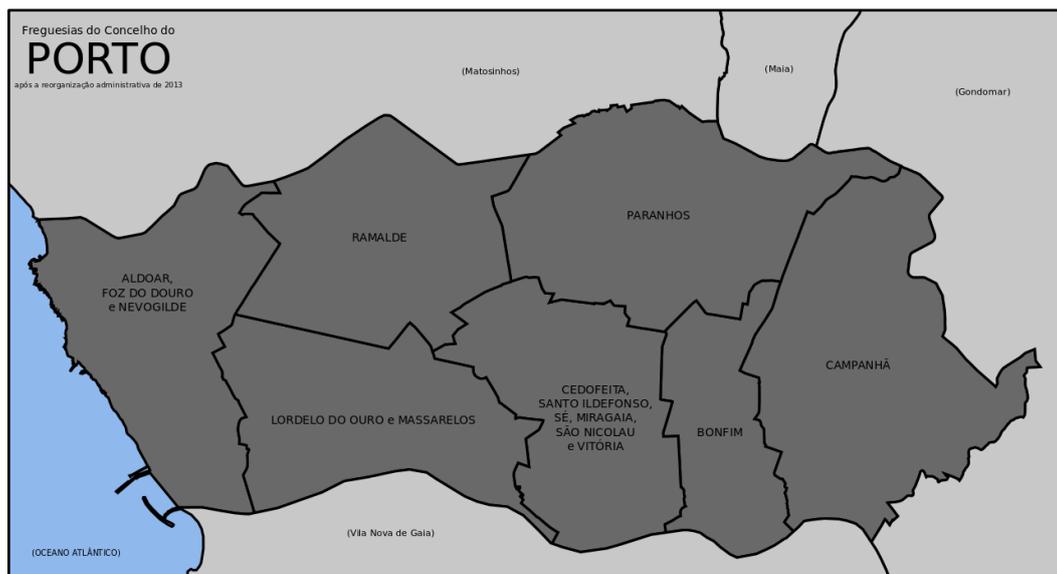


Figura 10: Mapa do Concelho do Porto e sua divisão em freguesias, após a reorganização administrativa de 2013. Retirado de Wikipédia (2019)

### 3.3. Centro Histórico do Porto

O Centro Histórico do Porto é a zona mais antiga e o coração da cidade do Porto, o centro comercial, cultural, turístico e histórico da região. Um ambiente onde o antigo se harmoniza com o novo e registros de diferentes épocas da humanidade podem ser encontrados através do diversificado património arquitetónico ainda existente e sobre o qual a cidade de hoje é construída.

Um dos aspectos mais importantes do Porto, e do seu centro histórico, em particular, é o seu cariz panorâmico, de grande valor estético, fruto da complexidade do terreno, articulação harmoniosa das ruas e do diálogo com o Douro e Vila Nova de Gaia. É resultado de um processo de mais de dois mil anos de história e testemunho de um grande desenvolvimento

urbano, através de intervenções planeadas e não planeadas (Porto Vivo SRU & Câmara Municipal do Porto, 2010).

Devido a seu grande valor arqueológico, histórico, cultural, artístico e arquitetônico, com suas vielas tortuosas da Idade Média e seus monumentos e edifícios representativos de diversos estilos, como românico, gótico, barroco, e neoclássico, o Centro Histórico do Porto é, desde 1996, área classificada<sup>5</sup> como Património Cultural da Humanidade, pela UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*).

Toda a área considerada histórica é constituída por uma malha urbana, que abrange casas, edifícios, ruas, igrejas e monumentos, demarcada pelos limites da antiga Muralha Fernandina, do séc. XIV, com Miragaia a Oeste, os Guindais e as Fontainhas a Este (Porto Vivo & C.M. Porto, 2010), conforme pode ser observado no mapa a seguir. Esta área, atualmente, corresponde à parte dos territórios das freguesias de Miragaia, Sé, São Nicolau e Vitória.

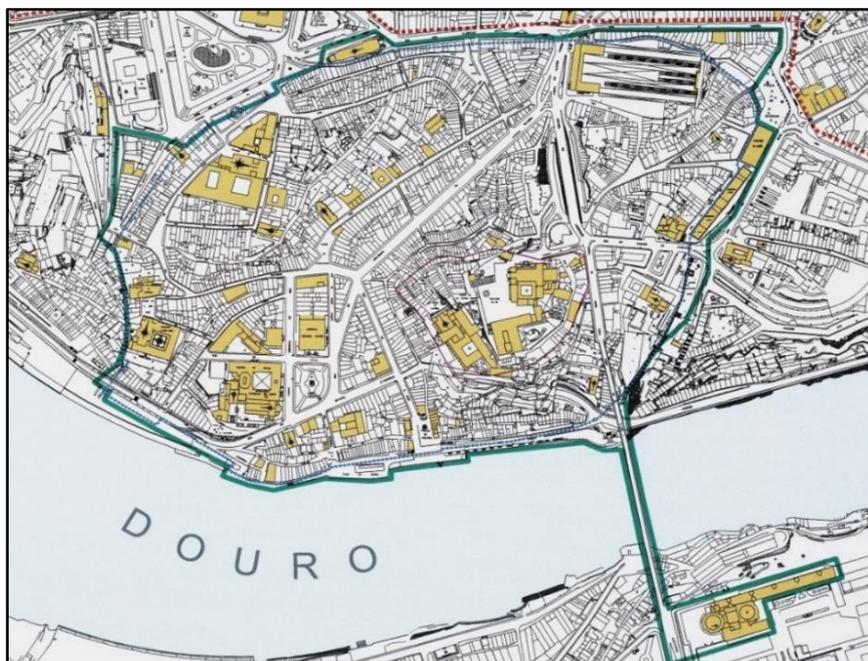


Figura 11: Centro Histórico do Porto: área classificada Património Mundial (verde), área de proteção (vista parcial em vermelho), e Muralha do século XIV (azul).  
Fonte: Copiado da página Porto Património Mundial (2019).

<sup>5</sup> Esta classificação inclui, além da zona central do Porto, a Ponte Luís I, que atravessa o Rio Douro, e o Mosteiro da Serra do Pilar, situado no município de Vila Nova de Gaia (conforme mapas).

A envolver a área classificada foi ainda definida uma área de proteção que inclui a Avenida dos Aliados e quarteirões envolventes até às Praças da Trindade, de D. João I, D. Filipa de Lencastre, Gomes Teixeira e Carlos Alberto, o Jardim do Carregal e o Hospital de Santo António; a zona da Alfândega Nova e o vale das Virtudes; as encostas das Fontainhas e dos Guindais; uma faixa a nascente da antiga linha da muralha medieval nas imediações da Praça da Batalha, e toda a zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia, onde se encontram as caves de Vinho do Porto, conforme destacado no contorno vermelho do mapa a seguir.

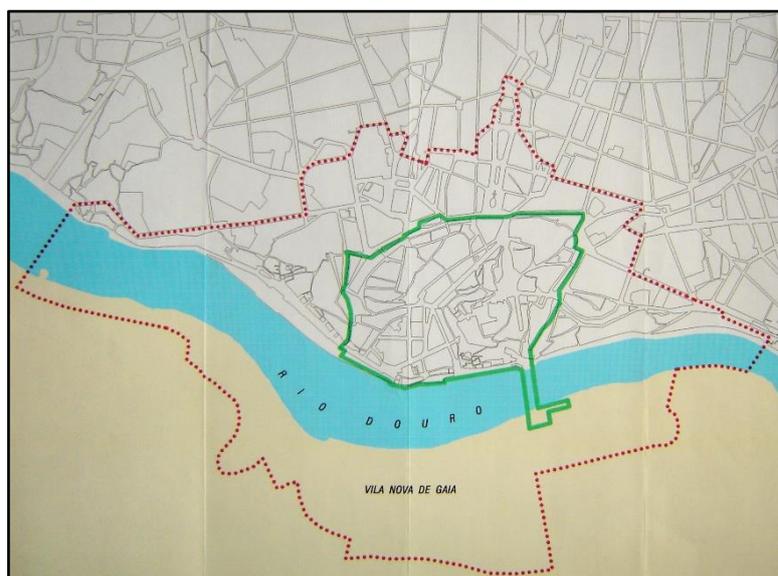


Figura 12: Destaque para a dimensão da área de proteção, em vermelho.  
Área classificada Património Mundial, em verde.  
Fonte: Copiado da página da UNESCO (2019)

Nas últimas décadas do século XX e até a primeira década deste novo século, o centro do Porto teve seu período de declínio e sofreu um grande processo de “desertificação”, refletido no movimento migratório dos habitantes do centro histórico para as periferias, devido, em grande parte, ao elevado estado de degradação de grande parte dos edifícios, problemas na infraestrutura e ruas sujas, escuras e malcuidadas (Freire, 2015).

Entretanto, ao longo dos últimos anos, esta zona, de caráter autêntico, viva em história e tradições, tem sido alvo de uma nova dinâmica económica. Foi criado e está sendo desenvolvido um novo projeto de reabilitação urbana, coordenado pela empresa de capitais públicos Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, que tem gerido e promovido diversas estratégias e operações de requalificação deste património.

Fruto desta reabilitação, o centro histórico do Porto tem vivenciado uma nova era, com a valorização e recuperação do seu património arquitetónico, grandes investimentos financeiros, a chegada e instalação de novos negócios, o regresso de antigos moradores e a chegada de novos habitantes. Como destaca Freire (2015), o crescimento do turismo na cidade do Porto tem sido um dos fatores mais importantes para esta rápida intervenção na cidade.

Todavia, este enquadramento ainda não foi capaz de travar a diminuição da população residente, que se situa, aproximadamente, abaixo dos 40.000 habitantes, embora com tendência a estagnar (Junta de Freguesias do Centro Histórico, 2019).

Em termos políticos e administrativos, o centro histórico do Porto é, desde a Reforma Administrativa Nacional de 2013, gerido pela Junta da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, comumente chamada de União de Freguesias do Centro Histórico.

### **3.4. Definição da área de estudo**

Este estudo concentra-se na zona do centro histórico do Porto, caracterizada na seção anterior, entretanto, acima de qualquer divisão administrativa ou referente à classificação da UNESCO, o critério para esta delimitação é a definição do “core” do território turístico da região, isto é, a zona onde os turistas, os atrativos e a infraestrutura turística estão mais concentrados na cidade.

### **3.5. O turismo**

Em seu plano integrado de gestão e reabilitação de 2010, a Câmara Municipal do Porto afirmou que o turismo seria um setor prioritário de investimentos para a cidade, especialmente para o centro histórico, e que este seria gerido com os objetivos de aumentar receitas externas, combater o desemprego e reforçar positivamente a imagem e valorização do património (Porto Vivo SRU & Câmara Municipal do Porto, 2010).

De facto, esta revitalização do património e os investimentos em turismo têm acontecido e gerado um grande crescimento do setor na cidade, como será analisado a seguir.

### 3.5.1. Os dados e factos do crescimento da atividade turística

Antes de analisar os números do turismo no Porto, faz-se necessário apresentar, rapidamente, o crescimento desta atividade em Portugal. Segundo dados da plataforma TravelBI<sup>6</sup> (2019), o setor do turismo tem afirmado, desde 2018, sua posição como principal setor exportador da economia portuguesa, tendo sido responsável, no período de janeiro a setembro de 2019, por 55,3% das exportações de serviços e por 20,9% das exportações globais. Em 2017, as receitas turísticas registaram um contributo de 13,7% no PIB nacional. A Turismo de Portugal também regista que, no último ano, houve aumento de empregos no turismo (um total de 328,5 mil empregos em 2018), o que representou um peso de 6,7% na economia nacional.

Como mencionado, além dos índices quantitativos, este crescimento é também evidenciado pelo destaque e reconhecimento internacional do país, com a atribuição de diversos prêmios. Neste ano de 2019, Portugal alcançou o 12º lugar mundial, sua melhor classificação de sempre, no Índice de Competitividade Turística, de acordo com o Fórum Económico Mundial (*World Economic Forum*), e foi nomeado, pelo terceiro ano consecutivo, o Melhor Destino Turístico do Mundo, na cerimónia dos *World Travel Awards 2019*. Estes dados demonstram um pouco da importância e do crescimento da atividade turística em Portugal, além de sua capacidade de gerar receitas para o país.

Ao olhar para a cidade do Porto, os dados e factos são também impressionantes. Em 2017, 2014 e 2012, a cidade foi eleita o melhor destino europeu de viagens (*European Best Destination*). Além da premiação, tem apresentado constante e exponencial crescimento em números de dormidas, hóspedes e receitas (INE, 2019), tendo sido, por exemplo, junto à região Norte, a que mais registou crescimento em quantidade de dormidas, no somatório dos primeiros oito meses do ano de 2019, a nível nacional.

No que diz respeito aos acessos e transportes, a cidade não deixa a desejar. Está diretamente conectada por autoestradas e linhas ferroviárias a diversas cidades do noroeste da Espanha, bem como a outros destinos nacionais, como Lisboa, Braga e Coimbra. A nível portuário, possui o grande Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões, a apenas 3km da cidade. E ainda

---

<sup>6</sup> Plataforma de gestão do conhecimento da atividade turística em Portugal, criada em 2016 e gerida pela organização Turismo de Portugal.

conta com o Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro, que, atualmente, possui 30 companhias aéreas em operação, é porta de entrada de voos originários de mais de 90 destinos ao redor do mundo (ANA, 2019) e, segundo dados do PORDATA (2019), teve um tráfego de quase doze milhões de passageiros no ano de 2018.

E o crescimento da atividade pode ser verificado de diversas formas. Segundo dados do Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT), acessados pela plataforma do Regional Nacional de Turismo (2019), foram registadas, no concelho do Porto, um total de 303 empresas de animação turística / operadores marítimos turísticos nos últimos dez anos (janeiro de 2009 a outubro de 2019). Válido ressaltar que, segundo a mesma plataforma, no ano de 2009 foi registada somente uma empresa de animação turística no concelho, enquanto que, em 2018, o número de novos registos destas empresas, somente no concelho do Porto, foi de 81.

Em relação aos empreendimentos turísticos (nomeadamente estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, turismo no espaço rural, parques de campismo e caravanismo e conjuntos turísticos), segundo dados do Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos (RNET, 2019), apenas no concelho do Porto, há 106 estabelecimentos registados.

Além destas configurações de empreendimentos hoteleiros, outro elemento da infraestrutura turística que muito tem crescido e transformado a dinâmica da cidade, é o alojamento local<sup>7</sup>. Em outubro de 2019, foi realizada, pela autora, uma consulta pelos registos de alojamento local no concelho do Porto, pelo portal do Registo Nacional do Alojamento Local (RNAL), da Turismo de Portugal. Observou-se que, em 2009, foram registados apenas 5 alojamentos

---

<sup>7</sup> Definição de alojamento local (Turismo de Portugal, 2019): “Os estabelecimentos de alojamento local (AL) são aqueles que prestam serviços de alojamento temporário, nomeadamente a turistas, mediante remuneração, desde que não reúnam os requisitos para serem considerados empreendimentos turísticos”. As modalidades são: a) moradia: edifício autónomo, de caráter unifamiliar; b) apartamento: fração autónoma de edifício ou parte de prédio urbano suscetível de utilização independente; c) estabelecimentos de hospedagem: quando as unidades de alojamento são constituídas por quartos, integrados numa fração autónoma de edifício, num prédio urbano ou numa parte de prédio urbano suscetível de utilização independente. Poderão utilizar a denominação de *hostel* quando a unidade de alojamento predominante for um dormitório; d) quartos: quando a exploração de alojamento local é feita na residência do titular e a unidade de alojamento é o quarto, e estes não sejam em número superior a três. A capacidade máxima dos estabelecimentos de alojamento local é de 9 quartos e 30 utentes, com exceção do *hostel* que não tem limite de capacidade. No caso da modalidade apartamento, cada proprietário, ou titular de exploração de alojamento local, pode explorar por edifício mais de nove unidades se não exceder 75% do número de frações existentes ou partes independentes do edifício.

locais no concelho; em 2015, este número subiu para 548 registos. No ano de 2018, o número de registos subiu para 2.600, e no intervalo entre 01 de janeiro e 31 de outubro de 2019, já haviam sido feitos 1.756 registos de novos alojamentos locais no concelho do Porto (conforme gráfico abaixo).

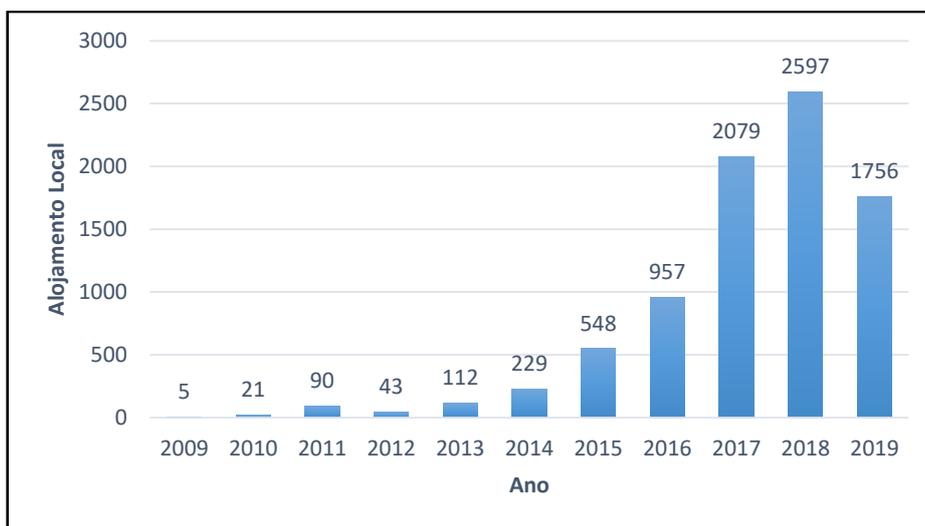


Figura 13: Registos de alojamento local no concelho do Porto (2009 – 2019).  
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados retirados do RNAL (2019)

Foi realizada uma consulta pelo *website* da AirDNA (2019), empresa especialista em arrendamentos de curta duração, que registava, em outubro de 2019, 8.580 propriedades “ativas” para arrendamento na cidade do Porto. Algumas estatísticas gerais deste portal sobre o alojamento local no concelho do Porto apontavam que a diária média, em 2018, estava em torno de 70 € (sendo 81€ a média de agosto) e a taxa de ocupação média era de 74%, tendo alcançado uma média de 87% durante a alta temporada, no mês de agosto do mesmo ano, e 42% em dezembro de 2018. Ainda, segundo este portal, 51% dos apartamentos disponíveis no dia da consulta realizada eram de categoria T1, 23% eram T2 e 14% eram estúdios (T0).

A Câmara Municipal do Porto afirma que cerca de 71% do total de alojamentos locais registados do concelho do Porto estão concentrados nas freguesias do centro histórico, nomeadamente na União de freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

O centro histórico do Porto, também popularmente conhecido como a “Baixa do Porto”, é a zona onde a atividade turística mais se concentra na cidade. Destaca-se, como destino

turístico nacional e internacional, nos segmentos de turismo cultural, urbano, gastronomia e vinhos, eventos e “*short breaks*” (Associação de Turismo do Porto, 2019) e traduz-se, de facto, em um local de passagem obrigatória para os turistas, pois, para além de possuir uma interessante paisagem urbana, dispõe de um habitat recuperado, onde existe uma articulação harmoniosa com a rua, o mercado, o cais, as esplanadas dos restaurantes e cafés que se fixaram nas margens do Rio Douro, a vida noturna e as atividades culturais (Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto, 2010).



Figura 14: Movimentação na zona da Ribeira, com Rio Douro e Ponte Luís I  
Fonte: Retirada de Porto, 2019 (Foto de Miguel Nogueira)

Como parte de sua oferta turística, o centro histórico do Porto concentra a zona da Ribeira (figura 14), situada à beira do Rio Douro, um dos maiores cartões-postais da cidade; o entorno da Avenida dos Aliados, considerado o centro cívico e “coração” do Porto; a Rua de Santa Catarina, rua mais comercial da cidade; além de icônicas atrações turísticas, como:

- Catedral da Sé, edifício religioso mais importante do Porto e um dos monumentos mais antigos de Portugal. Sua construção iniciou-se na primeira metade do século XII e prolongou-se até ao início do século XIII;

- Estação de São Bento, estação ferroviária em pleno funcionamento, com diversas linhas de comboios que conectam o Porto a diversas cidades portuguesas. Inaugurada em 1916, que conta com um átrio principal completamente revestido por mais de 20.000 azulejos;
- Igreja e Torre dos Clérigos, notável conjunto arquitetónico do século XVIII, classificado como Monumento Nacional desde 1910. A torre sineira é uma das mais famosas e mais altas de Portugal, com 75 metros de altura e 225 degraus;
- Palácio da Bolsa, belo edifício de estilo neoclássico que funciona como sede da Associação Comercial do Porto e é aberto a visitaçãõ;
- Livraria Lello: inaugurada em 1906 e situada em um edifício com fachada neogótica, é considerada uma das livrarias mais emblemáticas da Europa. Tornou-se ainda mais conhecida por ter sido local de inspiração da autora J.K. Rowling, durante a escrita da saga de *Harry Potter*;
- Mercado do Bolhão: situado em um monumental edifício neoclássico, foi inaugurado em 1914 e, como diz-se pela cidade, concentra a “essência dos portuenses”. Trata-se de um mercado público onde se vende de tudo, como carnes, peixes, frutas e flores;
- Ponte Luís I, um dos símbolos da cidade, teve sua construção iniciada em 1881 e sua inauguração oficial data de 1886. Possui estrutura metálica, com 385 metros de comprimento, que cruza o Rio Douro e faz ligação à Vila Nova de Gaia, onde se encontram as famosas caves do vinho do Porto.

O património material e imaterial da região, somado à infraestrutura que tem sido fortemente investida em prol do turismo, tem atraído milhares de visitantes nos últimos anos. Um desenvolvimento que, apesar de desejado por muitos, não tem trazido somente benefícios, e, apesar de ser um processo relativamente recente, já revela impactos negativos e alguns sinais de descontentamento entre alguns grupos de *stakeholders* da cidade, como será analisado a seguir.

### **3.5.2. O outro lado deste crescimento do turismo**

Conforme visto, o fenómeno do alojamento local (comumente identificado pelo nome da principal organização deste tipo de negócio, Airbnb, ou arrendamento de curta duração) tem

apresentado um crescimento exponencial, principalmente no centro histórico da cidade do Porto. No mapa a seguir, retirado do *website* AirDNA (2019), pode-se melhor observar a grande quantidade de alojamentos locais do concelho, bem como sua concentração espacial na zona do centro histórico da cidade.

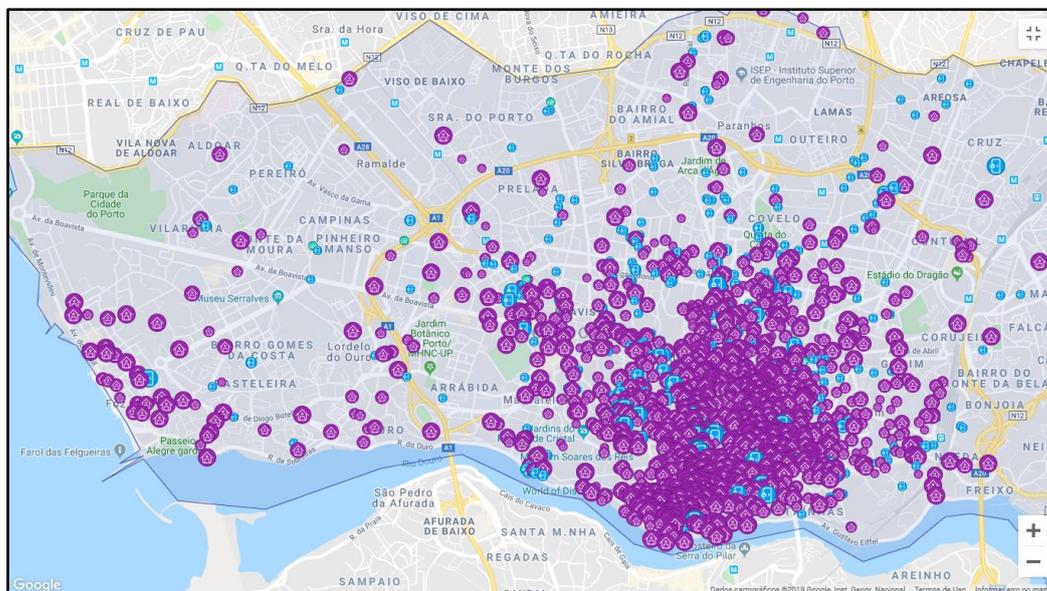


Figura 15: Localização dos alojamentos locais no concelho do Porto.  
Fonte: Retirado de AirDNA (2019)

Assim como tem ocorrido em outras cidades ao redor do mundo, este “fenómeno Airbnb” tem provocado a chamada gentrificação, que, segundo o dicionário Priberam (2019), é definida como o “processo de valorização imobiliária de uma zona urbana, geralmente acompanhada da deslocação dos residentes com menor poder económico para outro local, e da entrada de residentes com maior poder económico”.

Conforme falado anteriormente, o centro histórico do Porto passou por uma fase de total abandono, o que obrigou muitos residentes a se deslocarem para outras áreas em busca de melhores condições de moradia. Atualmente, passa por uma fase de extrema valorização, principalmente por conta do *boom* do turismo, que, em contrapartida, gera um aumento significativo nos custos de moradia, bens e serviços, e, mais uma vez, obriga muitos moradores a se deslocarem para outras zonas. Esta situação tem gerado muito descontentamento e insatisfação entre a população residente, afinal, por conta do turismo, da revitalização urbana e da rápida expansão dos alojamentos locais, são inúmeros os casos de pessoas que têm sido obrigadas a sair de onde viviam, há décadas, muitas vezes sem

qualquer aviso prévio. Talvez, neste momento, não em busca de melhores condições de vida, mas em busca de custos acessíveis.

Em 2018, em uma assembleia de moradores da antiga freguesia da Vitória, foi criada a Associação de Moradores e Moradoras do Centro Histórico do Porto (AMMCHP), motivada por este problema de habitação e desenvolvida por e para pessoas em situação de despejo e habitantes da zona histórica. Em sua página da internet, a Associação diz lutar para que terminem os despejos injustos na cidade, “por um Porto com habitação digna para todos os portuenses”, e ainda afirma que esta situação está “levando já quase à extinção de costumes, tradições e o célebre bairrismo que só o povo portuense tem”.

Desde 2017, e com maior força no ano de 2018, diversas outras associações, grupos e movimentos têm sido criados pelos moradores da região na tentativa de se unir e solucionar este problema da habitação, como o Movimento Direito à Cidade e o coletivo “O Porto não se Vende”, que possuem, respetivamente, mais de dois e três mil seguidores em suas páginas nas redes sociais<sup>8</sup> e dizem lutar, em nome da população local, pelo direito a viver no Porto.

O manifesto “O Porto não se Vende”, afirma, em sua página, que “a pressão da indústria do turismo tem tornado o Porto num produto à disposição da especulação imobiliária” e aponta alguns impactos negativos do desenvolvimento do turismo que têm ocorrido na cidade nos últimos anos, como o rápido aumento do valor das rendas e das casas no centro e freguesias adjacentes, as condições de trabalho precárias do setor do turismo e a subida dos preços de serviços de restauração e comércio, que os tornam, muitas vezes, inacessíveis à população local.

Afirmam, entretanto, que não estão contra os turistas, que reconhecem que “a cidade está mais bonita” e não são saudosistas “do Porto de outros tempos”, mas que querem uma cidade que seja, em primeiro lugar, para ser habitada, antes de ser visitada. “Uma cidade para viver e não uma cidade de compra e venda”, e que as pessoas que lá vivem não sejam esquecidas e excluídas de tais mudanças, mas tenham suas necessidades tratadas como prioridade pelos gestores públicos.

Apontam, ainda, a ocorrência deste processo de gentrificação da cidade, com pesados custos sociais e ambientais, que obriga a saída da população de baixos rendimentos do centro para

---

<sup>8</sup> Números referentes ao momento da consulta às páginas, em outubro de 2019.

a periferia da cidade, tornando o centro mais elitista e promovendo a exclusão de tais grupos sociais economicamente desfavorecidos, como estudantes, reformados/as, comerciantes locais, negócios familiares e tradicionais. Clama, afinal, ser urgente proteger a habitação e as comunidades da cidade, as lojas de vizinhança e os espaços de convivência.

Neste cenário, ao longo dos últimos três anos, foram muitos os movimentos sociais que ocorreram pelas ruas do centro do Porto contra os despejos. Na descrição de um destes eventos, ocorrido em 2018 e publicado nas redes sociais, definia-se como principais objetivos destas marchas: mais fiscalização nos processos de arrendamento, mais habitação pública, em qualidade e quantidade, e mais responsabilidade do Estado em cumprir o direito à habitação para todos, como está consagrado na Constituição da República Portuguesa. Além disso, pediam suspensão do licenciamento de novas unidades hoteleiras e de alojamento local e adoção de medidas que verdadeiramente combatam a especulação imobiliária na cidade.



Figura 16: Manifestações públicas realizadas em 2018 contra os despejos no centro histórico do Porto  
Fonte: Retirado das páginas no Facebook da AMMCHP e do “O Porto não se Vende” (2018)

Outra forma de protesto realizada contra esta situação foi através da distribuição de materiais gráficos, em formato de autocolante, espalhados pelo centro histórico da cidade e colados em paredes, postes e contentores de lixo próximos aos principais atrativos turísticos. Como os que, em 2017, faziam uma sátira à marca “Porto.”, substituindo o nome da cidade pela palavra “Morto.”, com o mesmo tipo de letra e cores da marca desenvolvida, em 2014, para o destino turístico. Também a julgar o prêmio de “*Best European Destination*” que a cidade ganhou em 2017, ao substituir o termo “*destination*” por “*gentrification*”. Tais críticas podem ter sido acompanhadas de cunho político, uma vez que os autocolantes foram, mais intensamente, espalhados em plena pré-campanha eleitoral, pouco antes das últimas eleições

autárquicas. De todo modo, representam, de alguma forma, um descontentamento ao que tem ocorrido na cidade. Como disse Laranjo (2017), “talvez seja um grito contra uma turistificação desmesurada, onde em cada esquina há um Airbnb”.



Figura 17: “Morto. *European Best Gentrification 2017*”

Fonte: Retirado da página do grupo “*Slow Motion Tours Porto*” no Facebook (Publicada em 15/10/2019)

Diante deste cenário, e a exemplo do que tem sido feito em outras cidades europeias (inclusive na zona do centro histórico de Lisboa, desde 2018), uma das medidas adotadas pela Câmara Municipal do Porto, em julho de 2019<sup>9</sup>, foi a suspensão de novos registos de alojamento local por um período de seis meses (prorrogável por igual período, ou até à conclusão do Regulamento do Alojamento Local que, atualmente, está em processo de elaboração), nas freguesias do Centro Histórico e do Bonfim, as denominadas “zonas de contenção”, onde já se identifica um nível de pressão do AL acima dos 50% (conforme figura 18).

---

<sup>9</sup> A medida foi aprovada, por unanimidade, em uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada a 16 de julho de 2019.

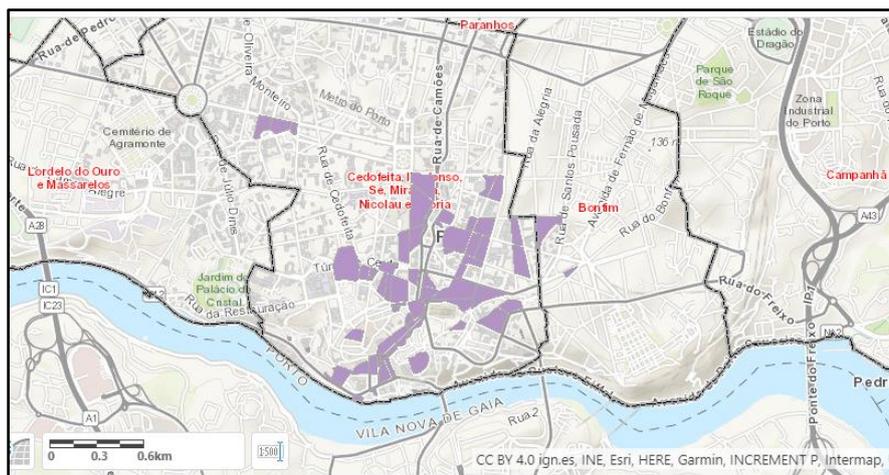


Figura 18: Zonas de suspensão de alojamento local no concelho do Porto.  
Retirado do Portal de Informação Geográfica da Câmara Municipal do Porto (2019)

À altura da decisão sobre a suspensão dos novos registos, o Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, afirmou, que no seu entender, o AL só se transforma em um problema “quando começa a contribuir para expulsar cidadãos”, e é isso o que se quer travar com a proposta. Mas que o negócio tem gerado renda para famílias e movimentado a economia da região, por isso deve-se tomar cuidado para “não matar a galinha dos ovos de ouro”. O Partido Socialista, bem como os grupos comunitários, como o Movimento Direito à Cidade, que buscaram sugerir alterações para o Regulamento do Alojamento Local, alegando que o mesmo não apresenta propostas socialmente sustentáveis, afirmam que, embora reconheçam que o alojamento local tenha permitido a reabilitação urbana e o dinamismo económico, apontam que este fenómeno tem gerado uma subida de preços e levado a uma grande perda de habitantes e, principalmente, da identidade da cidade.

### **Resultados dos inquéritos por questionário do Projeto SPLACH**

Além desta análise das médias e redes sociais, apresenta-se, nesta seção, uma síntese dos resultados da investigação realizada por pesquisadores da Universidade de Aveiro, para o projeto SPLACH – *Spatial Planning for Change*, que aplicou inquéritos por questionário

*online*, junto aos residentes<sup>10</sup> das freguesias do centro histórico do Porto, ao longo dos meses de março a agosto de 2019, acerca dos impactos percebidos do turismo na cidade.

Conforme discutido no capítulo anterior, esta é uma forma sustentável de analisar a situação do desenvolvimento da atividade turística, através da ótica da comunidade envolvida e afetada por este desenvolvimento.

De um total de 220 respondentes do concelho do Porto, foram validadas 69 respostas de pessoas que se identificaram como residentes das freguesias do Centro Histórico (Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória).

Importante esclarecer que esta não é uma amostra representativa da população do centro histórico, e nem é objetivo desta seção analisar estas respostas com outros dados dos respondentes, como os sociodemográficos, para responder a hipóteses e encontrar tendências e variações de comportamento. O objetivo desta análise é verificar, de uma forma geral, como parte da população do centro histórico tem sentido os impactos do crescimento do turismo apresentado neste capítulo.

Nos questionários conduzidos, foram apresentadas duas listas com impactos positivos e negativos do turismo, e foi solicitado aos respondentes que assinalassem seu grau de concordância aos impactos descritos em uma escala de intervalo de 1 a 5, sendo 1 = total discordância e 5 = total concordância. A seguir, apresenta-se as tabelas com as médias das respostas dadas para cada um dos impactos, divididos, como na literatura, entre económicos, espaciais / ambientais e socioculturais.

Dentre os impactos económicos verificados, observa-se que a média das respostas acerca dos impactos negativos (4,11) revela-se bem mais alta que a dos impactos positivos percebidos (3,37). Embora os impactos económicos positivos do turismo sejam os que, normalmente, são apresentados como justificativa para promover o crescimento da atividade, observa-se, na tabela 4, que os impactos negativos predominaram entre os

---

<sup>10</sup> Na totalidade desta etapa da pesquisa desenvolvida pelo Projeto SPLACH, foram aplicados questionários junto aos residentes das cidades do Porto e de Aveiro, com o intuito de analisar suas percepções a respeito dos impactos da atividade turística e comparar os resultados entre estas duas cidades. Entretanto, para o uso neste estudo, foram aplicados filtros a alguns dos resultados da pesquisa e a análise focará apenas nos inquéritos respondidos pelos residentes das freguesias do centro histórico do Porto, objeto de estudo desta investigação.

impactos económicos percebidos, com destaque para o aumento dos preços de serviços, que foi o impacto com maior média de respostas desta amostra, dentre todos os impactos analisados na pesquisa.

Tabela 4: Impactos económicos  
Fonte: Projeto SPLACH (2019)

<b>Impactos económicos</b>	<b>Média</b>
- Aumento dos preços de serviços (ex. transportes públicos, restauração)	4,86
+ Aumento do poder de compra	4,45
+ Novas oportunidades de emprego (dentro e fora da área do turismo)	4
- Aumento dos preços de atividades culturais e de lazer (cinema, teatro, ginásio)	4,28
- Aumento da concorrência no mercado de trabalho	4,28
- Aumento dos preços de produtos (ex. produtos alimentares, vestuário)	4,25
- Aumento excessivo da oferta turística (cafés, alojamentos, lojas de souvenirs)	4,12
- Aumento do padrão e custo de vida	4,01
+ Crescente investimento na cidade (novos negócios e negócios existentes)	3,93
- Aumento da oferta de trabalho precário/sazonal	3,64
- Especulação imobiliária (aumento dos preços de imóveis)	3,41
+ Aumento do rendimento da população residente	3,13
+ Maior diversidade da oferta de serviços (ex. restaurantes, cafés, alojamento)	2,42
+ Valorização dos imóveis	2,29

No que diz que respeito aos impactos ambientais / espaciais percebidos, embora com uma menor diferença, ainda observa-se que a média (das médias) de avaliação dos impactos negativos (3,95) foi mais alta que a média de percepção dos impactos ambientais positivos (3,37). A requalificação urbana e a melhoria da estética da cidade lideram a lista, entretanto a congestão na mobilidade urbana, com sobrecarga nos espaços urbanos, nos serviços públicos e espaços de lazer predominam entre os impactos mais apontados.

Tabela 5: Impactos ambientais / espaciais  
 Fonte: Projeto SPLACH (2019)

<b>Impactos ambientais / espaciais</b>	<b>Média</b>
+ Requalificação urbana e melhoria da estética da cidade	4,49
- Transformações negativas na configuração e aspeto dos bairros tradicionais	4,22
- Pressão ambiental (aumento da produção de lixo, poluição, ruído)	4,14
- Problemas/falta de estacionamento	4,13
- Congestionamento na mobilidade urbana / Sobrecarga dos espaços públicos (ruas, passeios) pelos turistas e serviços turísticos (ex. tuk-tuks)	3,9
- Sobrecarga nos serviços públicos (ex. transportes públicos)	3,74
+ Preservação e reabilitação da arquitetura tradicional e prédios históricos	3,62
- Sobrecarga dos espaços de lazer e comércio (ex. cafés, restaurantes, lojas)	3,59
+ Conservação dos recursos naturais da cidade	3,45
+ Melhoria dos serviços públicos (ex. transportes públicos)	2,65
+ Melhoria das infraestruturas urbanas (ex. ruas, passeios, estacionamento)	2,64

Dentre os impactos socioculturais inquiridos, é ainda mais notória a diferença das médias das respostas entre a perceção dos impactos positivos e negativos. As médias das respostas acerca dos impactos positivos localizam-se entre 3,67 (mais alta) e 2,1 (mais baixa), enquanto a maior parte das médias dos impactos negativos percebidos está acima de 4 valores, tendo sido 2,96 a média total das respostas acerca dos impactos socioculturais positivos e 3,90 a média das respostas no que diz respeito à concordância dos residentes sobre os impactos socioculturais negativos do turismo no centro histórico da cidade.

Tabela 6: Impactos socioculturais  
 Fonte: Projeto SPLACH (2019)

<b>Impactos socioculturais</b>	<b>Média</b>
- Aumento da insegurança e da criminalidade	4,46
- Descaracterização / perda de autenticidade nas tradições e costumes locais	4,1
- Problemas de acesso à habitação	4,01
+ Preservação e promoção da cultura e tradições locais, artes e ofícios	3,67
- Aumento da segurança e diminuição da criminalidade	3,65

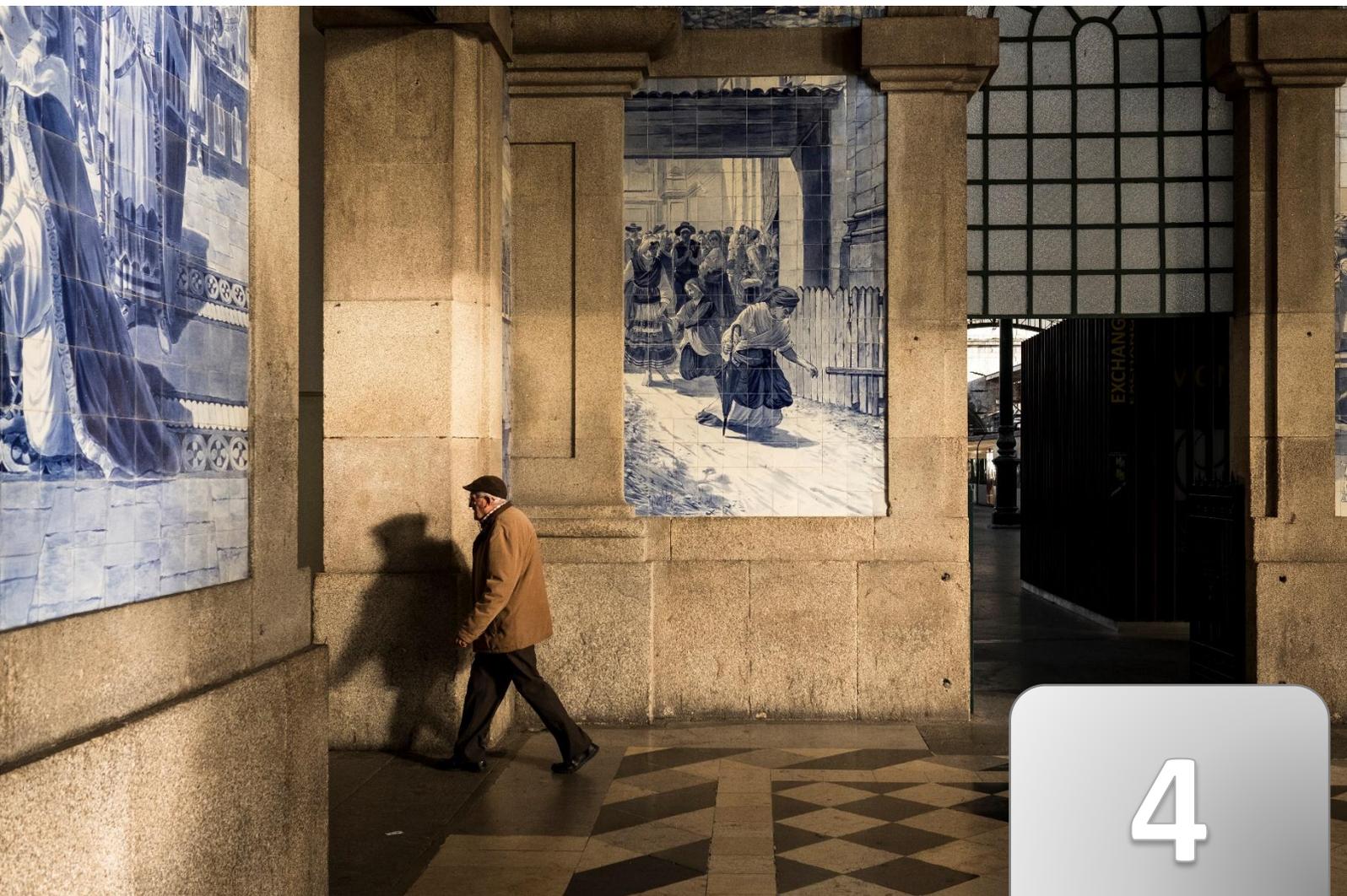
- Perturbação da vida quotidiana da população residente (ex. maus comportamentos dos turistas, barulho, consumo de álcool, lixo, etc.)	3,04
+ Contribuição para o crescimento populacional	2,97
+ Diminuição de preconceitos e estereótipo	2,94
+ Aumento do orgulho dos residentes quanto à sua cidade	2,84
+ Promoção da diversidade de pessoas e culturas	2,81
+ Melhoria da qualidade de vida dos residentes	2,7
+ Aumento da animação e oferta cultural (museus, eventos, atividades de lazer)	2,1

### 3.6. Conclusão

A cidade do Porto, e destacadamente seu centro histórico, tem experienciado significativas mudanças em sua economia, imagem e ambiente social, como resultado, principalmente, do crescimento do turismo. Rapidamente, a situação da cidade tem mudado e, por conta dos processos de reabilitação urbana, bem como da turistificação destes espaços, um processo de gentrificação tem ocorrido de forma agressiva na zona do centro histórico, principalmente ao longo dos últimos três anos.

Embora o crescimento do turismo nesta zona da cidade tenha sido planeado e ambicionado pelos governos local e regional, como foi verificado no plano de gestão e reabilitação integrada da cidade de 2010 (Porto Vivo SRU & Câmara Municipal do Porto, 2010), verificou-se que, ainda assim, tem provocado impactos de ordem económica, ambiental e sociocultural não desejados pela população local. As notícias mediáticas, os movimentos e grupos sociais apresentados, bem como as respostas da população inquirida pelo projeto SPLACH, embora não sejam representativos de toda a população da região, demonstram que tem havido um descontentamento por parte da comunidade a este crescimento, que é fundamento em impactos e problemas de gestão que afetam estas pessoas diretamente.

Assim, com base nesta contextualização, avalia-se que pode ser necessário reconsiderar limites para este crescimento do turismo, que já se encontra em um estágio avançado no centro histórico do Porto, com foco nas necessidades e interesses dos demais agentes sociais envolvidos nesse processo, nomeadamente trabalhadores do setor e população local, visto que, até ao momento, os interesses do governo, do mercado e dos visitantes são os que têm sido priorizados nas políticas de desenvolvimento da atividade turística na região.



4

Fotografia: Associação de Turismo do Porto e Norte. Tirada em 21.11.2017

## Metodologia da pesquisa



#### **4.1 Nota introdutória**

Qualquer metodologia deve ser selecionada em função dos objetivos da investigação (Marujo, 2013). Pretendeu-se, como objetivo central desta pesquisa, analisar, junto a grupos variados de *stakeholders*, com destaque para os residentes, os impactos e os limites de mudança aceitável do desenvolvimento turístico no centro histórico do Porto. A escolha da principal técnica de recolha de dados utilizada, grupo focal, foi feita com base na literatura do sistema de planeamento LAC, que prevê sessões colaborativas entre *stakeholders*, e pelo fato da abordagem qualitativa ser também conveniente aos objetivos do trabalho, de se querer explorar mais a fundo e obter uma visão mais abrangente do fenómeno, uma vez que, segundo Barretto (2003), as pesquisas nas áreas das ciências sociais que trabalham com significados, perceções, sentimentos, motivações e valores não devem ser reduzidas a questões quantitativas, pois refletem respostas muito particulares.

Ao longo deste capítulo, será descrito o processo metodológico desta investigação e os métodos de recolha e análise de dados utilizados ao longo da execução da pesquisa, definidos de modo a atender os objetivos gerais e específicos anteriormente descritos neste trabalho.

#### **4.2. Processo metodológico da investigação**

Segundo a UNWTO (2001, p. 5), o processo de investigação em turismo pode ser definido como o “conjunto de métodos, procedimentos, técnicas e estratégias para obter conhecimento científico, técnico e prático dos factos e realidades turísticas”. Esta instituição afirma, ainda, que existem várias maneiras de abordar os processos de pesquisa, mas propõe, em seu manual (UNWTO, 2001), uma sequência de etapas que foi utilizada, com pequenas adaptações, para a construção da presente investigação. Esses estágios podem ser sintetizados da seguinte maneira:

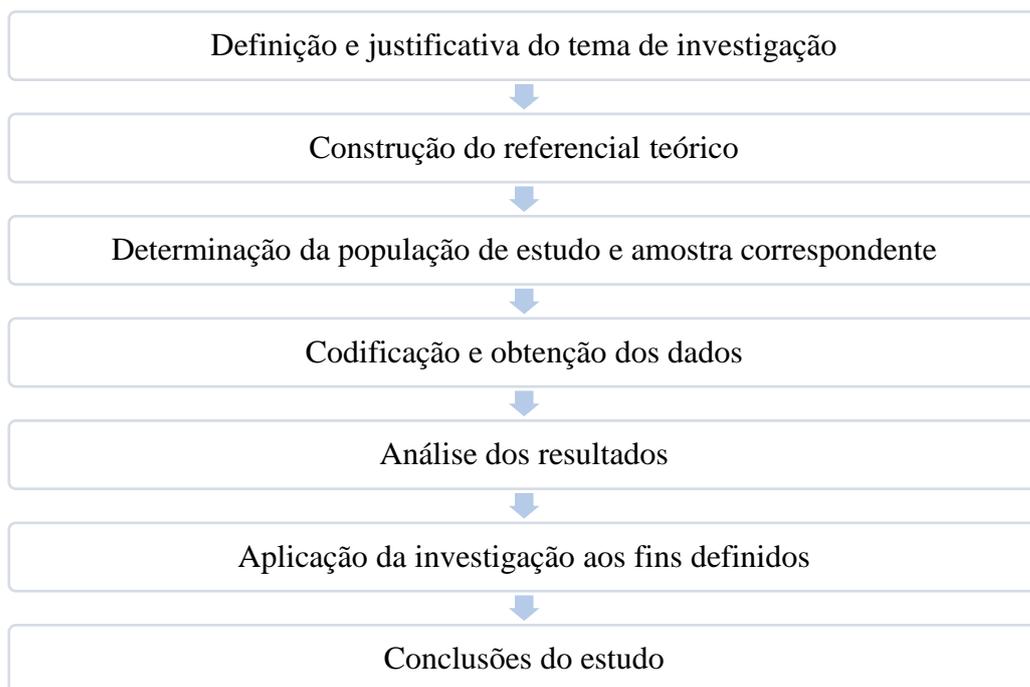


Figura 19: Etapas do processo de investigação  
Fonte: elaboração própria, adaptado de UNWTO (2001)

O processo desta investigação foi iniciado cerca de um ano antes da entrega do trabalho, com a primeira etapa do processo acima referenciado (definição e justificativa do tema de investigação), que compôs o projeto da pesquisa. Breda (2010) afirma que toda pesquisa começa com a identificação e seleção de um tema, e, para tanto, após definição dos tópicos de interesse, foi realizada uma breve revisão de literatura inicial de modo a analisar o estado da arte deste tema inerente ao turismo e receber *insights* de como se poderia contribuir para ele. Foram, então, reconhecidos os fatos e definida a ideia tema, bem como o objeto de estudo desta investigação, e assim o processo da pesquisa foi sendo desenvolvido em torno da análise dos impactos do turismo e da aplicação do método LAC no centro histórico do Porto. A partir disso, foi possível definir a questão central da investigação e os objetivos gerais e específicos, de modo a sustentar e guiar a autora ao longo da elaboração da pesquisa. Ainda nesta etapa, foram também estabelecidas a metodologia da pesquisa (de recolha e análise de dados), metas, estratégias e planeamento dos tempos de execução. Conforme visto no capítulo 1, os objetivos específicos empíricos deste trabalho giraram em torno da organização de grupos focais com *stakeholders* locais para análise de suas percepções e atitudes frente aos impactos da atividade turística, definição dos limites de mudança

aceitável e das condições desejáveis para o desenvolvimento do turismo no centro histórico do Porto.

A segunda etapa foi a construção do referencial teórico, por meio de uma extensa revisão de literatura, utilizada para um melhor entendimento do problema em questão e do referencial teórico acerca dos principais temas que fundamentam esta investigação. A seguir, com base nas etapas anteriores, foi iniciada a parte empírica da pesquisa, com a específica delimitação do objeto de estudo e população a ser analisada, definição e desenho da amostra e preparação dos instrumentos de pesquisa (categorias para observação e guião para grupos focais). Após a conclusão desta etapa, iniciou-se o trabalho de campo para coleta dos dados, e, em seguida, foi realizado o tratamento, análise e codificação destes dados recolhidos. Os resultados foram, então, analisados à luz do referencial teórico, e, depois, aplicados aos fins definidos, neste caso, a aplicação do método LAC ao centro histórico do Porto, como forma de contribuir para um planeamento participativo desta zona. Por fim, foram elaboradas as conclusões do estudo, com base em todos os processos realizados e com propostas para publicações futuras, e, assim, encerrado o processo desta investigação.

### **4.3. Metodologia de recolha dos dados**

Nesta seção, serão detalhadamente explicados os procedimentos metodológicos de recolha de dados que compuseram esta pesquisa. Foram utilizadas duas técnicas de abordagem qualitativa para a recolha dos dados primários da pesquisa empírica, que serão detalhadas nas próximas subseções: 1) a observação participante semiestruturada e 2) os grupos focais.

Ademais, foram utilizadas fontes de dados secundários para elaboração dos dois capítulos anteriores, nomeadamente: 1) recolha e análise de dados estatísticos através de portais oficiais, notícias publicadas na *web*, documentos e depoimentos nas redes sociais a respeito do desenvolvimento do turismo no centro histórico do Porto, com o objetivo de verificar o enquadramento da atual situação do objeto de estudo; 2) observação dos resultados da investigação do projeto SPLACH, a respeito da perceção dos residentes do centro histórico do Porto acerca dos impactos do turismo. Estes dados foram diretamente fornecidos pelos investigadores do projeto e foram utilizados como embasamento para a pesquisa empírica desenvolvida e para complementar a contextualização do desenvolvimento do turismo no centro histórico a partir da ótica da população residente; 3) coleta e análise de dados,

conceitos e informações de outros estudos empíricos já realizados, por meio de uma profunda revisão de literatura, obtida através de diversos livros, teses e artigos científicos.

#### **4.3.1. Observação participante semiestruturada**

A observação participante é uma técnica de investigação social que permite ao investigador, através do contato direto com o fenômeno observado, coletar dados sobre acontecimentos e obter informações sobre a realidade dos atores sociais nos seus contextos de ocorrência natural (Alves, 2011; Mason, 2014). Na observação participante, o pesquisador interage com o meio estudado em uma tentativa de estar o mais próximo possível do seu objeto de estudo. Pode ser considerada uma técnica composta, uma vez que o pesquisador não só observa, mas também aplica algumas técnicas de entrevista (Quivy & Campenhoudt, 2003).

Barretto (2003) aponta que, nos últimos anos, nas pesquisas em ciências sociais, há uma grande tendência à observação qualitativa, “estudando casos que podem mostrar mais claramente os anseios e frustrações dos indivíduos em questão” e aconselha a combinação da observação com outra técnica, seja ela quantitativa ou qualitativa, uma vez que “a observação, que pode ser participante ou não, permite analisar o que está acontecendo e ver em que medida os fatos correspondem àquilo que os sujeitos dizem a respeito” (p. 107).

Assim esta técnica foi utilizada nesta investigação, combinada e como preparação para os grupos focais, de modo a obter uma ampla e mais detalhada visão e compreensão da realidade, além de uma maior interação com o meio e objeto de estudo.

A observação realizada pode ser classificada como semiestruturada, pois não foi feito uso de grelhas com tópicos específicos a serem observados, entretanto, as grandes variáveis / categorias para observação já estavam definidas previamente às visitas realizadas. A autora deslocou-se ao centro histórico do Porto em torno de vinte vezes, em visitas esporádicas, ao longo do ano de 2019, entre os meses de janeiro a novembro. As visitas *in loco* foram realizadas intencionalmente durante as épocas “baixa”, “média” e “alta” do fluxo turístico, com o intuito de observar diversas variáveis, como o comportamento habitual dos residentes na cidade, a interação destes com os turistas, o comércio, a oferta de serviços, a infraestrutura de apoio e turística, a circulação e o fluxo de pessoas e veículos nos espaços públicos, as condições arquitetônicas e a dinâmica da cidade.

Além do ato de observar, foram tiradas fotografias, realizadas conversas informais e não estruturadas com comerciantes e residentes e ouvidas algumas conversas coloquiais entre os moradores da região acerca do tema. Os materiais utilizados durante as visitas foram câmara fotográfica, gravador de voz e caderno de anotações utilizado como “diário de campo”. Os apontamentos foram feitos no momento ou quase que imediatamente após a informação ser ouvida ou observada, de modo a evitar esquecimentos ou análises incorretas com o passar do tempo.

#### **4.3.2. Grupos focais**

Morgan (1996) define grupo focal como sendo uma técnica de pesquisa que coleta dados qualitativos através da interação de um grupo sobre um tema determinado por um pesquisador/moderador que coordena e guia o grupo.

O grupo focal, em seu caráter subjetivo de investigação, é utilizado como uma técnica metodológica qualitativa, uma vez que a pesquisa qualitativa caracteriza-se, sobretudo, por buscar respostas acerca do que as pessoas pensam e sentem, a respeito de determinado assunto (Aschidamini & Saupe, 2004).

Os grupos focais são grupos que dialogam sobre um tema em particular, ao receberem estímulos apropriados para o debate. Essa técnica distingue-se por algumas características próprias, principalmente pelo processo de interação grupal, que favorece trocas, descobertas e oportuna a interpretação e análise de valores, conceitos, conflitos, confrontos e pontos de vista. Também proporciona uma certa descontração, o que estimula e encoraja a participação dos membros (Ressel et al., 2008).

Como previamente analisado, esta técnica foi também escolhida com base na literatura, por ser a melhor forma de promover um “laboratório” das sessões colaborativas de planejamento entre *stakeholders*, como definido pelas etapas do sistema LAC.

A seguir, serão descritas as etapas e analisados os aspetos técnicos considerados para a recolha dos dados através dos grupos focais, nomeadamente: 1) composição da amostra, 2) elaboração do guião, 3) logística de preparação e, por fim, 4) realização das sessões dos grupos focais.

#### 4.3.2.1. Composição da amostra

A seleção da amostra (escolha dos participantes) para a formação dos grupos focais deve ser intencional. As características sociodemográficas – como idade, gênero, habilitações literárias, estado civil - podem variar, mas o objetivo é que haja, ao menos, um ponto comum - e importante para o estudo proposto - entre todos os participantes (Aschidamini & Saupe, 2004; Mason, 2014; Ressel et al., 2008).

Conforme mencionado anteriormente, neste trabalho, o grupo focal foi a técnica utilizada para promover o debate entre os *stakeholders* da atividade turística no centro histórico do Porto, com base no método LAC. Deste modo, a seleção intencional da amostra ocorreu de modo a reunir, nos grupos focais, os representantes de diversos setores envolvidos e/ou afetados pelo desenvolvimento do turismo no centro histórico do Porto, que podem ser resumidos, conforme a literatura analisada, em: governantes, profissionais e empresários do setor turístico, comerciantes, ambientalistas, residentes e turistas.

Dentre estes grupos de *stakeholders*, os turistas não foram considerados para composição da amostra deste estudo, tanto com base em outros estudos semelhantes realizados (Ahn et al., 2002; Frauman & Banks, 2011; Schetter & Schetter, 2016), e também por definição própria da autora, em alinhamento à proposta do trabalho, ao avaliar que estes poderiam não ser um bom contributo ao estudo, por não terem uma visão profunda das questões da gestão e dos impactos do turismo, o que poderia atrapalhar a dinâmica das sessões junto à comunidade.

Os demais grupos de *stakeholders* foram convidados e estiveram representados nas sessões dos grupos focais da investigação, à exceção dos representantes do governo local, que foram convidados, tomaram ciência do estudo<sup>11</sup>, mas não puderam comparecer aos encontros.

Além destes grupos de *stakeholders* definidos pela literatura do planeamento turístico (Beni, 2006; Fratucci, 2008; Inskeep, 1991; Simpson, 2001), foi incluída, para composição da amostra deste estudo, uma categoria denominada “especialistas”, que seria o correspondente à categoria de “cientistas” presente na aplicação original do método LAC (Stankey et al.,

---

<sup>11</sup> Uma representante do Departamento de Turismo da Câmara Municipal, após recebimento dos convites para participação no estudo, entrou em contato e convidou a pesquisadora para uma pequena entrevista em seu local de trabalho de modo a compreender mais sobre o estudo. Demonstrou-se interessada, entretanto, dias depois, a autora recebeu um e-mail a informar que a presença destes representantes dos órgãos públicos nos grupos focais não seria possível, devido a outros compromissos.

1985). Enquanto na aplicação original, em área natural, estes cientistas eram biólogos, para este estudo, buscou-se, para composição da amostra, especialistas em turismo, sociologia ou áreas correlatas.

Assim, esta técnica foi escolhida e desenvolvida de modo a fornecer contributos para a análise dos impactos e dos limites de mudança aceitável do turismo no centro histórico do Porto, através de um processo colaborativo, segundo a aplicação do método LAC, que prevê que os objetivos do planeamento devem ser baseados no resultado do que é aceitável para uma variedade de partes interessadas (Ahn et al., 2002; Stankey et al., 1985).

O ponto comum entre estes participantes, portanto, era a relação com a atividade turística, o que os permitiu dialogar sobre as questões levantadas e contribuir para o objetivo da pesquisa. Os representantes das empresas deveriam ter, em suas rotinas profissionais, contacto direto com o turismo e / ou algum poder de tomada de decisão / gestão. Os especialistas, alguma relação direta com os estudos dos impactos do turismo e/ou com a cidade do Porto. Os representantes da comunidade deveriam, obrigatoriamente, residir na zona definida como objeto de estudo deste trabalho (centro histórico do Porto).

Segundo a literatura, os grupos focais devem ter, idealmente, entre 5 e 12 participantes, de forma a obter uma variedade considerável de perspetivas e opiniões e viabilizar a participação de todos (Mason, 2014; Ressel et al., 2008). De modo a garantir uma variedade de *stakeholders* e a considerar a natural dificuldade de contar com a participação de diversas pessoas em um mesmo local e horário, foi traçado o objetivo de reunir um total de 20 participantes (distribuídos entre as sessões), e, para tanto, foram convidadas, aproximadamente, 70 pessoas, tendo sido 7 especialistas do turismo, 8 representantes do setor público, ao redor de 20 profissionais de empresas turísticas e 35 residentes da zona do centro histórico. Além destes convites feitos diretamente, as sessões dos grupos focais foram divulgadas em páginas e grupos nas redes sociais relacionados aos moradores da cidade e ao tema dos impactos do turismo. As definições do público-alvo foram esclarecidas junto ao convite, de modo a evitar que pessoas que não correspondessem a estes grupos comparecessem às sessões. Até um dia antes da primeira sessão, haviam sido recebidas confirmações de presença por parte de 19 pessoas, entretanto, sete destas pessoas não compareceram, totalizando, assim, uma amostra de 12 pessoas.

A seguir, na tabela 7, um quadro com o perfil<sup>12</sup> dos participantes dos grupos focais realizados, de acordo com cada categoria de *stakeholders* representada:

- Residentes do centro histórico, indicados pela letra R (incluindo, neste grupo, pessoas que têm alguma ou nenhuma relação com a atividade turística, mas são diretamente envolvidos e impactados, uma vez que residem onde o turismo se desenvolve);
- Profissionais da indústria do turismo, indicados pela letra P;
- Comerciante, indicada pela letra C;
- Ambientalista, indicado pela letra A;
- Especialistas nos estudos do turismo, representadas pela letra E.

---

<sup>12</sup> Para preservar a identidade e o anonimato dos participantes deste estudo, foram definidos e utilizados códigos para identificá-los.

Tabela 7: Categoria e perfil dos participantes dos grupos focais do estudo

Fonte: Elaboração própria

<b>Código Participante</b>	<b>Sexo</b>	<b>Faixa etária (anos)</b>	<b>Nacionalidade</b>	<b>Local de residência / Tempo de residência no centro histórico do Porto</b>	<b>Ligação profissional com o turismo</b>
<b>R1</b>	M	30 – 35	Brasileiro	Centro histórico, há 3 anos	Trabalho sem ligação ao turismo
<b>R2</b>	F	36 – 40	Portuguesa	Centro histórico, há +30 anos	Trabalho diretamente ligado ao turismo, em um <i>hostel</i> .
<b>R3</b>	F	30 – 35	Portuguesa	Centro histórico, há 9 anos	Trabalho sem ligação ao turismo
<b>R4</b>	F	30 – 35	Espanhola	Centro histórico, há 4 anos	Trabalho sem ligação ao turismo
<b>R5</b>	M	36 – 40	Dinamarquês	Centro histórico, há 35 anos	Trabalho sem ligação ao turismo
<b>C1</b>	F	30 – 35	Brasileira	Centro do Porto (freguesia adjacente ao centro histórico), há 4 anos	Proprietária de uma loja comercial de pastelaria no centro do Porto (ligação indireta ao turismo)
<b>P1</b>	F	36 – 40	Portuguesa	Centro histórico - residiu durante a infância e retornou há 4 anos	Gestora de uma empresa de alojamento local no centro histórico
<b>P2</b>	F	36 – 40	Portuguesa	Centro histórico, há 7 anos	Guia de turismo em empresa de animação turística que realiza, maioritariamente, <i>tours</i> pelo centro do Porto para o público nacional

<b>P3</b>	F	30 – 35	Portuguesa	Centro do Porto (freguesia adjacente ao centro histórico) há 5 anos	Trabalhou na Associação de Turismo do Porto (ATP) por 3 anos, onde atuou diretamente nas estratégias de promoção do turismo da cidade. Atualmente, trabalha em um hotel 5 estrelas na Foz.
<b>A1</b>	M	41 – 45	Português	Vive em Matosinhos (40 anos) / trabalha no centro histórico do Porto	Desenvolve um projeto de turismo alternativo ao turismo de massas no centro histórico do Porto.
<b>E1</b>	F	46 – 50	Portuguesa	Vive em Vila Nova de Gaia / trabalha e frequenta o centro histórico do Porto há mais de 40 anos	Socióloga / Ph.D. em Turismo, professora de turismo do ensino superior, em uma universidade localizada no centro histórico do Porto. Já coordenou pesquisas acerca dos impactos do turismo aos residentes da cidade.
<b>E2</b>	F	30 – 35	Sérvia	Centro do Porto (freguesia adjacente ao centro histórico) há 5 anos	Doutoranda e investigadora do turismo, a atuar em pesquisa acerca dos impactos do turismo na cidade do Porto segundo a percepção dos residentes.

#### 4.3.2.2. Elaboração do guião

O guião é o documento composto por uma lista de temas e questões qualitativas e abrangentes, que favoreçam a discussão e estejam alinhadas aos objetivos da pesquisa. Tem como função servir de “roteiro” para o moderador, facilitando a condução do trabalho grupal (Mason, 2014).

O guião, para desenvolvimento e moderação dos grupos focais deste estudo (apêndice 1), foi elaborado de modo a conter questões centradas na temática da pesquisa, tendo por base uma extensa revisão de literatura e pesquisas semelhantes já desenvolvidas (Ahn et al., 2002; Frauman & Banks, 2011; McCool, 2013; Schetter & Schetter, 2016; Stankey et al., 1985).

O guião foi dividido em quatro seções, em consonância aos objetivos do trabalho. A primeira seção teve cariz introdutório. Nesta primeira parte, foi feita a apresentação do estudo aos participantes, expostos os objetivos e a metodologia da investigação. Também foi explicado como funcionaria o encontro, tempo estimado de duração, “regras” do debate. Pediu-se, ainda, que os participantes se apresentassem uns aos outros, e dissessem o porquê de estarem ali, de modo a estimular a interação entre o grupo.

A segunda seção foi composta por questões acerca dos impactos do turismo. O objetivo desta etapa, além de analisar os impactos do turismo pela perceção dos participantes, componentes de variados grupos de *stakeholders*, era trazer uma reflexão inicial sobre o tema aos participantes. “Como você considera que o turismo afeta a cidade do Porto?”, “Como o crescimento do turismo e da presença de turistas na cidade afeta sua vida?”, “Você já experienciou ou experiencia problemas relacionados ao turismo?”, “Como você reage / lida diariamente aos impactos do turismo?” e “concorda (está satisfeito / feliz / orgulhoso) com o desenvolvimento do turismo na cidade do Porto? Como o avalia?”, foram algumas das questões levantadas nesta etapa.

Ainda para esta seção, foi elaborada uma apresentação de PowerPoint com os principais impactos (económicos, socioculturais, ambientais / espaciais) do turismo, de acordo com a perceção dos residentes do centro histórico do Porto, através dos questionários da pesquisa desenvolvida pelo projeto SPLACH (apresentados no capítulo anterior). Entretanto, esta apresentação somente foi exibida aos participantes de uma das sessões realizadas, pois, nas

demais, todas as dimensões dos impactos foram abrangidas pelos participantes sem necessitar deste recurso como facilitador da discussão.

Na terceira etapa, iniciou-se, de facto, a aplicação do método LAC. Para esta seção, as questões foram retiradas de artigos que esclarecem a aplicação e desenvolvimento das etapas do método (Cole & Stankey, 1997; McCool, 2013; McCool & Cole, 1997; Stankey et al., 1985; Takahashi & Cegana, 2005). Antes de realizar as questões aos grupos, o método LAC foi brevemente apresentado<sup>13</sup>, com enfoque na sua aplicabilidade e importância para bons resultados de gestão. Explicou-se que este método não trabalha com ideias utópicas ou objetivos ideais. Ele considera a mudança existente e seu desafio gira em torno da gestão de tais transformações. Foi destacado aos participantes que esta metodologia considera, primordialmente, a participação pública na gestão e planeamento, e que, por isso, estavam a participar daquele encontro.

Esta seção do LAC foi dividida em três subseções temáticas, em consonância às primeiras etapas do processo que envolvem a participação dos *stakeholders* (etapas 1, 3 e 5):

- Etapa 3.1. Diagnóstico da área: que vem a ser, originalmente, a etapa 1 do LAC, com o objetivo de identificar as atuais preocupações e problemas da zona. Para este diagnóstico, e com base na literatura, foram levantadas questões como “Qual o papel e a importância desta zona no contexto regional e nacional?”, “Quais valores, características ou qualidades especiais da área requerem atenção / precisam ser mantidos ou alcançados?”, “Quais problemas ou preocupações de gerenciamento / na gestão da área são importantes e devem ser tratados?”

- Etapa 3.2. Definição dos indicadores de mudança, em referência à etapa 3 do LAC: sinais, observáveis e quantificáveis. Aqueles que refletem as mudanças resultantes da presença dos visitantes e do desenvolvimento do turismo. A definição destes indicadores é uma parte essencial do LAC, pois seu estado reflete a condição geral encontrada na zona. Foram dados exemplos para uma melhor compreensão e desenvolvimento desta etapa. Em duas das

---

<sup>13</sup> Válido ressaltar que esta apresentação foi adaptada ao perfil de cada grupo. Enquanto nas sessões compostas por uma maioria de residentes, o vocabulário utilizado foi, de certa forma, mais simples, na sessão com as especialistas, foram utilizados termos mais técnicos e feita uma apresentação mais profunda do método. Foi tomado o cuidado de prover a mesma qualidade de informações aos grupos, apenas de formas diferentes.

sessões, a construção dos indicadores foi feita em conjunto por todos os participantes, em uma cartolina sobre a mesa.

- Etapa 3.3. Definição dos limites aceitáveis dos indicadores de mudança: correspondente à etapa 5 do LAC. Eles são a alteração máxima nas condições que serão permitidas. Estes padrões servem para definir, propriamente, os "limites da mudança aceitável". A questão central desta etapa foi “quanto de mudança é tolerável? ”, e os participantes foram estimulados a indicar, de forma específica, o que consideravam ser os limites para cada um dos indicadores apontados anteriormente. Estes limites deveriam ser realistas e atingíveis.

A completa aplicação do método LAC, conforme visto no capítulo 2, demanda uma análise detalhada de custos, definições políticas, além do próprio processo de monitoramento e avaliação, que só podem ser efetivamente concretizados em uma aplicação real. Portanto, com base na literatura estudada (Ahn et al., 2002; Frauman & Banks, 2011; Schetter & Schetter, 2016, entre outros) e alinhado aos objetivos do trabalho, esta pesquisa concentrou-se na aplicação das etapas 1, 3 e 5 do sistema LAC, que são as primeiras etapas do processo que demandam, conforme analisado, um processo colaborativo, objetivo das sessões dos grupos focais realizadas.

Por fim, a temática de discussão da última seção dos encontros foi acerca das propostas; propostas para uma melhor gestão do desenvolvimento da atividade turística na cidade, para que os limites estabelecidos anteriormente fossem alcançados e mantidos. Ao longo desta etapa, foi feita, pela moderadora, uma síntese dos indicadores e limites estabelecidos e de algumas ideias que já haviam surgido ao longo do debate. Procurou-se estimular o pensamento dos participantes para novas propostas com base em tudo que havia sido discutido anteriormente.

Embora estruturado neste formato, o guião foi adaptado às sessões de acordo com o fluxo dos debates. Em alguns momentos, os participantes naturalmente encaminhavam a discussão para outros pontos, também relevantes à temática, e assim os temas e as questões eram adaptados, de modo a tornar a discussão fluida, deixar os participantes mais interessados e evitar repetições desnecessárias de perguntas.

#### 4.3.2.3. Logística de preparação

Foram definidas, previamente, três possíveis datas (em uma quinta-feira à noite, sexta-feira à tarde e sábado pela manhã), de modo a evitar dificuldades com a disponibilidade de tempo e incompatibilidade com os demais compromissos pessoais e profissionais das pessoas convidadas. Foi selecionado e previamente reservado um local com estrutura para a realização do encontro e, em seguida, quando esta parte logística já estava definida, foi elaborado um texto-convite (apêndice 2), que foi enviado aos possíveis participantes, através de correio eletrônico e redes sociais, a comunicar o objetivo e detalhes do estudo e convocá-los a participar. Em seguida, as pessoas interessadas foram solicitadas a confirmar sua presença e indicar a data em que poderiam participar – de modo que fosse possível, para a autora, ter o controle de quantas pessoas de cada um dos grupos de *stakeholders* estariam presentes, de forma a obter equilíbrio entre estes grupos e respeitar o número adequado de participantes.

O local para os encontros, um espaço privado de *coworking* e salas de reunião, localizado no centro histórico da cidade, foi escolhido com o cuidado para que fosse um ambiente neutro e que oferecesse privacidade, conforto, fácil acesso e que possibilitasse desenvolver os encontros sem muitas interferências externas. Também foi levada em consideração a acústica e os níveis de ruído do espaço, de modo a facilitar a compreensão dos áudios de gravações das sessões (Ressel et al., 2008).

Para a realização das reuniões, além do preparo do guião, foram necessários alguns cuidados logísticos que permearam todas as sessões, como o agendamento prévio do local, conforme mencionado, preparo da sala (iluminação, ventilação, espaço adequado para a disposição dos participantes), manutenção do gravador e organização do ambiente. Para o final das sessões, foi preparada uma mesa com alguns aperitivos salgados, bolo, água, café, chá e degustação de vinho do Porto. Durante as sessões também havia, sobre a mesa, copos de água e potes com salgadinhos e bolachas.

As cadeiras foram dispostas com uma formação circular, ao redor de uma mesa, e os participantes escolheram, livremente, onde desejavam sentar. Esta disposição das cadeiras permitiu o bom contato visual e a interação face a face entre todos os integrantes dos grupos e a moderadora. Também foi planejada de modo a oferecer distâncias iguais entre todos os participantes, o que, além de estabelecer o mesmo campo de visão para todos, evitou atribuir

às cadeiras qualquer ideia de prestígio e fomentou a interação e o sentimento de fazer parte do grupo. Esses preparativos foram planeados com base em estudos acerca dessa técnica (Aschidamini & Saupe, 2004; Mason, 2014; Ressel et al., 2008).

#### **4.3.2.4. Realização das sessões dos grupos focais**

Foram realizadas três sessões dos grupos focais, nos dias 14, 15 e 16 de novembro de 2019, com diferentes participantes em cada uma. No primeiro dia, o encontro teve representantes dos residentes e comerciante; o segundo encontro foi composto pelos grupos dos residentes, profissionais e ambientalista; no terceiro encontro, a discussão foi realizada entre especialistas e profissional do setor. Conforme explicado anteriormente, os três encontros foram planeados de modo a oferecer uma certa diversidade de datas e horários aos convidados. Seguiu-se a mesma preparação, formato e guião nas três sessões.

Ressel et al. (2008), em seu estudo sobre os grupos focais, analisam que não existe um padrão para o número de sessões necessárias em uma investigação, e esta definição depende, sobretudo, dos objetivos traçados em cada pesquisa. Neste estudo, pretendeu-se realizar uma espécie de laboratório colaborativo para aplicação das primeiras etapas do método LAC, tendo sido, portanto, uma sessão suficiente para os objetivos do trabalho.

Avalia-se que a coleta dos dados tenha sido realizada em uma boa altura do ano, na metade do mês de novembro, considerado temporada turística “média” em Portugal, por ser apenas dois meses após o fim do verão, estação do ano que caracteriza a alta temporada, e antes dos meses mais rigorosos de inverno, janeiro e fevereiro, considerados a baixa temporada na cidade.

As sessões realizadas duraram, em média, 1h45min, tendo sido de 1h20min a duração mais curta, e, a mais longa, que foi a sessão com as especialistas, 2h30min. Ressel *et al.* (2008) sugerem que a duração dos grupos deve ser de uma a duas horas, para que o cansaço dos participantes e as possíveis condições desconfortáveis não venham a interferir nos objetivos da discussão e gerem prejuízo aos resultados.

Antes de iniciar os grupos, foram realizadas rápidas entrevistas individuais com cada um dos participantes, com o objetivo de obter informações referentes à identificação pessoal e dados sociodemográficos de relevância para o estudo. Na véspera do encontro de cada um dos

grupos focais, confirmou-se, via telefone / correio eletrônico, o horário e o local do encontro, no sentido de estimular a presença dos participantes.

Em consonância com as orientações na literatura estudada sobre a moderação de grupos focais (Aschidamini & Saupe, 2004; Mason, 2014; Ressel et al., 2008, entre outros), buscou-se, ao longo das sessões, cultivar a empatia, estimular a conexão entre os participantes, proporcionar um ambiente relaxado e condutor de trocas e expressão de percepções, experiências e pontos de vista. Procurou-se manter uma postura neutra, sem julgar nem expressar acordo ou desacordo às falas dos participantes, mas facilitando o debate, encorajando os depoimentos e assegurando espaço para que todos os participantes se expressassem. Procurou-se adaptar o formato da discussão ao estilo e necessidades de cada grupo. Ao longo dos debates, foram realizadas sínteses, retomando o foco da discussão e confirmando informações. Procurou-se falar pouco e ouvir mais, com a máxima de atenção ao depoimento de cada um dos participantes e também às suas expressões não-verbais, como expressividades faciais, postura e movimentos corporais. Foram feitas intervenções, quando necessário, para manter o debate focalizado.

Os encontros foram gravados em sua totalidade – e este procedimento foi antecipadamente solicitado e notificado aos participantes, em cumprimento com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). Adicionalmente, e nos momentos em que isto foi viável, também foram registados, por escrito, os pontos de destaque das discussões.

#### **4.4. Metodologia de análise dos dados**

Após a recolha dos dados e informações, realizada nas sessões de grupos focais descritas, os dados coletados foram organizados e depois foi feita a transcrição de todos os ficheiros de áudio das gravações dos grupos focais; primeiramente, os áudios foram ouvidos por completo, e, depois, iniciou-se a transcrição dos mesmos. Tomou-se o cuidado para que a transcrição não fosse uma mera reprodução das gravações, mas também pudesse representar, de forma fidedigna, os suspiros, as exclamações, as indagações e contrariedades presentes nas falas dos participantes. O diário de anotações utilizado durante as sessões ajudou nesta tarefa da (re)constituição das falas.

Em seguida, os dados foram organizados e lidos, mais uma vez, a fim de iniciar o processo de análise dos mesmos. Para esta análise dos dados qualitativos recolhidos nas sessões de

grupos focais, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Esta técnica foi aplicada com uma abordagem mista, de cariz tanto qualitativo como quantitativo, uma vez que foi feito um “recorte” e análise das citações textuais dos participantes dos grupos, considerando-as nos contextos em que ocorreram, para ilustrar os principais achados da análise dos resultados, em complemento a uma análise e descrição mais quantitativa, ao observar e comparar a frequência e os padrões de aparecimento de certas características e termos nos conteúdos dos textos analisados (Kohlbacher, 2006). Os métodos citados não são excludentes entre si e podem ser combinados em um só momento de análise (Iervolino & Pelicione, 2001). Esta técnica também contribuiu positivamente para que o conteúdo fosse analisado à luz dos temas centrais do enquadramento teórico deste estudo.

Para esta etapa da análise de conteúdo, foi utilizado o *software* webQDA (*Web Qualitative Data Analysis*), de modo a garantir um maior rigor metodológico e uma maior eficiência na gestão dos dados. A utilização deste *software*<sup>14</sup> contribuir para identificar e analisar padrões e relações entre os dados recolhidos nos grupos focais.

Resumidamente, as etapas do processo de análise dos dados foram:

1. Transcrição dos ficheiros de áudio das gravações dos grupos focais;
2. Preparação e organização dos dados (transcrições das entrevistas e apontamentos da autora feitos durante a realização dos grupos focais);
3. Pré-análise, exploração do material produzido, interpretação;
4. Identificação e definição dos principais códigos e categorias para inserção dos dados;
5. Codificação;
6. Interpretação e análise dos resultados.

O processo de identificação e definição dos códigos, tanto descritivos, quanto interpretativos, foi desenvolvido previamente a partir da revisão de literatura, dos objetivos do trabalho, dos temas do guião, e ao longo da análise dos textos transcritos. Em seguida, a codificação dos textos foi realizada, como explicado anteriormente, identificando, ao longo das falas dos diferentes participantes, características, temas ou padrões recorrentes (Ressel et al., 2008).

---

<sup>14</sup> O processo de aprendizagem para uso do software foi realizado através de diversas *webinars* disponibilizadas no próprio *website* do WebQDA.

Os códigos descritivos de análise dos participantes foram agrupados por afinidade, definidos ao longo do desenvolvimento da pesquisa empírica e com base em estudos semelhantes e na literatura acerca dos fatores que podem influenciar a percepção dos indivíduos quanto ao desenvolvimento do turismo (Almeida García et al., 2015; Beni, 2006; Cardoso & Silva, 2018; Cooper et al., 2008; Frauman & Banks, 2011; Lopes, 2016; Silva, 2017). Assim, foram definidos os seguintes códigos, conforme tabela 8, a seguir.

Tabela 8: Códigos descritivos para codificação  
 Fonte: elaboração própria (2019)

Grupo	Residentes
	Profissionais
	Comerciante
	Ambientalista
	Especialistas
Sexo	Feminino
	Masculino
Faixa etária	30 – 35
	36 – 40
	41 – 45
	46 – 50
Nacionalidade	Portuguesa
	Imigrante
Local de residência	Centro histórico
	Freguesia adjacente
	Concelho limítrofe
Tempo de residência	Até 3 anos
	4 a 9 anos
	> 10 anos
Ligação profissional ao turismo	Direta
	Indireta
	Sem ligação

Após inserção dos códigos descritivos, foram criadas as dimensões e categorias para codificação das categorias interpretativas<sup>15</sup>, conforme tabela 9. As categorias interpretativas foram definidas com base na literatura dos estudos dos impactos do turismo e do sistema de planeamento LAC, utilizadas no referencial teórico deste trabalho.

<sup>15</sup> Por questões de formatação, a tabela 9 apresenta somente as dimensões e categorias. A tabela completa, com a inclusão de todas as subcategorias para codificação e a literatura consultada, foi disponibilizada como Apêndice 3, ao final deste trabalho.

Tabela 9: Categorias interpretativas para codificação  
 Fonte: elaboração própria (2019)

<b>DIMENSÕES</b>	<b>CATEGORIAS</b>
Impactos	Económicos positivos
	Económicos negativos
	Ambientais positivos
	Ambientais negativos
	Socioculturais positivos
	Socioculturais negativos
Diagnóstico da área	Papel e importância da área
	Valores, características e qualidades
	Problemas de gestão e preocupações da área
Indicadores de mudança	Económico
	Espaciais
	Sociais
Limites de mudança aceitável	Económico
	Espaciais
	Sociais
Propostas	Gestão da oferta para turistas e residentes
	Gestão dos turistas

Ao final do processo de codificação, foram realizadas a interpretação e análise dos resultados, com a aplicação das etapas do método LAC, relacionando os resultados da pesquisa empírica aos autores e investigações que compuseram o enquadramento teórico deste estudo.

Alves (2011) reflete que, na análise de uma pesquisa qualitativa, busca-se, na compreensão de um fenómeno, “entender seu significado individual ou coletivo para a vida das pessoas [...] torna-se indispensável saber o que os fenómenos representam para os sujeitos inseridos e afetados” (p. 608). Esta forma de análise vai de encontro aos objetivos deste trabalho e também ao que propõe o modo de planeamento colaborativo do LAC. Assim, a análise dos dados coletados não teve por base uma generalização de respostas e comportamentos para definição de uma tendência ou fenómeno, mas destacou as descobertas e reflexões realizadas de maneira colaborativa entre os participantes, a partir de suas experiências pessoais e coletivas, com foco em fornecer contributos para um planeamento participativo.

## 4.5. Conclusão

Neste capítulo, foram descritos os procedimentos metodológicos que compuseram a execução desta pesquisa, em particular a coleta de dados através da técnica de grupos focais e sua posterior análise e interpretação.

Smeha (2009) aponta que os critérios para avaliar a qualidade e o sucesso de uma pesquisa qualitativa devem ser relacionados ao quanto ela permite uma compreensão da realidade e a autorreflexão, e que o grupo focal, pelas suas bases e proposta, parece ser uma técnica com grande potencial para atender a esses critérios.

A discussão sobre determinado tema de interesse dos participantes, ao mesmo tempo em que permite responder a indagações de pesquisa, investigar perguntas e avaliar opiniões, atitudes, experiências anteriores e perspectivas futuras, promove uma nova vivência aos seus participantes, novas possibilidades de construção de significados da sua experiência, com consequências distintas na vida de cada um (p. 265).

A escolha desta técnica representou um desafio e exigiu muita preparação técnica, mas foi superada e gerou excelentes resultados. Após a realização dos encontros, foi enviada uma mensagem aos participantes, agradecendo a participação no estudo, e quase todos responderam a mensagem a agradecer pela oportunidade de reflexão e, de certa forma, atuação na construção de uma cidade melhor. Este não foi definido como um dos objetivos do estudo, mas superou as expectativas. Esse resultado reforça uma das vantagens da técnica empregada para coleta de dados do estudo, que é a de conduzir ao pensamento crítico (Ressel et al., 2008).

Para a pesquisa, os grupos focais promovidos permitiram compreender aspectos mais profundos referentes à percepção e atitudes dos grupos envolvidos e afetados pela atividade turística e aplicar, através de um processo colaborativo, as etapas do sistema dos limites de mudança aceitável para uma gestão e planejamento mais sustentáveis para o turismo no centro histórico do Porto, como definido na revisão da literatura.

Assim, conclui-se que a metodologia definida foi aliada no alcance dos objetivos gerais e específicos deste estudo e permitiu compreender o fenómeno mais profundamente, além de fornecer algum contributo para a própria comunidade.



Fotografia: Associação de Turismo do Porto e Norte. Tirada em 19.11.2017

## Análise e discussão dos resultados



## 5.1. Nota introdutória

No capítulo que se inicia, os dados coletados e os principais resultados deste estudo serão relatados, analisados e discutidos, com base nos métodos desenhados anteriormente e à luz do referencial teórico previamente analisado neste estudo. Na próxima seção, é feito um relato das ‘disputas’, partilhas e contrastes nos espaços do centro histórico do Porto analisados durante a observação participante; as seções e subseções seguintes pretendem apresentar e discutir os resultados de cada um dos temas debatidos nas sessões dos grupos focais, incluindo aqueles que compõe a aplicação do método LAC. Por fim, é feita uma conclusão e análise geral dos resultados alcançados com esta investigação.

## 5.2. Relatos da observação participante

Logo ao chegar-se à cidade Invicta de comboio, pela estação de São Bento, é possível observar a presença de turistas em grandes quantidades na cidade. Afinal, esta estação, além de ser ponto de chegada e partida de comboios para diversas outras cidades de Portugal, também é um ponto turístico de destaque, em função de sua arquitetura e principalmente pelos seus vinte mil azulejos que representam um pouco das tradições e narram momentos importantes da história do País. Dentro do átrio principal da estação, principalmente em horários de maior movimento nos dias da semana, é possível observar uma certa ‘disputa’ pelo espaço entre os locais e os turistas: os residentes, quase sempre, em tentativas de atravessar o local rapidamente, em um movimento rotineiro, enquanto os visitantes estão, normalmente, aglomerados em grupos e parados no meio do caminho a observar e tirar fotografias.



Figura 20: Turistas na Estação de São Bento  
Fonte: própria (tirada em 27 de outubro de 2019)

Pelas ruas do centro histórico observa-se ainda outras “disputas” pelo espaço, como entre o comércio tradicional e as lojas de grandes marcas internacionais. Próximo à estação, está a Rua de Santa Catarina, importante rua comercial da cidade, que concentra, no mesmo território, grandes marcas internacionais, como a Swarovski, bem como algumas resistentes lojas tradicionais, estabelecidas ali há algumas décadas. A Papelaria Progresso, presente na mesma morada há mais de 100 anos, possui um anúncio na esquina onde enumera os serviços que oferece, agora também na língua inglesa. Em uma conversa informal, o dono do estabelecimento disse: “a cidade mudou, nós tivemos de mudar também”.

Grande parte dos quiosques e tabacarias diversificaram seus produtos, seu público, e agora apresentam placas em inglês e francês a anunciar a venda de bilhetes para os autocarros turísticos e passeios pelas caves do vinho do Porto. Uma pequena loja tradicional, de artigos para casa, expõe, à porta, venda de souvenirs da cidade e também de água fresca. Com um anúncio em seis diferentes línguas.



Figura 21: Anúncio multilíngue exposto em montra de loja tradicional do Porto  
Fonte: própria (tirada em 22 de setembro de 2019)

Entre os apartamentos e edifícios residenciais, a ‘disputa’ pelo espaço também é acirrada. Conforme discutido no capítulo anterior, a presença e o crescimento acentuado dos alojamentos locais têm sido um grande fator de alterações na dinâmica de habitação da cidade. As placas indicativas de AL podem ser vistas por todos os lados, quase sempre nos edifícios mais renovados, e o contraste entre eles costuma ser grande.

Na entrada do Mercado Temporário do Bolhão, aberto para substituir o Mercado original, de mesmo nome, durante um período de obras, observa-se, mais uma vez, este contraste entre o ‘velho’ e o ‘novo’. Ao descer as escadas rolantes, os novos visitantes internacionais e os frequentadores diários deparam-se com uma estrutura moderna, mas que procura manter a atmosfera do antigo e tradicional espaço e ostenta painéis pendurados com fotos dos comerciantes já conhecidos de toda a gente. A dona Rosa, das flores, o senhor José, da charcutaria. Observa-se, gradualmente, uma transformação do espaço e uma adaptação do local ao global, e do global ao local.

O dono de um talho, situado na antiga freguesia da Sé, disse que “o comércio destinado a quem vive na cidade está deixando de existir”. Contou que já recebeu muitas propostas de altos valores para vender o seu espaço, mas que, por ser um negócio que já acompanha sua família há algumas gerações, recusou. Confessou, também, praticar valores bem acima da média e do que costumava cobrar poucos anos atrás, já que “as pessoas que agora frequentam a zona podem pagar muito mais”.

Por todas as ruas do centro histórico, cada vez mais hotéis, postos de informação turística, novos edifícios que destoam no restante da arquitetura. A paisagem aérea repleta de guias das construções. A Ribeira repleta de gente das mais diferentes nacionalidades. Cinco grupos de *walking tour* na Praça da Liberdade. Quatro autocarros de turismo parados em sequência na Avenida dos Aliados, em pleno coração da cidade, às 17h de uma segunda-feira. A dinâmica da cidade mudou, não há como negar.

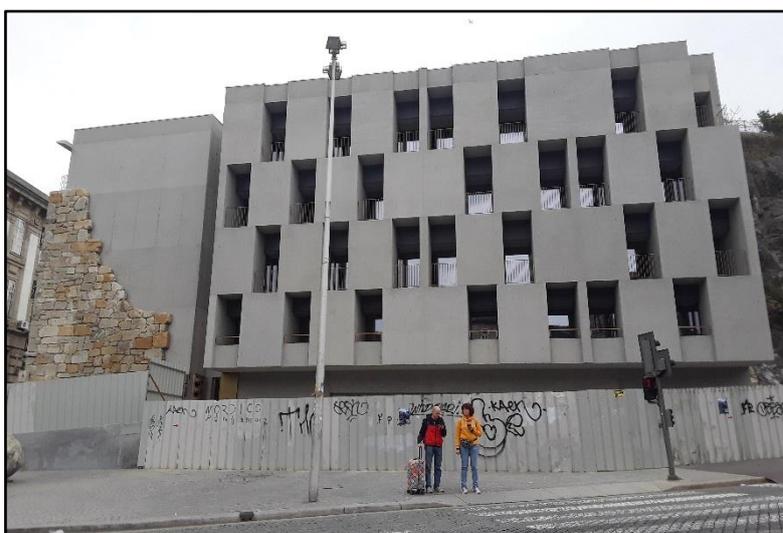


Figura 22: Nova construção ao lado da Estação de São Bento  
Fonte: própria (tirada em 15 de novembro de 2019)

Este fenómeno no centro histórico do Porto pode não possuir (ainda?) as mesmas dimensões do que tem sido observado em outros grandes destinos turísticos europeus, como Veneza, Barcelona, Amsterdão e até mesmo Lisboa, mas é notoriamente significativo e, para o bem de todos, necessita ser muito bem estruturado, planeado e gerido.

### **5.3. Análise e discussão dos resultados dos grupos focais / aplicação do método LAC**

Conforme apresentado no capítulo anterior, foram realizados três encontros de grupos focais que reuniram doze participantes, representantes de alguns grupos de *stakeholders* do turismo na cidade do Porto (ver tabela 7). Estes encontros foram realizados como uma espécie de laboratório de sessões participativas de planeamento e basearam-se, prioritariamente, na aplicação das etapas 1, 3 e 5 do sistema LAC. Esta seção se encontra dividida conforme as grandes dimensões de análise definidas (tabela 9).

Importante destacar previamente nesta seção que, embora seja interessante observar as diferenças nas percepções e atitudes entre os diferentes grupos de *stakeholders*, não é objetivo central deste trabalho realizar esta análise e comparação. Inclusive há alguns fatores que influenciariam esta análise, como o facto de alguns dos profissionais e especialistas que participaram serem, também, residentes da área de estudo (e suas percepções, portanto, não poderem ser completamente separadas entre as categorias) e também, por exemplo, haver uma maior quantidade de residentes, em comparação aos demais grupos, o que pode implicar em uma maior quantidade de referências a eles.

O critério de escolha dos participantes, com base na estrutura LAC de planeamento participativo, e como ressalta Minayo (2004), foi encontrar indivíduos sociais que tivessem um interesse e uma vinculação mais significativa com o objetivo da investigação. Assim, foram, prioritariamente, convidadas pessoas que possuíssem algum tipo de relação direta com o turismo (ainda que somente diretamente impactados por ele), de modo que fossem ouvidas diferentes percepções, a fim de obter uma rica análise para a construção de um planeamento mais sustentável, com base nos impactos e nos limites de mudança aceitável do desenvolvimento da atividade turística no centro histórico do Porto.

### 5.3.1. Perceção acerca dos impactos do turismo

As sessões dos grupos focais foram iniciadas com questões acerca dos impactos do turismo percebidos pelos participantes no que tange à cidade e também no tocante às suas vidas e rotinas em particular. As duas perguntas iniciais eram abertas e pediam aos participantes que identificassem impactos positivos e negativos do turismo. Entretanto, observou-se um grande predomínio de impactos negativos entre as respostas: dentre os 32 impactos identificados nas falas dos participantes, apenas sete foram positivos. Dentre as classificações, houve um equilíbrio: foram destacados nove impactos económicos, onze impactos ambientais / espaciais e doze impactos de carácter sociocultural.

A seguir, uma tabela síntese destes impactos destacados ao longo das sessões dos grupos focais, onde os números significam a frequência em que cada um destes impactos foi identificado nas falas dos participantes<sup>16</sup>. Nesta matriz, os impactos são também relacionados às classificações dos integrantes dos grupos, em relação a: 1) qual grupo de *stakeholder* faz parte (residentes / profissionais / comerciante / ambientalista / especialistas); 2) nacionalidade (se portugueses ou imigrantes); 3) local de residência (centro histórico do Porto / freguesia adjacente / concelho limítrofe); 4) tempo de residência (1 a 3 anos, 4 a 9 anos ou acima de 10 anos).

---

<sup>16</sup> Através da análise das transcrições das gravações dos encontros, realizada no *software* WebQDA.

Tabela 10: Matriz impactos do turismo x classificações *stakeholders*

Fonte: elaboração própria, retirado de WebQDA (2019)

IMPACTOS	GRUPOS					NACIONAL.		LOCAL RESID.			TEMPO RESID.		
	Resid.	Prof.	Com.	Amb.	Esp.	Port	Imig	CH	Freg	Conc	Até 3 anos	4 a 9 anos	+ 10 anos
Especulação imobiliária	7	2	1	1	3	10	4	7	2	5	2	3	9
Empregos precários	1	2	1	0	0	3	1	3	1	0	0	1	3
Lucro concentrado nos grandes grupos	1	0	0	1	0	2	0	1	0	1	0	0	2
Aumento custo de vida	3	1	1	0	1	3	3	2	2	2	0	2	4
Aumento preços bens e serviços	4	1	1	0	1	4	3	2	2	3	0	2	5
Aumento do custo rendas	2	1	3	0	6	6	6	4	5	3	2	5	5
Dependência económica turismo	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1
Geração empregos	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0
Verba para investimentos	0	0	2	0	1	0	3	0	3	0	0	3	0
Problemas estacionamento	2	0	1	0	0	0	3	2	1	0	0	1	2
Sobrecarga espaços públicos	3	1	0	0	1	3	2	2	1	2	0	2	3
Sobrecarga espaços lazer	2	0	0	0	1	0	3	2	1	0	0	1	2
Congestionamento mobilidade urbana	6	1	0	0	1	5	3	2	2	4	1	3	4
Sobrecarga transportes públicos	5	1	0	0	2	6	2	1	5	2	1	4	3
Poluição visual	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0

Poluição do ar	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1
Poluição águas, Rio Douro	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1
Poluição sonora	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1
Reabilitação urbana	2	0	1	0	1	2	2	2	2	0	0	3	1
Renascimento de áreas adjacentes	2	0	0	0	0	1	1	2	0	0	0	1	1
Despejo / gentrificação	6	1	0	1	2	8	2	6	2	2	1	3	6
Barulho, desordem, mau comportamento	4	2	0	0	1	7	0	6	0	1	0	0	7
Perda identidade e autenticidade	5	5	0	3	2	13	2	8	3	4	0	7	8
Perda vida em comunidade	5	0	0	1	0	6	0	5	0	1	0	2	4
"Despertencimento" por parte dos locais	1	0	0	0	1	1	1	1	0	1	0	1	1
Deixar de passar / frequentar certos sítios	5	2	0	0	2	6	3	6	3	0	1	3	5
Despovoamento do centro	3	0	0	2	1	4	2	2	1	3	1	2	3
Impactos mentais, sentimentais	1	1	0	0	0	2	0	2	0	0	0	1	1
Falsa representação da identidade	0	1	0	0	3	3	1	0	2	2	0	2	2
Mais "vida", mais luz, mais pessoas	2	0	1	0	0	1	2	2	1	0	1	2	0
Intercâmbio cultural	0	1	1	0	0	1	1	0	2	0	0	2	0
Mais segurança	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0
	<b>Resid</b>	<b>Prof.</b>	<b>Com</b>	<b>Amb.</b>	<b>Esp.</b>	<b>Portug.</b>	<b>Imig.</b>	<b>CH</b>	<b>Freg</b>	<b>Conc</b>	<b>Até 3 anos</b>	<b>4 a 9 anos</b>	<b>+ 10 anos</b>

Conforme mencionado, não será realizada uma análise mais profunda desta matriz entre a relação das percepções dos impactos e cada um dos fatores sociodemográficos, uma vez que o objetivo principal desta análise é o resultado geral da discussão e construção de ideias e opiniões dos participantes. Entretanto, algumas observações interessantes podem ser destacadas, como:

- Quando analisado o local de residência dos participantes, a maior parte dos impactos relacionados aos problemas de moradia (gentrificação, especulação imobiliária) e aos incômodos de barulho e mau comportamento dos turistas foram sinalizados por aqueles que residem no centro histórico, provavelmente por serem os que sentem estes efeitos mais diretamente. Isto foi, inclusive, mencionado por uma das profissionais (P3), residente de uma freguesia adjacente ao centro histórico, que disse em resposta aos comentários feitos por uma residente que vive na Rua das Flores: “a minha visão [do turismo] é predominantemente positiva, mas provavelmente seria outra se eu também vivesse na mesma rua que tu vives”;

- Quando comparada a nacionalidade, a maior parte dos impactos negativos foi predominantemente referenciada pelos portugueses (do que pelos imigrantes);

- Em relação ao tempo de residência, quase todos os impactos negativos foram maioritariamente destacados por aqueles que vivem no centro histórico e seus arredores há 10 anos ou mais. Esta relação do tempo de moradia e a percepção dos impactos é apontada por diversos autores (Andereck et al., 2005; Beni, 2006; Cardoso & Silva, 2018; Cooper et al., 2008; Frauman & Banks, 2011), que também relacionam esta variável ao apego ao local (*place attachment*) por parte do residente, suas memórias e experiências vividas ao longo dos anos naquele sítio, o que acaba por criar uma visão nostálgica do passado e torna-o mais resistente e negativo às novas transformações.

A questão da habitação, que se expande em diferentes aspetos, como especulação imobiliária / aumento das rendas, a problemática do alojamento local, os despejos e a gentrificação, conforme analisados no capítulo 3, foi o impacto mais identificado por todos os participantes do estudo e abordado mais de 30 vezes ao longo das sessões. Três, dos cinco residentes, além da comerciante, relataram, inclusive, ter passado ou estar passando por este problema atualmente. Os que não são diretamente afetados por esta questão relataram o problema como um impacto à cidade.

Os residentes, principalmente aqueles que demonstraram este grande sentimento de afeição e apego ao local de moradia, apontaram o turismo como grande causa dos problemas de habitação da comunidade. Alguns participantes, entretanto, com um maior destaque para os imigrantes, comentaram que os despejos já ocorriam antes da chegada do turismo, por conta das péssimas condições em que os edifícios se encontravam. Uma das especialistas (E2) disse que é importante esclarecer “que o Porto não perdeu residentes por causa do turismo”. Ela relatou que há estudos que comprovam que o centro histórico não está a perder sua população por causa do turismo e que esse despovoamento é um processo que já vem de anos. Que a maior parte das pessoas precisou sair de suas casas pelas condições de degradação em que se encontravam, e que isto “aconteceria mais cedo ou mais tarde, a diferença é que se o turismo não tivesse chegado, talvez estas pessoas ainda estivessem lá por mais uns anos a correr riscos de desabamentos”. Mas que, no entanto, é evidente o efeito do turismo quando observa-se as pessoas que moravam no centro histórico há décadas, tiveram suas rendas congeladas, por anos, em valores como 15€, e agora são cobradas a pagar por rendas que giram acima dos 1000€.

O que pode-se observar desta discussão é que, quase como todas as outras, há diferentes perspectivas, dos proprietários, dos residentes, da lógica do mercado, do desenvolvimento da cidade. Conforme visto no capítulo 3, o problema de despovoamento do centro iniciou décadas atrás por conta do estado de degradação dos seus edifícios e ruas. Com o turismo, surgem investimentos, reabilitação e uma conseqüente valorização. Os residentes que têm um fator emocional relacionado a isto, por terem saído de suas casas, ou por terem visto familiares e vizinhos vivenciarem este problema, tendem a ver de uma maneira diferente de quem não sofreu diretamente. Mas, de facto, como aponta Silva (2017), verifica-se uma grande dificuldade para os residentes se fixarem no centro histórico do Porto atualmente, como resultado das transformações do espaço para o turismo, porque há pouca oferta imobiliária para arrendamento permanente e porque os preços praticados, são, em grande parte, superiores ao ordenado mínimo português, para um pequeno apartamento de um quarto, onde uma família de médio porte não poderia morar.

O segundo tipo de impacto mais destacado pelos participantes do estudo diz respeito à questão da autenticidade, e, no que tange este aspeto, a opinião dos residentes também foi, de uma forma geral, bem negativa, apontando uma descaracterização e perda da identidade da cidade, através de fatores físicos e imateriais.

Dentre os aspetos físicos dessa perda da autenticidade local, os mais mencionados foram as novas construções que não respeitam a arquitetura do entorno (conforme abordado nos relatos da observação participante), a reabilitação de edifícios onde somente a fachada é mantida, mas é destruída toda a essência interior, e o desaparecimento de estabelecimentos do comércio tradicional pela chegada de novos empreendimentos (estrangeiros, em sua grande maioria). Além disso, diversos aspetos imateriais da cultura e tradições que têm sido perdidos com a saída da população local do centro histórico.

Os residentes que apontaram estes impactos acusaram as entidades responsáveis pela cidade de ajudar neste processo de descaracterização, ao permitir o “falecimento” de espaços emblemáticos, representativos da cultura e história da cidade, como tascas, restaurantes e lojas tradicionais que funcionavam há décadas, “por interesses financeiros que buscam um lucro imediato”, segundo uma das residentes (R2).

Os residentes destacaram que, até mesmo a pensar pelo turismo, muitas das pessoas que visitam o Porto ainda o fazem pela sua genuinidade, pelas características únicas da cidade, de sua comunidade e seus estabelecimentos comerciais, e essa descaracterização em prol do turismo está a construir um destino sem identidade, igual a diversos outros no mundo.

Outro impacto social bastante identificado nos grupos por aqueles que residem ou frequentam o centro histórico foi em relação à mudança (não desejada) nos seus hábitos e preferências, como deixar de frequentar ou passar por certos sítios por conta dos turistas ou das consequências do turismo. Foram inúmeros os relatos sobre não mais passar pela Rua das Flores, não aproveitar a vista do pôr-do-sol na Ribeira durante o verão, não frequentar as galerias aos fins-de-semana e não ir mais a um restaurante favorito, por conta da imensa aglomeração de turistas nestes locais.

Conforme discutido no capítulo 2, muitas vezes a territorialidade da comunidade, que antes do desenvolvimento da atividade turística obedecia a outras lógicas específicas, é alterada por conta da produção dos espaços para o turismo (Cruz, 2009; Molina, 2011) e assim, com estas transformações, a comunidade acaba por redefinir seus espaços de circulação e de lazer, deixando, muitas vezes, alguns trechos desses espaços para os turistas. “Na tentativa de afastar-se do incômodo de conviver com o estranho, o forasteiro, ela se desapega de alguns pontos, tirando-os do seu entorno e da sua rotina habitual” (Fratucci, 2008, p. 7).

Os demais impactos que apresentaram maior expressão entre os participantes foram: o aumento nos preços de bens e serviços (e o conseqüente aumento no custo de vida); a congestão na mobilidade urbana, provocada pelo excesso de pessoas nos passeios e excesso de veículos nas ruas; a sobrecarga, principalmente, dos transportes públicos, que, segundo a maioria dos participantes, não acompanhou o grande aumento na quantidade de pessoas a circular pela cidade; e o barulho e a desordem nas ruas, que, conforme visto, foram maioritariamente identificados pelos residentes do centro histórico, que ainda relataram não conseguir dormir aos fins-de-semana pelo intenso barulho dos turistas ao longo da noite.

Os impactos positivos tiveram pouca expressão e, normalmente, foram acompanhados de aspectos negativos, como “cria-se muitos empregos, mas é quase tudo precário” (P1) e “para que eu quero casas ajeitadas se não tenho lá gente? Vai ser uma cidade para... Para inglês ver? (risos)” (R2).

### **5.3.2. Sistema LAC - Etapa 1 - Diagnóstico da área**

Conforme visto, o processo do LAC começa com a identificação das áreas de preocupação, para que as condições desejadas possam, assim, ser determinadas. Conforme Frauman e Banks (2011) destacam, para esta etapa, é essencial a participação das partes interessadas envolvidas para ajudar a identificar e definir as várias questões e preocupações associadas à região e à perspectiva de desenvolvimento do turismo na área.

Com base no que indica a literatura acerca da aplicação do sistema (Ahn et al., 2002; McCool, 2013; Stankey et al., 1985; Takahashi & Cegana, 2005, entre outros), para a aplicação desta etapa, foram levantadas as seguintes questões para discussão:

- Qual o papel e a importância do centro histórico no contexto regional e nacional?
- Quais valores, características ou qualidades especiais da área requerem atenção? E que precisam ser mantidos ou alcançados?
- Quais problemas na gestão são importantes e devem ser tratados? Quais problemas e preocupações da área são importantes e devem ser tratados?

Neste sentido, durante as sessões dos grupos focais, estes aspectos foram construídos e identificados, de forma conjunta, segundo a percepção dos *stakeholders* presentes. Conforme analisado no capítulo 2, o LAC possui um processo muito orientado a problemas (*issue-*

*driven*), e as questões identificadas nesta primeira etapa foram importantes para as etapas seguintes. A seguir, serão apresentados os resultados desta etapa.

### **5.3.2.1. Papel e importância da área**

Após muitas reflexões, o papel e a importância do centro histórico do Porto foram definidos em função de quatro eixos principais: seu valor histórico, como no “nascimento” de Portugal e nas Rotas dos Descobrimentos; sua importância comercial, sempre presente ao longo da história e marcante até aos dias atuais, propiciada, sobretudo, pelo importante porto da cidade; sua posição geográfica central no globo, que sempre foi utilizada de forma estratégica; e sua importância econômica, no contexto local, como centro financeiro do município, que atrai investimentos, gira a economia e, assim, se projeta também aos níveis regional e nacional, ao posicionar a cidade do Porto como principal cidade da região Norte e segunda maior do País.



Figura 23: Papel e importância do Centro Histórico do Porto  
Fonte: elaboração própria

### **5.3.2.2. Valores, características e qualidades especiais da área**

Assim como na definição do papel e importância do centro histórico, os participantes sentiram-se muito satisfeitos e orgulhosos ao examinar estas questões, e isto refletiu-se,

inclusive, na definição do principal valor e característica especial da zona que requer atenção e precisa ser mantido: o sentimento de orgulho do tripeiro, de sua identidade forte e bem marcada, dos seus costumes e tradições.

Refletiram que este valor tem sido perdido por conta dessas “forças invasoras”, que têm destruído a vida e o sentido de comunidade nas ruas do centro histórico, onde este orgulho nasceu e foi criado. Chegaram à conclusão que esta é uma das principais qualidades da área, e que, portanto, deve ser respeitada e preservada, independente de qualquer circunstância.

Somados a este valor principal, também foi destacada a segurança, que, segundo os participantes, é uma das principais forças e características desta área, mas que está a se tornar vulnerável e por isso necessita de atenção para que seja preservada, bem como a hospitalidade, que, assim como os outros dois valores, foi apontado como algo natural desta região, mas que também tem sido posta “em risco de extinção” (R2) por conta deste crescimento desenfreado do turismo.

### **5.3.2.3. Problemas de gestão e preocupações da área**

Foram muitos os problemas e as preocupações identificados ao longo das sessões. Entretanto, conforme determinado por McCool (1997, 2003) em seus “manuais” de aplicação do sistema LAC, os participantes foram estimulados a encontrar um consenso entre as opiniões divergentes para obter resultados equilibrados e adequados para a maioria. Os oito principais problemas e preocupações da gestão e da área, que foram considerados muito importantes e precisam de ações para serem tratados, são:

- 1) Tipo de turismo e de turista que se tem atraído: esta foi a principal preocupação da área, referenciada 20 vezes entre os residentes, profissionais do setor, especialistas e pelo ambientalista. A preocupação deriva dos impactos que uma parcela crescente dos turistas tem provocado: barulho, sujeira, mau comportamento e incômodos pelo consumo excessivo de álcool. Os participantes destacaram que o Porto tem se destacado, cada vez mais, como um destino barato e bom para festas e despedidas de solteiro. Isto atrai um público jovem, que chega ao centro da cidade para estes fins, não demonstra muita interesse pela cultura e costumes locais e provoca muitos transtornos a nível da conduta moral entre os residentes (Andereck et al., 2005; Beni, 2006; Cooper et al., 2008; Wall & Mathieson, 2006);

- 2) Crescimento desordenado e sem planeamento do turismo: Este problema de gestão foi referenciado 19 vezes, por todos os grupos de *stakeholders* presentes, que apontaram uma falta de planeamento nas ações e políticas do governo, o qual, segundo eles, não se tem demonstrado preparado para a quantidade de visitantes que tem recebido nos últimos três anos.

Horn e Simmons (2002) analisaram, em seu estudo, que nas situações em que o desenvolvimento parece controlado ou gerenciado, menos percepções negativas e atitudes desfavoráveis parecem existir. Esta teoria comprovou-se neste estudo, pois a percepção de falta de planeamento e gestão do desenvolvimento do turismo, entre os participantes, provocou, nitidamente, uma maior preocupação e rejeição ao crescimento da atividade;

- 3) Falta de participação pública: referenciada 10 vezes por residentes, profissionais do setor, especialistas e pelo ambientalista, a falta de participação pública foi um dos maiores problemas de gestão apontados. Todos ressaltaram a importância de estarem a participar de um encontro como o promovido pelo estudo, reclamaram da falta desta iniciativa por parte do governo e ponderaram que “a Câmara toma decisões sem ouvir a opinião de quem vive, sem respeito por quem vive cá” (P2), “a participação política é a única forma de transformar as coisas” (R3) e que, portanto, “a Câmara ganharia muito se fizesse estes tipos de debate” (E1). Como analisado no capítulo 2, a participação das comunidades no planeamento é requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável do turismo (Frauman & Banks, 2011; Hall, 2004).
- 4) Crescimento económico do turismo “acima de tudo”: Foi destacado pelo ambientalista, que o turismo no centro histórico do Porto está alicerçado em um “modelo de insustentabilidade, de crescimento constante ... e que isso é promovido como se fosse algo fantástico” (A1). As especialistas apontaram isto como “algo desequilibrado” (E2) e definiram algumas propostas do governo como pautadas “naquela ânsia de dizer que estamos agora num *boom* do turismo” (E1).
- 5) Desrespeito à população local e sobreposição dos interesses e necessidades dos turistas aos dos residentes: provocada pela “ganância” do crescimento económico, os residentes, ambientalista e as especialistas destacaram que tem sido demonstrado, por parte da gestão pública, um certo desrespeito à população local, com uma

sobreposição dos interesses dos turistas às necessidades dos residentes. Os problemas de habitação e a destruição de diversos estabelecimentos tradicionais são exemplos desta sobreposição. Os residentes apontaram que a cidade que foi construída e desenvolvida para viver, virou um parque de visitação.

McCool (1996) realça que a abordagem do sistema LAC está alinhada ao verdadeiro sentido de proteger uma área, que vem a ser proteger os valores para os quais esta área foi estabelecida. Assim, este princípio pode ser aplicado à proteção desejada pela comunidade, de condições adequadas de uma zona que seja para viver antes que seja para visitar;

- 6) Falta de investimentos e incentivos à cultura: A cultura foi identificada pelos participantes como o aspeto mais importante do turismo, entretanto, é notória a carência de investimentos e incentivos a este setor. Preservação do património material e imaterial, das tradições, promoção de atividades e centros culturais que atendam aos turistas e também à população local são essenciais e um dos problemas detetados na gestão pelos participantes do estudo;
- 7) Dominação dos alojamentos locais e outros empreendimentos turísticos pelos grandes grupos: Foi uma preocupação da área identificada por alguns residentes, ambientalista, especialista e profissionais. Foi destacado por alguns, inclusive, que o Airbnb não é, em si, um problema, uma vez que a ideia de arrendar um quarto extra sem utilização em uma residência era extremamente positiva, “até porque a ideia inicial do projeto era o visitante conviver com os locais” (R5). O problema, segundo eles, está nesta dominação dos grandes grupos, que transformaram isto em um grande negócio, gerando transtornos sociais para a população mais desfavorecida e descaracterizando edifícios inteiros para este uso;
- 8) Domínio do capital estrangeiro e falta de apoio à manutenção e desenvolvimento do comércio tradicional: Como já mencionado nos impactos e em problemas anteriores, o problema do excesso de domínio estrangeiro, para os participantes, é a descaracterização da identidade local. Para que a comunidade se fortaleça e a autenticidade não seja perdida, os participantes disseram que é uma necessidade primordial da gestão pública apoiar o comércio tradicional local e “não espalhar muitas licenças, controlar as coisas que não tem ‘muito a ver’ e querem se instalar no lugar do que é daqui” (E1).

Como Ahn et al. (2002) propõem, uma vez alcançado um nível de consenso em termos de identificação de áreas de preocupação e indicadores das condições, os grupos possuem informações para seguir para as etapas posteriores do processo LAC.

### 5.3.3. Sistema LAC – Etapa 3 - Indicadores de mudança

Esta etapa é uma das partes mais essenciais do sistema LAC, onde são selecionados os indicadores, ou seja, as variáveis mensuráveis “indicativas” de mudança nas condições consideradas adequadas e aceitáveis para cada um dos aspetos analisados (McCool, 2013; Takahashi & Cegana, 2005). Assim, nesta etapa, conforme indica a literatura, foram identificadas as condições mais importantes de um cenário e, em seguida, os indicadores específicos que indicam alteração nessas condições. Um requisito determinado pela literatura e exposto aos participantes é que estes indicadores, que refletem as mudanças resultantes do desenvolvimento do turismo, devem ser fáceis de medir quantitativamente e por observação, de modo que seja fácil monitorá-los com relativa frequência.

McCool (1994) avalia que esse aspeto da seleção de indicadores é bastante desafiador e, mesmo após a seleção de indicadores relevantes, pode ser difícil medir e avaliar as ações necessárias para as etapas subsequentes do processo. De facto, nas sessões dos grupos focais, o estabelecimento dos indicadores e dos limites para estes indicadores (próxima etapa) foram os momentos que alguns participantes apresentaram uma certa dificuldade inicial de desenvolver. Foram fornecidos alguns exemplos da literatura, aplicados aos ambientes naturais (monitoramento do lixo espalhado, quantidade de danos na vegetação, largura dos percursos de caminhada, etc) para facilitar a compreensão e participação.

Assim, em continuidade à análise dos impactos e ao diagnóstico da área realizados, e após processos de definição conjuntos, as condições mais importantes no cenário do desenvolvimento turístico no centro histórico do Porto e os indicadores a serem observados são:

Tabela 11: Indicadores de mudança  
Fonte: Elaboração própria

<b>Condições</b>	<b>Indicadores de mudança</b>
Valor das rendas	Aumento expressivo no valor das rendas
População centro histórico	Diminuição no número de residentes do centro histórico

Número da população x número de turistas	Desproporção em relação aos dois números, sendo o número de turistas muito mais elevado
Comércio tradicional	Diminuição do comércio tradicional (substituição pelas grandes marcas internacionais)
Quantidade de ALs e empreendimentos turísticos em uma zona	Quando há saturação na quantidade de ALs em relação aos demais edifícios e moradias (dos residentes) na zona
Quantidade apartamentos para arrendamento x quantidade de ALs	Crescimento expressivo e dominância dos ALs em comparação aos apartamentos para residência fixa (arrendamento)
Índices de violência	Aumento na taxa de crimes da área
Lixo e sujeira nas ruas	Aumento observável do lixo espalhado pelas ruas
Níveis de barulho, ruído	Aumento excessivo nos decibéis de ruído em certas áreas e horários
Estacionamento	Falta de estacionamento para a população local
Congestionamento espaços e transportes públicos	Intensa congestão diária de pessoas nos espaços e transportes públicos, bem como de veículos nas ruas, causando transtornos visíveis à população

#### **5.3.4. Sistema LAC – Etapa 5 - Limites de mudança aceitável**

Considerando que os indicadores se referem aos impactos ou condições de uma área (Stankey et al., 1985), os limites dizem respeito ao nível de impacto que é aceitável para os diferentes indicadores anteriormente apontados. Assim como os indicadores, os limites devem, idealmente, ser quantificáveis.

Com base na literatura (McCool, 2013; Takahashi & Cegana, 2005) a questão central desta etapa foi “Ao pensar em cada um dos indicadores definidos, quanto de mudança é o máximo tolerável?”. Desse modo, os padrões definidos se traduzem nos "limites de mudança aceitável". Eles são a alteração máxima nas condições que serão permitidas.

Foram definidos, pelos participantes, os seguintes limites (para os indicadores anteriormente definidos):

Tabela 12: Limites de Mudança Aceitável

Fonte: elaboração própria

<b>Indicadores de mudança</b>	<b>Limites de mudança aceitável</b>
Aumento expressivo no valor das rendas	Proporcional ao ordenado mínimo nacional, com um limite de 50% deste valor por pessoa (por ex., máximo de 300€ por um T0)
Diminuição no número de residentes do centro histórico	Não haver mais diminuição significativa, manter a população que deseja viver ali
Desproporção em relação aos números de turistas x residentes, sendo o número de turistas muito mais elevado	Não ultrapassar o limite de 8 turistas por residente
Diminuição do comércio tradicional (substituição marcas internacionais)	Mínimo de 50% do comércio tradicional da zona deve ser mantido
Quando há saturação na quantidade de ALs em relação aos demais edifícios e moradias (dos residentes) na zona	Não ultrapassar o limite de 50% (de empreendimentos turísticos e ALs)
Crescimento expressivo e dominância dos ALs em comparação aos apartamentos para arrendamento de longa estadia	Limite de 50% para ALs nos edifícios do centro histórico. Dentro de um mesmo edifício, ao menos 50% dos apartamentos devem ser reservados aos moradores locais
Aumento na taxa de crimes da área	Não ultrapassar os índices de criminalidade existentes antes da chegada do turismo
Aumento do lixo espalhado pelas ruas	Lixo somente dentro dos contentores.
Aumento excessivo nos decibéis de ruído em certas áreas e horários	Limite recomendável pelos órgãos de saúde para cada tipo de espaço e horário
Falta de estacionamento para a população local (residentes e trabalhadores)	Limite de uso pelos turistas de 30% dos espaços existentes no centro histórico – controlo e preferência para os locais
Intensa congestão diária de pessoas nos espaços e transportes públicos, bem como de veículos nas ruas, causando transtornos visíveis à população	O limite é a qualidade de vida da população local. Controlo e equilíbrio. Limite para os residentes não demorem mais que o dobro do tempo normal em seus deslocamentos.

Como pode ser percebido, uma das quantificações mais citadas foi 50% e um dos termos mencionados nesta etapa da definição dos limites foi “equilíbrio”. Os participantes, muitas vezes diante da dificuldade em estabelecer limites específicos e quantificáveis, respondiam “tem que haver um balanço, um equilíbrio”, “o limite seria o equilíbrio”. Isto, mais uma vez, assim como apontado nos problemas de gestão, indica, por parte da comunidade, a percepção de que há uma relação desequilibrada e injusta no planeamento e gestão do turismo, entre os interesses e necessidades dos turistas e do turismo, em sobreposição aos da população residente.

### 5.3.5. Propostas dos *stakeholders* para um desenvolvimento mais sustentável

Para finalizar as sessões, e como uma preparação para uma possível aplicação das etapas seguintes do LAC, foram definidas, pelos participantes, propostas para uma melhor gestão e consequente desenvolvimento sustentável do turismo no centro histórico do Porto. As propostas foram a última etapa das sessões dos grupos focais, construídas com base em uma intensa análise dos impactos, do diagnóstico da área, dos problemas de gestão, da definição dos indicadores e do que foi considerável aceitável para a variedade de *stakeholders* presentes.

No mesmo formato do LAC e das etapas anteriores, os participantes foram estimulados a chegar a um acordo entre o que seria melhor para a maioria, quando havia desacordo entre alguma proposta sugerida. As principais propostas, estabelecidas ao longo das três sessões, com base nos problemas e indicadores apontados anteriormente, podem ser sintetizadas conforme a tabela a seguir (tabela 13):

Tabela 13: Propostas para um desenvolvimento mais sustentável  
 Fonte: Elaboração própria, com base nos resultados da análise no WebQDA

Propostas	Referências	Grupos
Leis e maior controlo para regulação do mercado imobiliário	13	Todos
Prioridades e preços diferenciados para os locais	12	E / P / R
"Dispersão" / descentralização dos territórios turísticos	11	E / P / A
Mudanças no marketing e segmentação do Porto enquanto destino / nos segmentos de turistas que se tem atraído	10	E / P / R / A

Consciencialização, educação e informação dos turistas	8	Todos
Limitação mais rígida do AL nas zonas saturadas	6	E / P / R / A
Estratégias para estadias mais longas dos turistas	6	E / P / A
Maior cooperação entre destinos	2	E / P

Nesta tabela, conforme citado em outros momentos, as referências dizem respeito às vezes que cada proposta foi discutida e identificada nos discursos, e por quais grupos (especialistas / profissionais / residentes / ambientalista / comerciante).

O conjunto de propostas mais apontado ao longo das sessões, por representantes de todos os grupos, foi relacionado a leis e maior controlo por parte do governo para regulação do mercado imobiliário. Estabelecimento de limites máximos para os valores das rendas, impostos diferenciados para proprietários que arrendem para turistas e residentes, controlo de número de apartamentos por edifício destinados ao alojamento local, incentivos fiscais para os proprietários diminuírem as rendas e maior fiscalização dos contratos de arrendamento foram algumas das propostas sugeridas pelos participantes. Como visto anteriormente, a questão da habitação também foi a mais citada entre os impactos negativos do turismo, entre os indicadores do desenvolvimento turístico e para a qual mais limites foram estabelecidos. É um problema sério que tem gerado graves consequências para a população local e, definitivamente, necessita de uma maior atenção (e ações) por parte do poder público.

A segunda proposta mais sugerida pelos *stakeholders* participantes do estudo foi com relação a prioridades de acesso e preços diferenciados para a comunidade local, desde o acesso a atrativos turísticos e a modais de transporte público, como em espaços e eventos culturais, parques de estacionamento e estabelecimentos comerciais locais (cafés, restaurantes, mercados locais). Para este controlo, sugeriu-se adoção de cartões, emitidos pelas juntas de freguesia, atestando que o cidadão reside ou trabalha no centro histórico. A motivação para esta proposta demonstra, mais uma vez, a sensação de desequilíbrio e de prejuízo em relação aos turistas. Como visto anteriormente, a congestão do crescimento turístico e o aumento do custo de vida afetou hábitos diários desta comunidade, que se viu obrigada a parar de consumir e frequentar certos serviços e locais. Dentro desta proposta, um dos exemplos mais mencionados foi a Livraria Lello, que costumava ser um programa de lazer dos residentes e

que agora se tornou inviável, tanto pelas longas e diárias filas de turistas que se formam à porta, quanto por ser cobrado um alto valor (5€) pelo ingresso.

A terceira proposta mais indicada foi a descentralização, uma “dispersão” dos turistas do centro histórico do Porto para outras áreas da cidade, bem como para concelhos e distritos vizinhos, como Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Guimarães e Braga. Esta proposta pode ser analisada em conjunto às propostas de estratégias para estadias mais longas para os turistas e de maior cooperação entre destinos, e foi provocada, principalmente, pela sensação de que há *overtourism* no centro histórico do Porto, ou seja, de excesso e concentração de turismo (turistas, atrativos, infraestrutura e serviços turísticos) na pequena delimitação do espaço do centro histórico.

Outros participantes, entretanto, com destaque para as especialistas, também promoveram as sugestões de descentralização, estadias mais longas e cooperação entre os destinos a pensar na oferta de uma experiência mais completa ao turista, ao combinar, por exemplo, as atividades de turismo cultural do centro histórico ao turismo de praia em Matosinhos e Vila Nova de Gaia.

Por conta do tipo de turismo e de turistas que a cidade tem atraído, que, como visto, foi um dos maiores problemas e preocupações identificados, quase todos os *stakeholders* participantes do estudo apontaram as mudanças no marketing e segmentação do Porto enquanto destino e nos segmentos de turistas que se tem atraído como medida necessária para um desenvolvimento turístico mais sustentável. Conforme exposto, eles demonstraram-se muito preocupados e incomodados com a forma como o Porto tem se destacado como uma “*party destination*”, o que aliado aos baixos preços (comparado à maioria dos países europeus), tem atraído muitos jovens que vêm para despedidas de solteiro. Os residentes ligaram este incómodo mais aos impactos sociais que sentem diariamente, como o barulho, mau comportamento e consumo excessivo de álcool por parte dos turistas; os profissionais associaram esta proposta mais à questão deste tipo de turismo ser feito por turistas que gastam e consomem pouco e hospedam-se nos alojamentos locais mais baratos; enquanto as especialistas destacaram mais o facto de que este tipo de turista não se interessa pela cultura e patrimónios do local, e isto é o que o Porto tem de melhor e deveria ser consumido e projetado. O ambientalista destacou que este tipo de turista costuma ser o que provoca maiores danos para o ambiente e para as sociedades, além do fato de que “precisa ser

considerado o impacto ambiental que é provocado para uma viagem de dois dias”. Dessa forma, esta proposta gira em torno de um marketing e posicionamento diferenciados para esta área, a fugir um pouco desta imagem de destino “*short break*” e para festas e despedidas de solteiro.

Ainda sobre a questão dos turistas, os residentes discutiram e chegaram à conclusão de que “o que destrói é o comportamento, o tipo que se atrai, não a quantidade” (P1) e sugeriram propostas de uma maior informação, consciencialização e educação dos turistas. Foram diversos os relatos pessoais, de representantes de todos os grupos, sobre constrangimentos sentidos no que tange à conduta moral destes grupos.

É notório que o Porto é um destino *low cost* que apresenta custos atrativos para os residentes da grande maioria dos países europeus. Foi discutido nas sessões, que os residentes sentem falta de interesse em sua verdadeira riqueza, expressa através de sua cultura, história e tradições. Assim, considera-se importante a distribuição de material informativo em empreendimentos turísticos e postos de informação turística para uma maior consciencialização dos turistas a respeito dos costumes, história e cultura da cidade e do próprio portuense. Esta medida é capaz de contribuir para o enriquecimento e melhoria da experiência dos visitantes, bem como para a qualidade de vida dos residentes.

Observa-se que esta proposta sugerida pelos participantes está diretamente relacionada ao princípio 6 e à própria criação do sistema LAC, que indica que o comportamento e atitude dos visitantes são um dos principais fatores que definem a intensidade dos impactos ambientais e socioculturais provocados e, como os residentes apontaram, complementa que “programas e regulamentos de educação e informação destinados a mudar o comportamento dos visitantes podem ser os mais eficazes” (McCool, 1996, p. 5).

Por fim, apresenta-se uma nuvem com as 45 palavras mais mencionadas durante os grupos focais, elaborada pelo *software* WebQDA, onde foi realizada a análise de conteúdo deste estudo. Estes termos sintetizam, de alguma forma, as discussões realizadas. Além de palavras comuns, como Porto, turismo, pessoas, turistas e cidade, destaca-se a presença de ‘impactos’, ‘mudança’, ‘limite’, ‘gestão’, ‘Câmara’, ‘comunidade’, ‘transporte’, ‘rendas’, ‘preços’ e ‘autenticidade’.



elevado custo de vida - que não tem sido acompanhado por proporcionais aumentos nos ordenados, entre outros.

Ao longo das sessões de grupo focal realizadas, ficou clara a necessidade que a comunidade tem de se sentir ouvida e representada, além do desejo comum de sustentabilidade e equilíbrio entre as necessidades e interesses de todos os agentes envolvidos e afetados pelo desenvolvimento do turismo.

Neste sentido, o estudo reafirma, como dito pelos participantes, que é necessário manter a autenticidade desta zona da cidade, desenvolver condições de fixar os residentes que lá estão e atrair novos, assegurar uma infraestrutura urbana que atenda às necessidades dos moradores, dos visitantes, dos trabalhadores e de outros usuários do território, e gerir um equilíbrio entre as funções que esta zona, como centro histórico de uma cidade de grande importância a nível regional e nacional, deve oferecer: moradia, emprego, comércio, serviços, lazer e outras atividades urbanas.



Fotografia: Associação de Turismo do Porto e Norte. Tirada em 19.09.2018

## Conclusão



## 6.1. Considerações finais do estudo

O objetivo principal deste estudo, conforme definido no primeiro capítulo, que norteou a elaboração de todas as etapas da investigação, foi analisar os impactos e os limites de mudança aceitável do desenvolvimento do turismo no centro histórico do Porto. Para tanto, foi, inicialmente, realizada uma extensa revisão de literatura, que analisou alguns conceitos-chave para a compreensão deste estudo de uma forma evolutiva, com início no entendimento dos processos de apropriação dos espaços pelo turismo, passando pelo tema da sustentabilidade, até chegar ao sistema LAC, que serviu de base teórica e prática para que os objetivos deste estudo fossem alcançados.

Na parte empírica da pesquisa, além do enquadramento acerca da atual situação do desenvolvimento do turismo no centro histórico do Porto, através de diferentes perspectivas, foram aplicadas duas técnicas centrais para a recolha de dados, a observação participante e a realização de três sessões de grupos focais com uma gama de *stakeholders*, os agentes sociais envolvidos e afetados por este desenvolvimento da atividade turística, com destaque para os grupos representantes da comunidade, que costumam estar menos envolvidos nos processos de planeamento e menos representados nas tomadas de decisão acerca do desenvolvimento turístico.

Embora isto ocorra, salienta-se que os membros das comunidades locais deveriam estar sempre incluídos nas decisões e suas atitudes e perceções dos impactos do turismo deveriam ser continuamente avaliadas. Sem o entendimento, apoio e participação dos grupos envolvidos e afetados pela atividade, torna-se praticamente impossível alcançar o desenvolvimento sustentável do turismo em um destino. As preocupações e necessidades da comunidade local devem ser ouvidas e os impactos negativos do turismo que afetam essas necessidades devem ser enfrentados em meio à pressão pelo crescimento económico contínuo.

O modelo dos Limites de Mudança Aceitável (LAC), que procura avaliar em que medida os impactos do turismo permanecem aceitáveis para as partes interessadas locais em relação às principais questões e preocupações, tem sido, desde 1985, aplicado maioritariamente a destinos de turismo de natureza, mas foi escolhido para esta investigação exatamente por propor o envolvimento e a participação das partes interessadas no processo de planeamento e de análise dos impactos da atividade turística.

Ahn et al., (2002) analisaram que, enquanto em um processo de planeamento de regiões selvagens, as questões geralmente são decididas pelas pessoas que usam (recreacionistas), que gerenciam (como os guardas federais) ou vivem cerca dos recursos, como, por exemplo, as comunidades “gateway”, a aplicação do sistema LAC às comunidades e regiões urbanas oferece a oportunidade de perguntar aos moradores, como parte crítica do recurso, como eles se sentem sobre o desenvolvimento e as mudanças.

E assim foi realizado nesta pesquisa, que avaliou, em um processo colaborativo junto aos *stakeholders* membros das comunidades do centro histórico do Porto, os impactos do turismo nesta zona e aplicou as etapas 1, 3 e 5 do sistema LAC, para o diagnóstico da área, definição de indicadores e dos próprios limites de mudança aceitável, respetivamente.

Com base na literatura de aplicação do sistema, foram avaliados os impactos e definidas as condições e os indicadores no que diz respeito às características económicas, ambientais e socioculturais da área. Foram, também, identificados diversos problemas de gestão e condições atuais do desenvolvimento que, lamentavelmente, estão longe de serem consideradas aceitáveis para a maior parte destes *stakeholders*.

Como avaliação desse estudo, considera-se ainda mais evidente a importância que cada um dos grupos de *stakeholders* possui para a construção de um processo de planeamento baseado nos princípios da sustentabilidade. Os membros das comunidades costumam ser as partes mais afetadas pelo desenvolvimento do turismo, portanto, além de todo o conhecimento que detém acerca da realidade do local, são o melhor grupo para colaborar na avaliação dos impactos e definição das estratégias para o desenvolvimento sustentável da zona em questão.

Acredita-se que devem ser aplicadas medidas mais eficazes e que visem a proteção das necessidades e interesses da comunidade residente. Avalia-se que a ausência de um planeamento mais integrado para promover um crescimento mais organizado e sustentável do turismo, pode fazer com que esta zona perca, mais uma vez, seu prestígio e valor, tanto na mente de sua comunidade, como diante do mercado turístico.

Avalia-se que as propostas sugeridas pelos participantes da pesquisa são adequadas e que, se aliadas ao monitoramento dos indicadores e controlo dos limites de mudança aceitável também definidos pelos *stakeholders*, nesta investigação, podem contribuir para um melhor planeamento e gestão do turismo no centro histórico do Porto.

## 6.2. Contributos e implicações da pesquisa

As etapas do sistema LAC aplicadas neste estudo, desenvolvidas em um processo colaborativo entre os *stakeholders*, produziu dados e indicadores, tanto quantitativos como qualitativos, como recomendado pela OMT (2018), de extrema relevância para o planeamento da área e que ficarão disponibilizados como um possível instrumento de controlo e monitoramento de mudanças em condições e fatores de grande importância para a sustentabilidade do turismo no destino.

McCool (1994) afirma que, ao incluir e analisar as perspetivas dos *stakeholders* dentro do sistema LAC, é possível obter entendimento para um melhor planeamento do dinâmico setor do turismo. Assim, conclui-se que as etapas 1, 3 e 5 do sistema LAC, cujos resultados da aplicação são o conteúdo de análise desta investigação, fornecem importantes informações que podem orientar o desenvolvimento da atividade turística no centro histórico do Porto em direção a uma comunidade sustentável que possa continuar hospedando um produto turístico em evolução.

Para a academia, espera-se que o processo de investigação e os resultados desta pesquisa tenham contribuído e encorajado, tanto de forma teórica, quanto empírica, para expandir os caminhos do planeamento colaborativo de ambientes urbanos baseado no sistema LAC. Como visto, ainda são poucos os estudos que abordam a aplicação deste sistema para o desenvolvimento do turismo em um contexto urbano e em comunidades de maiores dimensões, tendo esta investigação contribuído para o preenchimento desta lacuna.

Para a comunidade, acredita-se que este trabalho tenha contribuído, de alguma forma, para o bem-estar e união dos integrantes que participaram do estudo, ao oferecer um momento de reflexão e discussão a respeito do desenvolvimento do seu território. Espera-se que este trabalho torne-se, também, uma ferramenta para que mais ações semelhantes sejam desenvolvidas, não somente no âmbito de pesquisas, mas pelos próprios órgãos públicos responsáveis pelo planeamento do turismo nesta e em outras zonas. Ouvir os grupos envolvidos e afetados pelas dinâmicas da atividade turística deve ser o ponto de partida de um sustentável processo de planeamento, que permite, a todos as partes interessadas, analisar e discutir impactos, avaliar os benefícios e sugerir propostas para mitigação dos efeitos negativos provocados pelo turismo.

### 6.3. Desafios e limitações da pesquisa

Um dos maiores desafios enfrentados na etapa empírica da pesquisa foi agregar a participação dos diversos *stakeholders*, como proposto no método LAC. Foi estabelecida uma rede inicial de contatos “chave”, de modo a poder penetrar nos grupos representativos e divulgar o convite dos encontros ao público-alvo do estudo. Conforme, inclusive, já havia sido retratado no capítulo 2, Limberger e Pires (2013) afirmam que para a aplicação do sistema LAC em uma zona, uma das maiores dificuldades está em conquistar o apoio e envolvimento dos *stakeholders*. Por conta de desistências, o número de participantes em uma das sessões foi abaixo do planejado e acredita-se que os resultados poderiam ter sido ainda mais abrangentes com um maior número de participantes nos grupos focais.

Ainda sobre os participantes, foi realizado o convite para diversos membros dos organismos públicos, nomeadamente para a Secretaria de Turismo do Estado, para o presidente da Junta de Freguesia (União de Freguesias) do Centro Histórico do Porto e para a Câmara Municipal do Porto, onde, ainda, chegou-se a apresentar a pesquisa para um técnico do Departamento de Turismo desta Instituição. Entretanto, por motivos alheios, não foi possível contar com a presença de um membro deste setor. O método LAC propõe que haja representantes dos “gestores” nas sessões de planeamento participativo, entretanto, nesta pesquisa, os grupos focais não tiveram a participação dos membros das instituições responsáveis pelo planeamento e gestão do turismo na cidade. Embora seja este um fator limitante, não se acredita ter representado um grande empecilho para alcançar os objetivos estabelecidos e os resultados desejados da pesquisa. De forma subjetiva, acredita-se, ainda, que a presença de representantes do setor público pudesse ter gerado algum tipo de constrangimento e limitação nos demais participantes.

Como outras limitações deste estudo, reconhece-se que algumas características importantes dos grupos de *stakeholders*, existentes no turismo do centro histórico do Porto, não foram representadas, em sua totalidade, pela amostra participante desta pesquisa. Além desta questão dos grupos de partes interessadas que não foram representados nesta investigação, a idade média dos residentes participantes dos grupos focais, por exemplo, não foi tão variada e representativa da idade média da população do centro histórico do Porto.

O último grande fator desafiante foi a própria proposta desta investigação, de ser um estudo exploratório na aplicação do método LAC para um contexto urbano e espacialmente mais

amplo, uma vez que a literatura existente apresenta, quase que exclusivamente, sua aplicação em contextos naturais e no interior de parques ou unidades de conservação ambiental. Foi necessário examinar a literatura a fundo, de modo a compreender amplamente o conteúdo para poder adaptá-lo ao novo contexto e explicar e coordenar a sua aplicação junto aos variados grupos de participantes.

#### **6.4. Propostas para investigações futuras**

Com base na abrangência deste tema e das diversas lacunas que ainda existem após a realização deste estudo, há diversas propostas para investigações futuras, como uma continuidade à aplicação do sistema LAC no centro histórico do Porto, ou a outros destinos turísticos, sejam eles naturais ou urbanos. Assim como McCool (2013) concluiu seu estudo propondo que novas investigações testassem o uso do método em diferentes ambientes, para além das regiões naturais selvagens, propõe-se às futuras investigações deste estudo que ampliem esta diversidade de aplicações a outras novas áreas.

As rápidas alterações que têm ocorrido no centro histórico do Porto sugerem também que, assim como deve ocorrer na prática do planeamento, seja realizada a repetição de um estudo semelhante a este em um curto espaço de tempo, de forma a realizar um monitoramento destes indicadores desenvolvidos e analisar quais foram as alterações ocorridas e quais os princípios que devem nortear as ações futuras. Propõe-se, ainda, um estudo semelhante com os outros grupos de *stakeholders* que não foram representados nesta investigação, como os turistas e os representantes dos organismos públicos responsáveis pela gestão e planeamento do turismo na zona do centro histórico do Porto.





Fotografia: Associação de Turismo do Porto e Norte. Tirada em 20.12.2017

## Referências bibliográficas



- Ahn, B., Lee, B., & Shafer, C. (2002). Operationalizing sustainability in regional tourism planning: an application of the limits of acceptable change framework. *Tourism Management, 23*(1), 1–15. [https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(01\)00059-0](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(01)00059-0)
- AirDNA. (2019). Analyze Vacation Rentals in Porto | MarketMinder. Acedido em 01/11/2019. Retirado de <https://www.airdna.co/vacation-rental-data/app/pt/porto/porto/overview>
- Almeida García, F., Balbuena Vázquez, A., & Cortés Macías, R. (2015). Resident's attitudes towards the impacts of tourism. *Tourism Management Perspectives, 13*, 33–40. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2014.11.002>
- Alves, M. (2011). Reflexões Sobre a Pesquisa Qualitativa Aplicada ao Turismo. *Turismo em Análise, 22*(3), 599–613.
- ANA. (2019). Companhias aéreas e destinos | Aeroporto do Porto. Acedido em 30/11/2019. Retirado de [from https://www.ana.pt/pt/opo/voos-e-destinos/companhias-aereas/companhias-aereas-e-destinos](https://www.ana.pt/pt/opo/voos-e-destinos/companhias-aereas/companhias-aereas-e-destinos)
- Andereck, K., Valentine, K., Knopf, R., & Vogt, C. (2005). Residents' perceptions of community tourism impacts. *Annals of Tourism Research, 32*(4), 1056–1076. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2005.03.001>
- Aschidamini, I., & Saupe, R. (2004). Grupo focal, estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico. *Revista Cogitare Enfermagem - UFPR, 9*(1), 9–14. Retirado de <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/1700/1408>
- Associação de Moradores e Moradoras do Centro Histórico do Porto. Acedido em 05/11/2019. Retirado de <https://sites.google.com/view/ammchporto/AMMCHP?authuser=0>
- Authenticitys. (2018). The challenge of managing “Overtourism.” Acedido em 28/11/2019. Retirado de <http://www.authenticitys.com/blog/the-challenge-of-managing-overtourism/>
- Barata-Salgueiro, T., Mendes, L., & Guimarães, P. (2017). Tourism and Urban Changes: lessons from Lisbon. In M. Gravari-Barbas & S. Guinand (Eds.), *Tourism and*

- Gentrification in Contemporary Metropolises* (1st ed., pp. 255–275). New York: Routledge.
- Barretto, M. (2003). *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. Campinas: Papirus.
- Beni, M. C. (2006). *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph.
- Bentz, J., Lopes, F., Calado, H., & Dearden, P. (2016). Sustaining marine wildlife tourism through linking Limits of Acceptable Change and zoning in the Wildlife Tourism Model. *Marine Policy*, 68, 100–107. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2016.02.016>
- Breda, Z. (2010). *Redes relacionais e a internacionalização da economia do turismo*. Universidade de Aveiro.
- Brida, J., Disegna, M., & Osti, L. (2011). *Residents' Perceptions of Tourism Impacts and Attitudes Towards Tourism Policies in a Small Mountain Community*. SSRN. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1839244>
- Butler, R. (1980). The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer*, 24(1), 5–12. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/j.1541-0064.1980.tb00970.x>
- Butler, R. (2018). Challenges and opportunities. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 10(6), 635–641. <https://doi.org/10.1108/WHATT-07-2018-0042>
- Cardoso, C., & Silva, M. (2018). Residents' perceptions and attitudes towards future tourism development: A challenge for tourism planners. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 10(6), 688–697. <https://doi.org/10.1108/WHATT-07-2018-0048>
- Cavaco, C. (2013). Territórios de turismo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 20, 51–67.
- Cole, D. & Stankey, G. (1997). Historical development of Limits of Acceptable Change: conceptual clarifications and possible extensions. 5–9. Retirado de [https://www.fs.fed.us/rm/pubs\\_int/int\\_gtr371/int\\_gtr371\\_005\\_009.pdf](https://www.fs.fed.us/rm/pubs_int/int_gtr371/int_gtr371_005_009.pdf)
- Comissão Nacional da UNESCO. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Património Mundial em Portugal: Centro Histórico do Porto. Acedido em 26/11/2019. Retirado de <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/centro-historico-do-porto>

- Cooper, C., Fletcher, J., Fyall, A., Gilbert, D., & Wanhill, S. (2008). *Tourism: Principles and Practice* (4th ed.). Harlow: Pearson Education.
- Cruz, R. (2009). Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Davidson, R., & Maitland, R. (1997). *Tourism Destinations*. London: Hodder & Stoughton.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. (2019). Significado / definição de gentrificação. Acedido em 02/12/2019. Retirado de <https://dicionario.priberam.org/gentrificacao>
- Diedrich, A., Huguet, P., & Subirana, J. (2011). Methodology for applying the Limits of Acceptable Change process to the management of recreational boating in the Balearic Islands, Spain (Western Mediterranean). *Ocean & Coastal Management*, 54(4), 341–351. <https://doi.org/10.1016/J.OCECOAMAN.2010.12.009>
- Direção Geral do Património Cultural. Património: Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar. Acedido em 24/11/2019. Retirado de <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/11871408/>
- Direção Regional de Cultura do Norte. Sé do Porto. Acedido em 25/11/2019. Retirado de <https://www.culturanorte.pt/pt/patrimonio/se-do-porto>
- Doxey, G. (1975). A Causation Theory of Visitor–Resident Irritants: Methodology and Research Inferences. Em *The Impact of Tourism. Sixth Annual Conference Proceedings of The Travel Research Association* (pp. 195–198). San Diego.
- Eusébio, C., & Carneiro, M. J. (2012). Impactes sócio-culturais do turismo em destinos urbanos. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 30(1), 65–75.
- Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. A Cidade do Porto. Acedido em 26/11/2019. Retirado de <https://web.fe.up.pt/~up201403911/Preview/index.html>
- Faria, K. (2008). *Propostas de diretrizes para a visitaçao do Parque Estadual da Pedra*

- Branca - RJ*. Universidade Federal Fluminense. Retirado de <https://app.uff.br/riuff/handle/1/1529>
- Fratucci, A. (2006). Processos de Turistificação dos Espaços. Niterói: Seminários de Campo Temáticos 2006, Universidade Federal Fluminense.
- Fratucci, A. (2008). Refletindo a dimensão espacial do turismo a partir das lógicas de apropriação dos espaços dos seus agentes sociais. In *V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*. Belo Horizonte, Minas Gerais: ANPTUR. Retirado de <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/5/65.pdf>
- Fratucci, A. (2014). Turismo e território: relações e complexidades. *Caderno Virtual de Turismo*, 14(supl.1), 87–96. Retirado de [www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno](http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno)
- Fratucci, A., Moraes, C., & Allis, T. (2015). Espaços e territórios do turismo: reflexões e indagações. In *XII Seminário ANPTUR*. Natal, Rio Grande do Norte: ANPTUR. Retirado de <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/46.pdf>
- Frauman, E., & Banks, S. (2011). Gateway community resident perceptions of tourism development: Incorporating Importance-Performance Analysis into a Limits of Acceptable Change framework. *Tourism Management*, 32(1), 128–140. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2010.01.013>
- Freire, A. (2015). *Reabilitação urbana no centro histórico do Porto*. Universidade Lusíada de Lisboa. Retirado de <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/2200>
- Gonzalez, V., Coromina, L., & Galí, N. (2018). Overtourism: residents' perceptions of tourism impact as an indicator of resident social carrying capacity - case study of a Spanish heritage town. *Tourism Review*, 73(3), 277–296. <https://doi.org/10.1108/TR-08-2017-0138>
- Guerreiro, M. M., Mendes, J. D. C., Valle, P. O. do, & Silva, J. A. (2008). Análise da satisfação dos residentes com o turismo: o caso de uma área-destino no Algarve, Portugal. *Revista Turismo Em Análise*, 19(3), 488. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v19i3p488-504>
- Gunn, C. (1994). *Tourism Planning* (3rd ed.). New York: Taylor and Francis.

- Hall, C. M. (2004). *Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos* (2nd ed.). São Paulo: Editora Contexto.
- Horn, C., & Simmons, D. (2002). Community adaptation to tourism: Comparisons between Rotorua and Kaikoura, New Zealand. *Tourism Management*, 23(2), 133–143.  
[https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(01\)00049-8](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(01)00049-8)
- Iervolino, S., & Pelicione, M. (2001). A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. *Revista Escola Enfermagem USP*, 35(2), 115–121.  
<https://doi.org/10.1590/S0080-62342001000200004>
- INE. (2017). *Estatísticas do Turismo*. Retirado de  
[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=320462327&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=320462327&PUBLICACOESmodo=2)
- Inskip, E. (1988). Tourism Planning: An Emerging Specialization. *Journal of the American Planning Association*, 54(3), 360–372.  
<https://doi.org/10.1080/01944368808976497>
- Inskip, E. (1991). *Tourism planning: an integrated and sustainable development approach*. New York: Van Nostrand Reinhold.
- Jordão, A. C. de A. (2011). *A atividade turística na cidade de Cabo Frio a partir do olhar da população local*. Universidade Federal Fluminense. Retirado de  
<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/1574/1/137> - Ana Carolina Jordao.pdf
- Koens, K., Postma, A., & Papp, B. (2018). Is Overtourism Overused? Understanding the Impact of Tourism in a City Context. *Sustainability*, 10(12).  
<https://doi.org/10.3390/su10124384>
- Kohlbacher, F. (2006). The use of qualitative content analysis in case study research. *Forum Qualitative Sozialforschung*, 7(1). <https://doi.org/10.17169/fqs-7.1.75>
- Komsary, K., Tarigan, W., & Wiyana, T. (2018). Limits of acceptable change as tool for tourism development sustainability in Pangandaran West Java. In *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science* (Vol. 126). Institute of Physics Publishing.  
<https://doi.org/10.1088/1755-1315/126/1/012129>

- Kreag, G. (2001). *The Impacts of Tourism*. Minnesota. Retirado de <http://www.seagrant.umn.edu/tourism/pdfs/ImpactsTourism.pdf>
- Krippendorf, J. (2001). *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph.
- Lage, B. H., & Milone, P. C. (2001). *Economia do Turismo*. São Paulo: Atlas.
- Lankford, S. V. (2001). A Comment Concerning “Developing and Testing a Tourism Impact Scale.” *Journal of Travel Research*, 39(3), 315–316.  
<https://doi.org/10.1177/004728750103900310>
- Laranjo, F. (2017). Algumas notas sobre o Morto. | Megafone | PÚBLICO. Acedido em 10/11/2019. Retirado de <https://www.publico.pt/2017/08/29/p3/cronica/algumas-notas-sobre-o-morto-1828489>
- Laws, E. (1995). *Tourist destination management: issues, analysis and policies* (1st ed.). London; New York: Routledge.
- Limberger, P., & Pires, P. (2013). *A aplicação das metodologias de capacidade de carga turística e dos modelos de gestão da visitação no Brasil*. Universidade Caxias do Sul. Retirado de [https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/10/\[26\]x\\_anptur\\_2013.pdf](https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/10/[26]x_anptur_2013.pdf)
- Livraria Lello. História da Livraria Lello. Acedido em 25/11/2019. Retirado de <https://www.livrarialello.pt/pt-pt/historia>
- Lombard, D. (2019). Limits of Acceptable Change. Acedido em 02/11/2019. Retirado de <http://tourismplanningprofessionals.com/?p=449>
- Lopes, H. (2016). *O turismo como alavanca para o desenvolvimento de áreas rurais: o estudo de caso do município de Boticas*. Universidade do Minho. Retirado de [https://www.researchgate.net/publication/312121645\\_O\\_Turismo\\_Como\\_Alavanca\\_para\\_o\\_Desenvolvimento\\_de\\_Areas\\_Rurais\\_](https://www.researchgate.net/publication/312121645_O_Turismo_Como_Alavanca_para_o_Desenvolvimento_de_Areas_Rurais_)
- Marins, S., Mayer, V., & Fratucci, A. (2015). Impactos percibidos del turismo. Un estudio comparativo con residentes y trabajadores del sector em Rio de Janeiro - Brasil. *Estudios y Perspectivas En Turismo*, 24(1), 115–134. Retirado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180732864007>

- Marques, M., Candeias, M., Magalhães, C., & Santos, A. (2016). Perceção dos residentes e profissionais do Centro do Porto sobre o desenvolvimento do turismo na cidade. *População e Sociedade*, 26, 45–61.
- Marujo, N. (2013). A pesquisa em turismo: reflexões sobre as abordagens qualitativa e quantitativa, 6(14), 1–16. <https://doi.org/10.1111/j.1552-6909.1989.tb01609.x>
- Mason, P. (2014). *Researching Tourism, Leisure and Hospitality for your Dissertation* (1st ed.). Oxford: Goodfellow Publishers.
- Mathieson, A. & Wall, G. (1982). *Tourism: economic, physical and social impacts*. London: Longman Scientific & Technical.
- McCool, S. (1994). Planning for sustainable nature dependent tourism development: the limits of acceptable change system. *Tourism Recreation Research*, 19(2), 51–55. <https://doi.org/10.1080/02508281.1994.11014708>
- McCool, S. (1996). Limits of Acceptable Change: A Framework for Managing National Protected Areas: Experiences from the United States. Em *Workshop on Impact Management in Marine Parks* (pp. 1–15). Kuala Lumpur, Malaysia.
- McCool, S. (2013). Limits of Acceptable Change and Tourism. Em A. Holden & D. A. Fennel (Eds.), *The Routledge Handbook of Tourism and the Environment* (pp. 285–298). Oxon, UK: Routledge.
- McCool, S. F., & Cole, D. N. (1997). *Limits of Acceptable Change and Natural Resources Planning: When is LAC Useful, When is it Not?*
- Milano, C. (2017). *Overtourism and Tourismphobia: Global trends and local contexts*. Barcelona. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.13463.88481>
- Milano, C., Cheer, J. & Novelli, M. (Eds.). (2019). *Overtourism: excesses, discontents and measures in travel and tourism*. Wallingford, Oxfordshire; Boston, MA: CABI.
- Minayo, M. (2004). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MIPWEB (2019). Zonas de Suspensão de Alojamento Local. Portal de Informação Geográfica do Porto. Câmara Municipal do Porto. Acedido em 19/11/2019. Obtido de [https://mipweb.cmporto.pt/MuniSIG/sites/Urbanismo/viewers/Mipweb\\_-](https://mipweb.cmporto.pt/MuniSIG/sites/Urbanismo/viewers/Mipweb_-)

\_Mobile/virtualdirectory/Resources/Config/Default

- Molina, F. (2007). *Turismo e produção do espaço - o caso de Jericoacoara, CE*. Universidade de São Paulo. Retirado de [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12022008-103629/publico/DISSERTACAO\\_FABIO\\_SILVEIRA\\_MOLINA.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12022008-103629/publico/DISSERTACAO_FABIO_SILVEIRA_MOLINA.pdf)
- Molina, F. (2011). A produção do espaço pelo e para o turismo: o caso da praia de Jericoacoara, Ceará, Brasil. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. [https://doi.org/10.14195/978-989-26-0244-8\\_18](https://doi.org/10.14195/978-989-26-0244-8_18)
- Morgan, D. (1996). Focus Groups. *Annual Review of Sociology*, 22, 129–152. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.22.1.129>
- Mowforth, M., & Munt, I. (1998). *Tourism and Sustainability: New Tourism in the Third World* (1st ed.). London: Routledge.
- Organização das Nações Unidas. (2019). Sustainable Development Goals. Acedido em 30/11/2019. Retirado de <https://www.un.org/sustainabledevelopment/>
- Organização Mundial do Turismo. (2001). *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Roca.
- Palácio da Bolsa (2019). História do Palácio da Bolsa. Acedido em 25/11/2019. Retirado de <https://palaciodabolsa.com/historia/>
- Parlamento Europeu (2019). Turismo. Fichas temáticas sobre a União Europeia. Acedido em 17/11/2019. Retirado de <http://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/126/tourism>
- Pearce, D. (1989). *Tourist Development* (2nd ed.). New York: Longman Scientific & Technical.
- PORDATA. (2019). Tráfego de passageiros nos principais aeroportos: Lisboa, Porto e Faro. Acedido em 10/11/2019. Retirado de <https://www.pordata.pt/Portugal/Tráfego+de+passageiros+nos+principais+aeroportos>
- Porto Património Mundial (2019). Pontes do Porto - Ponte Luís I. Acedido em 25/11/2019. Retirado de <https://www.portopatrimoniomundial.com/ponte-luis-i.html>
- Porto Vivo SRU & Câmara Municipal do Porto. (2010). *Plano de Gestão: Centro*

*Histórico do Porto Patrimônio Mundial*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (3rd ed.). Lisboa: Gradiva.

Registo Nacional de Alojamento Local (2019). Acedido em 01/11/2019. Retirado de <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNAL/ConsultaRegisto.aspx?Origem=CP&FiltroVisivel=True>

Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (2019). Acedido em 01/11/2019. Retirado de <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNAAT/ConsultaRegisto.aspx?FiltroVisivel=True>

Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos (2019). Acedido em 01/11/2019. Retirado de <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNET/Registos.ConsultaRegisto.aspx?FiltroVisivel=True>

Registo Nacional de Turismo (2019). Acedido em 01/11/2019. Retirado de <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>

Ressel, L., Beck, C., Gualda, D., Hoffmann, I., Silva, R., & Sehnem, G. (2008). O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. *Texto & Contexto Enfermagem*, 17(4), 779–786.

Rezende, C. F., & Rezende, D. C. (2005). Impactos do Turismo: Uma Análise Sob a Ótica da População Receptora. *ANPAD*. Retirado de <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2005-apscc-2576.pdf>

Roman, G., Dearden, P., & Rollins, R. (2007). Application of zoning and “limits of acceptable change” to manage snorkelling tourism. *Environmental Management*, 39(6), 819–830. <https://doi.org/10.1007/s00267-006-0145-6>

Santana, A. (2009). *Antropologia do Turismo*. São Paulo: Aleph.

Santos, M. (1996). *Metamorfoses do Espaço Habitado* (4th ed.). São Paulo: Hucitec.

Santos, T. & Elicher, M. (2013). Turismo e Produção do Espaço na Cidade do Rio de Janeiro. *Revista Turismo Em Análise*, 24(3), 654. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v24i3p654-675>

Sarti, A., & Queiroz, O. (2012). Espaço, paisagem, lugar, território e região - a organização

- do espaço turístico. In *Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão - desenvolvimento regional, rede de produção e clusters* (1st ed.). Barueri, São Paulo: Editora Manole.
- Schetter, M., & Schetter, O. (2016). Limits of acceptable change and heritage management on the Island of Mozambique. In *Governing Urban Africa* (pp. 285–305). London: Palgrave Macmillan UK. [https://doi.org/10.1057/978-1-349-95109-3\\_12](https://doi.org/10.1057/978-1-349-95109-3_12)
- Silva, A. (2017). *Turismo e impactos socioculturais: proposta de desenvolvimento sustentável para o centro histórico do Porto*. Instituto Politécnico do Porto. Escola Superior de Hotelaria e Turismo. Retirado de <http://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/10863>
- Silva, J. (2004). *Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster*. Universidade de São Paulo (USP).
- Simpson, K. (2001). Strategic planning and community involvement as contributors to sustainable tourism development. *Current Issues in Tourism*, 4(1), 3–41. <https://doi.org/10.1080/13683500108667880>
- Smeha, L. (2009). Aspectos epistemológicos subjacentes a escolha da técnica do grupo focal na pesquisa qualitativa. *Revista de Psicologia Da IMED*, 1(2), 260–268. <https://doi.org/https://doi.org/10.18256/2175-5027/psico-imed.v1n2p260-268>
- Stankey, G., Cole, D., Lucas, R., Petersen, M., & Frissell, S. (1985). *The limits of acceptable change (LAC) system for wilderness planning. Intermountain Forest and Range Experiment Station*. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Takahashi, L., & Cegana, A. (2005). Como monitorar o impacto dos visitantes utilizando o sistema LAC - Limite Aceitável de Câmbio. *Revista Turismo em Análise*, 16(2), 206–222. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v16i2p206-222>
- Therrell, L., Cole, D., Claassen, V., Ryan, C., & Davies, M. A. (2006). *Wilderness and Backcountry Site Restoration Guide*.
- Torre dos Clérigos. História e Arquitetura. Acedido em 25/11/2019. Retirado de <http://www.torredosclerigos.pt/pt/historia-e-arquitetura/torre-museu-da-irmandade-igreja/>

- TravelBI by Turismo de Portugal. (2019). Turismo em Portugal. Acedido em 09/11/2019. Retirado de <https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-PT/Paginas/HomePage.aspx>
- Tudo sobre Porto (2019). Monumentos e atrações turísticas: Mercado do Bolhão. Acedido em 25/11/2019. Retirado de <https://www.tudosobreporto.com/mercado-do-bolhao>
- Turismo de Portugal (2019a). Acedido em 01/11/2019. Retirado de [http://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo\\_Portugal/visao\\_geral/Paginas/default](http://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo_Portugal/visao_geral/Paginas/default)
- Turismo de Portugal. (2019b). Estabelecimentos de Alojamento Local. Acedido em 05/11/2019. Retirado de [http://business.turismodeportugal.pt/pt/Planear\\_Iniciar/Como\\_comecar/Alojamento\\_Local/Paginas/default.aspx](http://business.turismodeportugal.pt/pt/Planear_Iniciar/Como_comecar/Alojamento_Local/Paginas/default.aspx)
- União de Freguesias de Cedofeita, Santos Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória (2019). Acedido em 20/11/2019. Retirado de <http://www.uf-centrohistoricoporto.pt/pages/556>
- United Nations (2019). Sustainable Development Goals. Acedido em 29/11/2019. Retirado de <https://www.un.org/sustainabledevelopment/>
- UNESCO World Heritage Centre. World Heritage List: Historic Centre of Oporto, Luiz I Bridge and Monastery of Serra do Pilar. Acedido em 24/11/2019. Retirado de <https://whc.unesco.org/en/list/755/>
- UNWTO. (2001). *Apuntes de Metodología de la Investigación en Turismo* (1st ed.). Madrid: Organización Mundial do Turismo.
- Wall, G., & Mathieson, A. (2006). *Tourism: Change, Impacts and Opportunities*. Pearson.
- WCED. (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. Oslo. Retirado de <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>
- Wearing, S., & Neil, J. (2001). *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. São Paulo: Manole.
- Wikipédia. Estação Ferroviária de Porto - São Bento. Acedido em 25/11/2019. Retirado de

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Estacao\\_Ferroviaria\\_de\\_Porto\\_Sao\\_Bento](https://pt.wikipedia.org/wiki/Estacao_Ferroviaria_de_Porto_Sao_Bento)

Williams, S. (1998). *Tourism Geography* (1st ed.). London: Routledge.

World Tourism Organization. (1996). *What tourism managers need to know : a practical guide to the development and use of indicators of sustainable tourism*. Madrid: World Tourism Organization.

World Tourism Organization. (2015). *Tourism and the Sustainable Development Goals*. Madrid, Spain: World Tourism Organization (UNWTO).  
<https://doi.org/10.18111/9789284417254>

World Tourism Organization. (2019a). *International Tourism Highlights, 2019 Edition*. *International Tourism Highlights, 2019 Edition*. Madrid, Spain: UNWTO.  
<https://doi.org/10.18111/9789284421152>

World Tourism Organization. (2019b). *Tourism and the SDGs | World Tourism Organization UNWTO*. Acedido em 02/11/2019. Retirado de  
<http://www2.unwto.org/content/tourism-and-sdgs>

World Tourism Organization (UNWTO), Centre of Expertise Leisure, T. & H., NHTV Breda University, of Applied Sciences;, & NHL Stenden University of Applied Sciences. (2018). “Overtourism”? Understanding and managing urban tourism growth beyond perceptions. *World Tourism Organization (UNWTO)*.  
<https://doi.org/10.18111/9789284420070>



Fotografia: Associação de Turismo do Porto e Norte. Tirada em 19.11.2017

## Apêndices



## APÊNDICE 1

Guião semiestruturado com temas e explicações utilizado para condução dos três grupos focais realizados.

### **1. Introdução**

1º - Perguntar sobre gravação / explicar sobre confidencialidade e anonimato / entregar termos de consentimento;

2º - Fazer as apresentações: da mediadora, da pesquisa, do grupo focal, dos objetivos;

3º - Informar duração aproximada (1h30), como irá “funcionar”: todos devem falar, aproximadamente, a mesma quantidade de tempo, tentar seguir uma ordem, se a mediadora levantar a mão é para parar e retomar o foco;

4º - Solicitar que os participantes se apresentem e digam porquê estão ali, qual o interesse em participar da pesquisa;

4º - Ver se há algum questionamento inicial, problema, impedimento.

### **2. Impactos do turismo**

- Como você considera que o turismo afeta a cidade do Porto? (Dizer ao menos 3 impactos positivos e 3 negativos, se houver)

- Como o crescimento do turismo e da presença de turistas na cidade afeta sua vida? [Impactos positivos e negativos]

- Você já experienciou ou experiencia problemas relacionados ao turismo?

- Como você reage / lida diariamente aos impactos do turismo?

### **3. LAC**

Explicar que próximas questões fazem parte do método LAC – explicar o que é, por que aplicar, importância. LAC é um processo interessante porque considera a mudança, afinal, a mudança existe e vai existir. Mas qual o limite aceitável dela? Método sugere guias e limites para estas mudanças e suas consequências. O desafio: a gestão da transformação.

LAC considera, essencialmente, participação pública na gestão e planeamento. Por isso “estamos aqui”.

### **3.1. Diagnóstico da área** - identificar preocupações e problemas da área [etapa 1 do LAC]

- Qual o papel e a importância desta zona no contexto regional e nacional?
- Quais valores, características ou qualidades especiais da área requerem atenção? / Que precisam ser mantidos ou alcançados?
- Quais problemas ou preocupações de gerenciamento / na gestão da área [você consideram] são importantes e devem ser tratados?

### **3.2. Definir indicadores de mudança** [etapa 3 do LAC]

Sinais, algo observável, quantificável. Os indicadores devem ser fáceis de medir quantitativamente.

Explicar que são aqueles que refletem as mudanças resultantes do uso do visitante e do desenvolvimento do turismo.

Os indicadores são uma parte essencial da estrutura do LAC, porque seu estado reflete a condição geral encontrada em uma zona.

- Condições -> Indicadores;
- Dar exemplos; - Construir os indicadores em conjunto (cartolina ao meio da mesa).

### **3.3. Definir os limites aceitáveis dos indicadores** [etapa 5 do LAC]

“Quanto de mudança é tolerável?” - Indicar de forma específica para os indicadores apontados anteriormente

Os padrões servem para definir os "limites da mudança aceitável". Eles são a alteração máxima permitida nas condições que serão permitidas.

Eles não são necessariamente objetivos a serem alcançados. Os padrões que definem o leque de condições aceitáveis para cada indicador devem ser realistas e atingíveis; eles não devem imitar condições existentes (inaceitáveis).

- Estimular o pensamento e a discussão dos limites aceitáveis de mudança.

## **4. Propostas**

Para alcançar ou não ultrapassar estes limites estabelecidos. Para uma melhor gestão e planejamento do turismo na cidade.

- Fazer uma síntese dos limites e das propostas que possivelmente já surgiram. Estimular o pensamento dos participantes para novas propostas, com base no que foi discutido anteriormente.

## APÊNDICE 2

Convite para participação nos grupos focais (enviado por correio eletrónico e divulgado em grupos de redes sociais relacionados ao tema e ao público-alvo).



**CONVITE - Grupo de discussão**

**Tema: Os limites de mudança aceitável dos impactos do turismo no centro do Porto**

No âmbito de uma dissertação do Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo, da Universidade de Aveiro, convidamo-lo a participar de um interessante encontro para discutir e analisar os impactos do desenvolvimento da atividade turística no centro histórico da cidade do Porto.

Oferecemos três datas e horários, de modo que possa escolher o mais conveniente para si:

- Quinta-feira, 14/11, às 18:30;
- Sexta-feira, 15/11, às 15:30;
- Sábado, 16/11, às 11h.

Onde: R. de António Pedro 24, 1ª frente, Porto (espaço Porto i/o Sta. Catarina) - No coração da cidade, com muita facilidade de acesso!

As vagas são limitadas. Solicitamos que confirme sua presença, informando a data de preferência, até ao dia 13/11, através do e-mail [acjordao@ua.pt](mailto:acjordao@ua.pt) ou pelo número 932188064.

**Participe! Sua presença é indispensável para o sucesso deste estudo!**

Duração prevista de cada encontro: 1h30min. Teremos café, água, vinho e deliciosos *snacks!* 😊

\* Este encontro será realizado, unicamente, para fins académicos. Seus dados e depoimentos poderão ser mantidos em anonimato nos relatórios do estudo, em cumprimento ao Regulamento Geral de Proteção de Dados.

### APÊNDICE 3

Categorias interpretativas para codificação e análise dos dados dos grupos focais.

DIMENSÃO	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	AUTORES
Impactos	Económicos positivos	Geração de empregos	Andereck et al. (2005); Beni (2006); Cooper et al. (2008); Davidson e Maitland (1997); Eusebio e Carneiro (2012); Kreag (2001); Organização Mundial do Turismo (2001); Wall e Mathieson (2006).
		Recursos para investimentos	
	Económicos negativos	Especulação imobiliária	
		Empregos precários	
		Lucro centralizado	
		Aumento custo de vida	
		Aumento preços bens e serviços	
		Aumento rendas	
		Dependência económica turismo	
	Ambientais positivos	Reabilitação urbana	
		Renascimento de áreas adjacentes	
	Ambientais negativos	Falta estacionamento	
		Sobrecarga espaços públicos	
		Sobrecarga lazer	
		Congestionamento mobilidade urbana	
		Sobrecarga transportes públicos	
		Poluição visual	
		Poluição do ar	
		Poluição águas, Rio Douro	
	Poluição sonora		
	Socioculturais positivos	Mais "vida", mais luz, pessoas	
		Intercâmbio cultural	
		Mais segurança	
Socioculturais negativos	Despejo / gentrificação		
	Barulho, desordem, mau comportamento,		

		Perda identidade e autenticidade	
		Perda vida em comunidade	
		"Despertencimento" por parte dos locais	
		Deixar de passar ou frequentar certos sítios	
		Despovoamento do centro	
		Impactos mentais, sentimentais	
		Representação errada da identidade	
Diagnóstico da área	Papel e importância da área	Posição central	Ahn et al. (2002); Frauman e Banks (2011); McCool (2013); Stankey et al. (1985); Takahashi e Cegana (2005), entre outros
		Comercial	
		Histórica	
		Económica	
	Valores, características e qualidades	Identidade forte, orgulho nacional	
		Segurança	
		Hospitalidade	
	Problemas de gestão e preocupações da área	Tipo de turismo / turista que se tem atraído	
		Crescimento desordenado e sem planeamento	
		Falta de participação pública	
		Crescimento económico do turismo acima de tudo	
		Desrespeito à população local e turistas > residentes	
		Falta de investimentos e incentivo à cultura	
Domínio do AL pelos grandes grupos			
Domínio capital estrangeiro / falta incentivo ao local			
Indicadores de mudança	Económico	Aumento expressivo no valor das rendas	
	Espaciais	Quando há saturação na quantidade de ALs em relação aos demais edifícios e moradias na zona	
		Crescimento expressivo e dominância dos ALs em comparação aos apartamentos para moradia	
		Aumento observável do lixo espalhado pelas ruas	
		Falta de estacionamento para a população local	
	Intensa congestão diária de pessoas nos espaços e transportes públicos, bem como de veículos nas ruas, causando transtornos visíveis à população		
	Sociais	Aumento na taxa de crimes da área	

		Aumento excessivo nos decibéis de ruído em certas áreas e horários		
		Diminuição no número de residentes do centro histórico		
		Diminuição do comércio tradicional (pelas grandes marcas internacionais)		
		Desproporção em relação aos números de turistas e residentes, sendo nº de turistas mais elevado		
Limites de mudança aceitável	Económico	Máximo das rendas proporcional ao ordenado mínimo nacional, com um limite de 50% deste valor, por pessoa (por ex., máximo de 300€ por um T0)		
	Espaciais	Não ultrapassar o limite de 50% (de empreendimentos turísticos e ALs)		
		Limite de 50% para ALs nos edifícios do centro histórico. Dentro de um mesmo edifício, ao menos 50% dos apartamentos devem ser reservados aos moradores locais		
		Lixos somente dentro dos contentores		
		Limite de uso dos parques de estacionamento pelos turistas a 30% dos espaços existentes no centro histórico – controlo e preferência para os locais		
		Limite é a qualidade de vida da população local. Controlo e equilíbrio. Limite para os residentes não demorem mais que o dobro do tempo normal em seus deslocamentos.		
	Sociais	Não ultrapassar os índices de criminalidade existentes antes da chegada do turismo		
		Limite recomendável pelos órgãos de saúde para cada tipo de espaço e horário		
		Não haver mais diminuição populacional significativa, manter a população que deseja viver ali		
		Mínimo de 50% do comércio tradicional da zona deve ser mantido		
		Não ultrapassar o limite de 8 turistas por residente		
	Propostas	Gestão da oferta para turistas e residentes	Leis e maior controlo para regulação do mercado imobiliário	
			Limitação mais rígida do AL nas zonas saturadas	
Prioridades e preços diferenciados para os locais				
Gestão dos turistas		"Dispersão" / descentralização dos territórios turísticos		
		Educação e informação dos turistas		
		Mudanças no marketing e segmentação do Porto / nos segmentos de turistas que se tem atraído		
		Estratégias para estadias mais longas dos turistas		
		Maior cooperação entre destinos		

